



Faculdade Regional
JAGUARIBANA
Realizando Sonhos



faculdadeplus.edu.br

frjaltosanto.edu.br

Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde



Faculdade Regional
JAGUARIBANA
Realizando Sonhos

REVISTA

PLUS FRJ

Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde

ISSN – 2525-4014

Editorial

Mantenedora

INSTITUTO TEOLÓGICO PADRE
GIULIANO - ITEPAGI

Diretor Geral

Cleison Luís Rabelo

Mantidas

FACULDADE PLUS - PLUS
FORTALEZA - CEARÁ

FACULDADE REGIONAL
JAGUARIBANA - FRJ
ALTO SANTO - CEARÁ

Diretor Geral

Cleison Luís Rabelo

Endereço e dados da mantenedora

CNPJ: 18.569.264/0001-26
Endereço: Rua Joaquim de Paula
Nogueira, nº 494, Centro, Alto Santo –
CE.

Editores

Leverdan Vieira Cazé, Msc
Maria Vandia Guedes Lima, Msc
Renata de Arruda Câmara Silva, Msc

Presidente do Conselho Editorial

Nágila Maia de Moraes Galvão, Dra.

Conselho Editorial

Ângela Cristina Munhoz Maluf, Msc
Ângela Matilde Soares, Dr.^a
Cleison Luís Rabelo, Msc
Delson Ferreira Santos, Esp
Leverdan Vieira Cazé, Msc
Maria Vandia Guedes Lima, Msc
Nágila Maia de Moraes Galvão, Dra.
Renata de Arruda Câmara Silva, Msc

Periodicidade

Semestral

Projeto gráfico e editoração

Marilúcio Gomes do Nascimento

Endereço para correspondência e contato Plus / na pessoa de

Renata Arruda Câmara Silva
Av. Santos Dumont, 304.
Centro- Fortaleza-CE

E-mail:

revistamultidisciplinar@faculdadeplus.
edu.br

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade Plus

Revista PLUS FRJ: Revista Multidisciplinar em Educação e
Saúde

Ano.4, n.10, (Junho 2022) - Semestral.

1. Educação. 2. Saúde

1. Faculdade Regional Jaguaribana. 2. Faculdade Plus

CDD 370

SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SABER COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

“...É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar”.

(FOUCAULT, 2009, p. 18)

Fazendo uma reflexão a partir da afirmativa de Michel Foucault, “saber é poder” (FOUCAULT, 2007:28), precisamos compreender como as informações e o conhecimento estão sendo colocados no cenário contemporâneo. Sim, vivemos um momento decisivo da história da humanidade, onde as informações são transmitidas numa velocidade descomunal, as notícias são vendidas por um alto preço no mercado das Redes Sociais. Mas, de que tipo de informações estamos falando? Pois, frequentemente nos deparamos com Fake News, ou falas e análises muitas das vezes despreparadas e sem um aprofundamento teórico.

Nesta época em que a velocidade da informação não caminha de mãos dadas com a qualidade, faz-se necessário buscar o saber na sua forma mais genuína, através das leituras fundamentadas e das escritas construídas com rigor científico. Desta feita, somente com a conquista do saber e o esforço hercúleo na busca pelo conhecimento, que conseguiremos fazer uma melhor leitura do mundo e do país em que vivemos. Assim, na medida que nos compreendermos enquanto sujeitos históricos, seremos capazes de transformar a nossa realidade social, exercendo efetivamente a cidadania, lançando mão de ferramentas para construir um mundo melhor, e um país mais justo onde todos tenham voz.

Então, através do ensino e da pesquisa exercitamos a nossa resistência diante as injustiças sociais, econômicas e de gênero, e bradamos que o saber nos mostra os caminhos possíveis para a construção de um mundo melhor.

Nessa 10ª edição da *Revista Multidisciplinar em educação e saúde* da Faculdade Plus/FRJ esperamos, que este número histórico, que marca os 13 anos de fundação da *Faculdade Plus*, contribua para o fortalecimento do ensino-pesquisa da educação científica no Brasil. Desejamos que os artigos aqui publicados primeiramente materializem as diferentes pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na instituição, contribuir para a promoção da educação científica em suas intersecções com as diversas áreas do conhecimento e oportunizar a articulação de uma rede cada vez mais potente no sentido de contribuir para uma educação científica significativa e capaz de promover um país socialmente mais justo, que priorize o exercício efetivo da cidadania e a conquista de uma vida digna para todos e todas.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. RJ-RJ, Graal, 24ª ed., 2007.

_____; **A verdade e as formas jurídicas**. RJ-RJ, NAU, 3ª ed., 2009.

Sumário

ARTIGOS

MANDALAS: A MAGIA DO INCONSCIENTE QUE SE REVELA (Adriana Rodrigues de Sousa Garcia)	1
A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO E PROMOÇÃO A SAÚDE DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA (Aldenize Maria Chaves de Mendonça; Maria Euzimar Nunes Rodrigues).....	22
O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO (Antonio Bruno de Sousa Sampaio; Janaína Fiusa de Andrade; Maria Márcia Rodrigues).....	32
PERÍODO GESTACIONAL: ASSISTÊNCIA DE SAÚDE OFERTADA NO SISTEMA CARCERÁRIO - REVISÃO INTEGRATIVA (Isaína Monteiro Rodrigues; Emanuele de Andrade Carneiro; Sávnia Maria Nogueira dos Santos; Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo)	40
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA (Neide da Silva Tomaz; Jordan Prazeres Freitas da Silva; Lisa Naira Rodrigues de Sousa; Ana Karolina Matos de Freitas).....	52
O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM (Emanuela Alves da Silva Loiola; Maria Vandia Guedes Lima).....	61
OS DESAFIOS DA ESCOLA EM LIDAR COM O TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR-TOD (Maria Vandia Guedes Lima)	76
AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO PARA UMA MELHOR ADAPTAÇÃO DO ALUNO AUTISTA EM SALA DE AULA (Maria Vandia Guedes Lima).....	84
 <i>RESENHAS</i>	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES (Janaína Fiusa de Andrade).....	92
OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO (Antonio Bruno De Sousa Sampaio).....	97

MANDALAS: A MAGIA DO INCONSCIENTE QUE SE REVELA

MANDALAS: THE MAGIC OF THE UNCONSCIOUS THAT REVEALS

MANDALAS: LA MAGIA DEL INCONSCIENTE QUE REVELA

Adriana Rodrigues de Sousa Garcia¹

RESUMO

O referido artigo nasceu do trabalho de conclusão do curso de Arteterapia e apresenta um apanhado de toda a jornada do curso, salientando-se que este ocorreu parte presencial e parte on-line, decorrente do momento pandêmico entre os anos de 2020 e 2022. Uma vez que a proposta do TCC requerido pela faculdade era de um portfólio, percebe-se em seu corpo inúmeros registros fotográficos dos momentos marcantes. Na parte inicial do texto é apresentada a definição de Arteterapia, seguida da apresentação dos momentos de destaque de algumas disciplinas, bem como os aprendizados colhidos, com vista a mostrar ao leitor as vivências e atividades experimentadas. Na segunda parte do trabalho foi solicitado abordar um ponto do curso que foi mais marcante e, neste caso, escolhemos o estudo sobre Mandalas, o que justifica o título deste artigo. Para basear este estudo, foram feitas várias leituras e pesquisas em autores referenciados como Jung (1984), Nise da Silveira (1981), Magaldi (2019), Fioravanti(2007) e outros. O artigo finaliza com a nossa percepção sobre que caminhos tomar após formados novos Arteterapeutas.

Palavras-chave: Arteterapia. Mandalas. Inconsciente. Portfólio.

ABSTRACT

This article was born from the conclusion work of the Art Therapy course and presents an overview of the entire journey of the course, noting that it took place partly in person and partly online, due to the pandemic moment between the years 2020 and 2022. since the TCC proposal required by the college was a portfolio, one can see in her body numerous photographic records of the remarkable moments. In the initial part of the text, the definition of Art Therapy is presented, followed by the presentation of the highlights of some disciplines, as well as the lessons learned, in order to show the reader the experiences and activities experienced. In the second part of the work, it was asked to address a point of the course that was most striking and, in this case, we chose the study on Mandalas, which justifies the title of this article. To base this study, several readings and research were carried out in referenced authors such as Jung (1984), Nise da Silveira (1981), Magaldi (2019), Fioravanti (2007) and others. The article ends with our perception of which paths to take after training new Art Therapists.

Keywords: Art therapy. Mandalas. Unconscious. Portfolio.

RESUMEN

Este artículo nació del trabajo de conclusión del curso de Arteterapia y presenta una visión general de todo el recorrido del curso, señalando que se llevó a cabo en parte presencial y en parte en línea, debido al momento de la pandemia entre los años 2020 y 2022. desde la propuesta de TCC exigida por el colegio fue un portafolio, en su cuerpo se pueden ver numerosos registros fotográficos de los momentos destacados. En la parte inicial del texto, se presenta la definición de Arteterapia, seguida de la presentación de los aspectos más destacados de algunas disciplinas, así como las lecciones aprendidas, con el fin de mostrar al lector las experiencias y actividades vividas. En la segunda parte del trabajo se pedía abordar un punto del curso que resultaba más llamativo y, en este caso, se optó por el estudio sobre los Mandalas, que justifica el título de este artículo. Para fundamentar este estudio, se realizaron varias lecturas e investigaciones en autores referenciados como Jung (1984), Nise da Silveira (1981), Magaldi (2019), Fioravanti (2007) y otros. El artículo finaliza con nuestra percepción de qué caminos tomar después de formar nuevos Arteterapeutas.

Palabras Clave: Arteterapia. Mandalas. Inconsciente. Portafolio.

¹ Especialista em Arteterapia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, pós-graduanda em Autismo e Psicomotricidade. Professora da Faculdade Plus e da Faculdade Vidal de Limoeiro (FAVILI). E-mail: adrianarsousa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A conclusão de um curso sempre é algo motivador, ao final dele, normalmente, é apresentado à instituição e à sociedade nossa contribuição como pesquisadores que aprenderam e vivenciaram algo que merece ser compartilhado, através de um trabalho de conclusão de curso.

No caso do curso de Arteterapia da Faculdade Plus, o referido trabalho que aqui se apresenta, trata-se de um Portfólio. Um documento narrativo que se encarrega de mostrar a evolução dos alunos em seu percurso de vivências e trocas.

Para Rezende (2010) um portfólio é uma “estratégia pedagógica significativa de construção de conhecimento”, além de uma prática de avaliação que se dá no processo de formação e que se apropria de múltiplas linguagens, uma vez que nele nos expressamos através das palavras, mas também das imagens, requisito importante para o registro dos eventos e momentos promotores da aprendizagem no decorrer do curso.

Desta forma, para compreender o que será apresentado neste trabalho, é importante conhecer um pouco mais sobre a definição deste gênero textual, que conforme Hernández (1998 apud REZENDE, 2010) é conjunto de documentos diversos, como as anotações feitas no decorrer do curso, trabalhos, dentre outros tipos de registro que vão evidenciar o conhecimento construído.

O que virá a seguir se caracterizará pela apresentação de grande parte das experiências que foram vividas durante a jornada do curso e que podem ilustrar a minha trajetória de aprendizagem.

A escolha deste meio de avaliação é muito pertinente, uma vez que visa que possamos demonstrar, através de registros escritos, imagens visuais e outros tipos de materiais, as aprendizagens ocorridas dentro do processo do curso e não apenas um resultado final.

Este é, também, um recurso que atende muito bem à Arteterapia, quando refletimos que este método de avaliação, representa um elo entre educação e arte como nos explica Zanellato (2008) que a palavra portfólio se origina de “portafoglio” que quer dizer pasta onde se guardam folhas. E este termo origina-se de outras palavras em latim, o verbo “portare” (transporta) e o substantivo “foglio” (folha). Mas esta pasta pode não conter apenas papel, mas desenhos, fotos, textos tanto de autoria do aluno que está montando a pasta, como também de outros profissionais e ainda de colagens, relatórios, fichas de avaliação, trabalhos de pesquisa, recortes de jornais ou revistas, como materiais retirados da internet.

Como um dos requisitos solicitados pela instituição, neste trabalho apresentamos através do método narrativo, o percurso de aprendizagens do curso de Arteterapia, destacando momentos relevantes de algumas das disciplinas, e será guiado pelo objetivo geral de contribuir

com os estudos em Arteterapia partindo de uma análise sobre as mandalas, compartilhar do processo de aprendizagem, do caminhar no conhecimento em Arteterapia. E como objetivos específicos elencamos os objetivos de apresentar os caminhos percorridos no curso de Arteterapia; apresentar algumas referências às mandalas presentes na história da humanidade, além de também compartilhar conhecimentos sobre as Mandalas, adquiridos no curso e fora dele.

Tal trabalho não seria possível se não nos debruçássemos em obras de autores como Jung (1984), Nise da Silveira (1981), Magaldi (2019), Fioravanti(2007), dentre outros.

Ele foi dividido em cinco sessões e suas respectivas subseções, a primeira delas é a introdução na qual apresentamos nossas intenções com este trabalho, seguida do relato de nossas expectativas iniciais referentes ao curso, como éramos quando chegamos a este momento, o que pensávamos e o que objetivávamos. Também nesta sessão vamos apresentar o que foi mais marcante dentro de algumas das disciplinas cursadas, os conhecimentos e vivências acompanhados de vários registros fotográficos.

Depois vamos apresentar ao leitor o tema central deste portfólio, que nos foi proporcionado na disciplina de **Oficina de Mandalas Terapêuticas**, e que nos acompanha desde o início do curso, de diversas formas em diversas “aparições” muito pertinentes, mas que acabaram por nos deixar mais curiosos nos fazendo retornar a ele para aprofundar nossos estudos e apresentá-los aqui. Em seguida traremos um relato sobre o resultado que este curso selou em nossas vidas no tocante a que estratégias serão tomadas a partir de agora, que caminhos serão trilhados em relação à Arteterapia em nossa vida. Por fim, chegaremos às considerações finais na qual oferecemos a conclusão de todo este trabalho.

2 EXPECTATIVAS INICIAIS

Nessa seção iremos refletir sobre o curso de Arteterapia da Faculdade Plus e a Arteterapia em conceito e vivência

2.1 O curso de Arteterapia da Faculdade Plus

Primeiro é necessário dizer que a Plus nos conquista facilmente, logo de início cria-se uma ligação com a instituição, seja pelo atendimento desde a recepção à coordenação, seja no acolhimento sobre as nossas demandas. Assim a jornada nesta instituição inicia-se em 2016 com a oferta do curso de Pedagogia em regime especial.

Apesar da formação anterior em letras pela Universidade Estadual do Ceará- (UECE) e da pós-graduação em Psicopedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), a ainda existia uma necessidade de mais, algo faltava para agregar como Psicopedagoga e isto era conhecimento na área da Educação Infantil.

Uma vez concluído o curso e já conquistada pela instituição veio o pensamento sobre a continuação, que pós para agregar aos novos conhecimentos ou aprofundá-los? Inicialmente a Psicomotricidade foi a escolha, apesar de iniciar o curso, questões profissionais resultaram na tomada da decisão de trancar ou de mudar de curso. Na época, conversando com a coordenação, surgiu a sugestão de mudar para a Arteterapia que iria começar em breve e seria em horário compatível.

Este fato foi muito oportuno, pois a Arteterapia dialoga com a Terapia em vários aspectos, assim, a transferência ocorreu e nossa história segue seu rumo na jornada da Arteterapia aqui relatada a seguir.

O curso iniciou em 26 de julho de 2019 e, no momento em iniciar esta escrita (28 de março de 2021), atravessamos uma situação delicada, pois estamos em plena pandemia de COVID-19, declarada oficialmente em março de 2020. Este fato inimaginável afetou grandemente nosso curso.

As expectativas que tínhamos no início, de um curso rico em vivências e experiências estéticas e terapêuticas, se realizaram, mas também foram drasticamente reduzidas, pois tiveram que ser adequadas à realidade do isolamento social de aulas online e de experiências individuais, cada um no seu espaço.

O atual coordenador e idealizador do curso, Professor Cleison Rabelo, também deve ter sofrido muito, pois ele foi o grande inspirador da maioria de nós, quando entrava na sala (ainda em 2019) para nos falar algo ou para apresentar uma nova disciplina, deixava sempre transparecer o seu imenso amor, seu orgulho, por ter conseguido lançar esta nova turma a 2ª Turma de Especialização em Arteterapia, da Faculdade Plus.

Assim, fomos recebidos no primeiro dia do curso de maneira muito especial. Além do professor Cleison Rabelo, as professoras, na ocasião, Euda Barbosa e Adriana Leite prepararam uma aula de abertura recheada de experiências, sensações e acolhimento como podemos perceber nas fotos abaixo:



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 1 e 2- Fotos do primeiro dia de aula

As mandalas, com certeza, deixaram sua marca, pois como será abordado posteriormente, a decisão em abordar este tema, tem relação com as fotos abaixo:



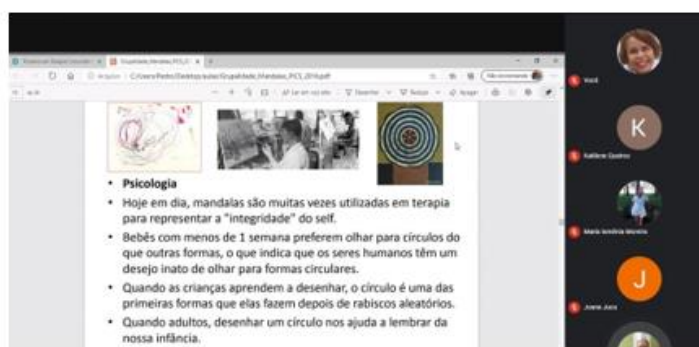
Fonte: arquivo da autora

FIGURA 3 e 4- Fotos do primeiro dia de aula

Após mais de seis meses de curso, várias experiências, cada uma delas especial e rica, tivemos o anúncio de um fechamento global de todos os espaços educativos, profissionais e sociais e isto abalou muito, a todos.

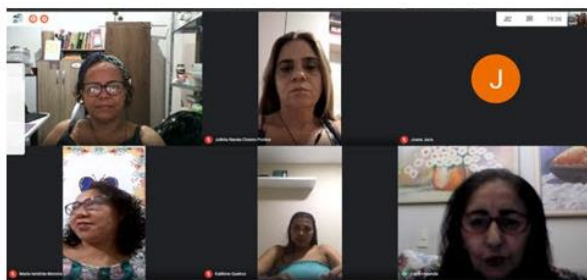
Alguns alunos desistiram do curso, outros trancaram, porém não haveria como seguir em frente sem se adaptar e foi isto que fizemos, ou pelo menos algumas pessoas. Apesar de não ter certeza dos números, de uma turma que iniciou com vinte e poucos matriculados, hoje somos menos de dez alunos concluindo o curso no prazo estipulado no início da jornada.

Embora sem saber quando isto iria passar nós persistimos, umas fortalecendo as outras, celebrando cada vez que alguém chegava na aula online (vide as fotos abaixo), conversando nos bastidores, tirando as dúvidas umas com as outras.



Fonte: arquivos da autora

FIGURA 5 - Registro das aulas on-line



Fonte: arquivo da autora



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 6 e 7- Registro das aulas on-line

Sim, havia muita esperança em nós que tudo passasse e que voltássemos aos encontros presenciais, mas não podemos julgar quem não continuou. “Cada um compõe a sua história” como diz Almir Sater, em sua música, “Tocando em Frente”.

O curso foi muito rico em conhecimento tanto teórico, quanto prático nos entregou muito mais do que imaginávamos em seu período presencial, foi realmente transformador, mas faltou-nos essa continuidade de experiências vivenciais.

Abaixo apresentamos as disciplinas do referido curso e, a seguir, é o momento de discorrer sobre as aprendizagens que ficaram mais destacadas em algumas das disciplinas cursadas, incluindo aí a disciplina Oficina de Mandalas Terapêuticas a qual será tratada com mais profundidade.

O curso de Especialização em Arteterapia, oferecido pela Faculdade Plus, está dividido em 17 disciplinas, mais o estágio supervisionado I e II e a produção do artigo/portfólio perfazendo um total de 20 disciplinas. São elas:

- 1) Fundamentos da arte e história da arte
- 2) Fundamentos da arte e processos criativos
- 3) Fundamentos e linguagens da arteterapia
- 4) Fundamentos da arteterapia e diversas linguagens
- 5) Fundamentos psicológicos e Jung e tipos psicológicos
- 6) Fundamentos da arte: artes plásticas
- 7) Fundamentos psicológicos psicologia social
- 8) Arte e filosofia na arteterapia

- 9) Ciclos do desenvolvimento humano infância e adolescência
- 10) Oficina de mandalas terapêuticas
- 11) Fundamentos e linguagens da arteterapia vivências grupais
- 12) Oficina de danças circulares
- 13) Psicopatologia em arteterapia
- 14) Supervisão do estágio
- 15) Fundamentos psicológicos, saúde mental e arteterapia
- 16) Supervisão do estágio i
- 17) Supervisão do estágio ii
- 18) Fundamentos psicológicos psicossocial
- 19) Ciclo da vida – terceira idade
- 20) Artigo/portfólio

E a partir de agora, iremos discorrer sobre algumas delas e as vivências e aprendizagens alcançadas.

2.2 Arteterapia em conceito e vivência

Conceituar a Arteterapia é essencial para a compreensão deste trabalho. Assim, antes de discorrer sobre os aprendizados, é necessário refletir sobre o assunto. No primeiro encontro, o próprio Professor Rabelo, coordenadora do curso, como já dissemos, trouxe-nos a seguinte definição:



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 8- Definição da Arteterapia

Mas para não ficar apenas nesta descrição sobre a Arteterapia, traremos a seguir a explicação do termo, retirado do site da União Brasileira de Arteterapia (UBAAT) uma definição mais completa a qual será analisada por partes, uma vez que ela é bem extensa, além de ser muito interessante fazer a análise desta definição à luz dos conhecimentos adquiridos no curso. Assim, segundo a UBAAT (2021, on-line), a Arteterapia:

(...) é o uso da arte como base de um processo terapêutico, propicia resultados em um breve espaço de tempo. Visa estimular o crescimento interior, abrir novos horizontes e ampliar a consciência do indivíduo sobre si e sobre sua existência. Utiliza a expressão simbólica, de forma espontânea, sem preocupar-se com a estética, através

de modalidades expressivas como: pintura; modelagem; colagem; desenho; tecelagem; expressão corporal; sons; músicas; criação de personagens, dentre outras, mas utiliza fundamentalmente as artes visuais.

Sobre o parágrafo acima, já podemos fazer referências às disciplinas cursadas, pois logo no início do curso, fomos apresentados a esta definição através da disciplina de **Fundamentos da Arte e História da Arte**, ministradas pela Professora Euda Sousa, com formação em Artes Visuais, que nos expôs a conhecimentos sobre arte, estética, autores e artistas importantes e suas intervenções, e nos proporcionou momentos de vivências e imersões marcantes na memória. Só reforçando que aquilo que experimentamos pelos sentidos, participando ativamente, fica marcado para sempre! Ainda de acordo UBAAT (2021, on-line):

Enquanto a Arte Educação ensina arte, a arteterapia possui a finalidade de propiciar mudanças psíquicas, assim como a expansão da consciência, a reconciliação de conflitos emocionais, o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal. A arteterapia tem também o objetivo de facilitar a resolução de conflitos interiores e o desenvolvimento da personalidade.

Também com ela vivenciamos a disciplina **Fundamentos da Arte: Artes Plásticas**. Nestas referidas disciplinas, tivemos a oportunidade de sentir na prática o que a definição acima nos expõe. Foram diversas experiências estéticas, conhecemos sobre a pintora e escultora brasileira Lygia Clark, uma mulher além de seu tempo, e expressiva artista da Arte Contemporânea tanto no Brasil como de forma internacional.

Há grande associação de Lygia à Arteterapia, uma vez que seu trabalho tinha como objetivo a integração do público, “a quebra de paradigmas e sobre a relação arte e vida” (ALMEIDA E DALE, ON-LINE).

Ainda nestas disciplinas, a professora Euda nos trouxe referências para estudos (Freud, Jung, Gestalt) como também referências para pesquisas em Arte e Arteterapia como as autoras Angela Filipini (Clínica Pomar) e Fabíola Gaspar (NAPE-Núcleo de Arte e Educação), como também para a própria arte, através de Ana Mae Barbosa (que criou o que se chama Abordagem Triangular para o ensino de artes), sendo elas grandes colaboradoras destas áreas atualmente no Brasil.

Em nosso mergulho nestas disciplinas, conhecemos sobre a linha do tempo da história da arte:



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 9- Registro de atividade em aula presencial

E percorremos nosso próprio percurso de linha do tempo de nossa vida:



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 10- Registro de atividade em aula presencial

Depois construímos juntos um percurso que nos unia, pois foi composto a muitas mãos cada uma preenchendo um espaço...



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 11- Registro de atividade em aula presencial

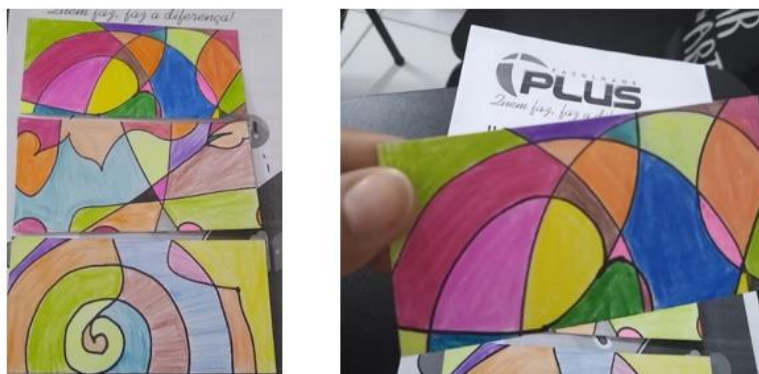
Resultando neste belíssimo quadro expressivo que ainda estava só no começo, pois na próxima aula...



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 12- Registro de atividade em aula presencial

Eis que algo vai surgindo em meio às cores e fragmentos...



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 13- Registro de atividade em aula presencial

Novamente, todos vão reconstruindo os percursos...



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 14- Registro de atividade em aula presencial

E o que antes era sem cor e disforme surge como um caleidoscópio decore, onde o que importa não é a parte, mas o todo. Onde não existe feio ou bonito, mas tudo se integra, mesmo depois de desintegrado.



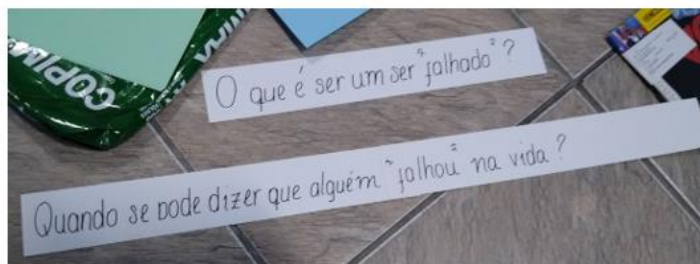
Fonte: arquivo da autora

FIGURA 15- Registro de atividade em aula presencial

O relato que acompanha as fotos acima, é parte das análises que nasceram nesta aula. Assim como deve ocorrer no processo de atendimento no Ateliê Arteterapêutico, sempre ao final de cada vivência havia um grande debate, ou melhor dizendo, era permitido a expressão por meio das palavras do que foi sentido durante as vivências. Eram momentos de grandes silêncios, grandes lacunas, mas também muitas respostas, partilhas, sensibilidade, acolhimento e desenvolvimento.

Como pode-se ver, desde o início das aulas tivemos um percurso de aprendizado profundo e transformador, só aumentando nosso amor pela Arteterapia, que já era latente, tornando-o escancaradamente aberto!

Como dissemos no início, outra disciplina marcante, ministrada pela professora Euda foi a de **Fundamentos da Arte: Artes Plásticas**. Nela pudemos passar por mais experiências através de diversos materiais, vivências corporais e emocionais, provocativas com as das questões abaixo que nos foi lançada:



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 16- Registro de atividade em aula presencial

Tal questionamento só poderia ser respondido de maneira inusitada, claro, sem palavras, pois existem outros meios com que se expressar e neste caso a arte colagem, fez-se ferramenta de comunicação.



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 17- Registro de atividade em aula presencial

Ainda na exploração da criatividade dentro da arte, fomos orientados a, coletivamente, participar da confecção de uma mandala (olha ela novamente!).



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 18- Registro de atividade em aula presencial

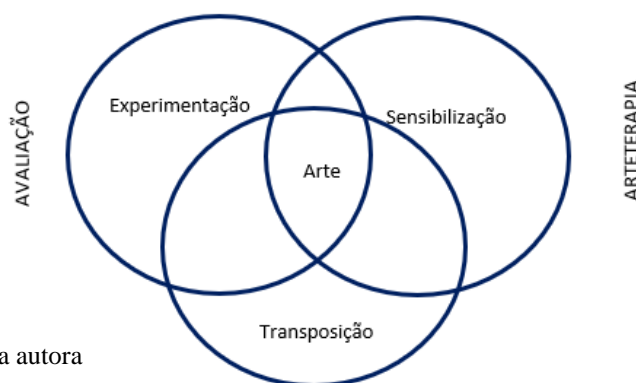


Fonte: arquivo da autora

FIGURA 19- Registro de atividade em aula presencial

Ao final refletimos sobre algo muito importante: o quanto gostamos de manter as coisas sob controle, querendo organizar, comandar. A atividade acima não permitia isso, cada um coloria aonde queria. Na análise, muitos se sentiram irritados, invadidos, possuidores do produto final e outra série de sentimentos foram se descortinando nesta atividade para depois serem confrontados.

Neste momento e em muitos outros a professora fazia questão de reforçar que aquilo que sentíamos na pele e através dos outros sentidos era uma vivência arteterapêutica, uma vez que, através destas experiências estamos passando pelo processo abaixo:



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 20- O processo arteterapêutico

Nas demais disciplinas estudamos e nos aprofundamos no sentido de “terapia” desta especialização. A Arteterapia como algo que ajuda o outro, com ferramentas e técnicas próprias, mas adquiridas das artes: visuais, plásticas, literárias, cênicas, etc., e da ciência, buscando que a pessoa encontre a linha que se rompeu dentro de si mesma e busque uma ressignificação de sua situação atual para dar sequência a sua vida de maneira ativa e saudável.

Estudamos as instituições sociais, a família, a escola, a religião, e seu cunho facilitador da recuperação ou promotor de desvios e alienações.

Nos debruçamos em diversos momentos sobre a Psicologia, ciência esta que deve estar na base de conhecimento do arteterapeuta, uma vez que estuda a sociedade e a inserção dos indivíduos nas suas várias esferas, os estados mentais, emocionais saudáveis e adoecidos e também tomamos conhecimento da Psiquiatria como vilã em muitos casos passados como bem registra a história.

Neste âmbito, cabe muito bem citar nossos estudos sobre Nise da Silveira abordados em mais de uma das disciplinas e de Jung. Estes dois, em seus trabalhos com pessoas mentalmente adoecidas, com suas pesquisas sobre as representações expressivas, posteriormente tidas também como representações artísticas, muitas delas expressas através de desenhos de mandalas, aguçaram a nossa curiosidade, sendo, portanto, a continuidade deste trabalho um estudo mais acurado e aprofundado destas representações.

3 AS MANDALAS E SEU PODER TERAPÊUTICO

Nessa seção apresentamos o motivo da escolha das Mandalas; O que são Mandalas; As mandalas e o inconsciente: terapia e expressividade; A contribuição de Nise da Silveira e o Museu do Inconsciente e a Oficina de mandalas terapêuticas;

3.1 A escolha

Se você acompanhou bem todo este relato percebeu como, de forma muito natural, as mandalas surgiram por todo o percurso, mas existiu um ponto planejado no curso em que este tema foi estudado de forma mais aprofundada que foi na disciplina Oficinas de Mandalas Terapêuticas, através do Professor Pedro Júnior.

Nestas aulas conhecemos sobre as mandalas, sua história, sua representatividade, seu surgimento nos mais diversos momentos históricos da humanidade e a sua presença até os dias de hoje, seja de maneira natural (na natureza e em quase tudo que nos cerca) ou de maneira concreta, seja através da criação proposital do homem em um projeto artístico ou espontaneamente surgida em alguma intervenção terapêutica.

O fato é que por todos estes aspectos, nos pareceu estimulante aprofundarmos nossos estudos neste tema, trazendo aqui, uma pesquisa bibliográfica mais detalhada, porém que não se esgota neste trabalho, dado os muitos vieses que o assunto pode tomar.

3.2 O que são Mandalas

Esperando contemplar o público leitor que pode não estar muito familiarizado com este assunto, iniciaremos trazendo uma definição captada após as várias leituras dentro do referencial teórico. “A mandala é uma forma circular, porém não é só isso, ela é composta de outras formas variadas, que se conectam, mas não se confundem, ela é tida ainda como mágica e encontramos esta referência em um livro científico.” (JUNG&WILHELM, 1984, p.30)

De acordo com Fioravanti (2007, p. 7), “o nome mandala faz pensar em energia, em algo misterioso, o que provoca uma atração universal pelas mandalas”. Aquilo que nos cerca que tem forma circular nos lembra mandalas: o sol, a lua, uma fruta e o que dizer de algumas sementes? E o que são as sementes senão pura energia criadora, pulsante querendo gerar vida. Por falar em vida, o próprio óvulo da mulher tem o formato da mandala, as células do corpo também.

As mandalas são resistentes e atravessam o tempo, na verdade, são atemporais, sempre inspirando os homens que as reproduziam (sem consciência disto) desde os tempos pré-históricos ao representar suas tradições, seus encontros em rodas, herança de muitos povos, como os indígenas (relembre agora como é a configuração de uma tribo indígena), e suas tradições.

Mas voltando às mandalas em si, há algumas coisas que sempre estão presentes, como a forma circular, o ponto central e a repetição de formas simétricas. Há ainda detalhes que se preservam na construção de uma mandala, como o fato de o desenho sempre partir do centro e a partir dele são feitos os demais desenhos, como dito antes simétricos que evoluem de forma crescente.

Os simbolismos de cada uma das partes que constituem o desenho de uma mandala é interessante. Mesmo que o criador de uma mandala não tenha consciência daquilo que

faz, ele coloca em sua criação elementos simbólicos ancestrais. Ao desenhar uma mandala, criamos algo sagrado. (FIORAVANTI, 2007, p. 7)

Algumas pessoas da nossa história recente estudaram as mandalas, foram eles o Psiquiatra Jung e a Terapeuta Ocupacional Nise da Silveira. Ambos perceberam a grande comunicação entre o consciente e o inconsciente na produção das mandalas, bem como a união dos processos internos antes desagregados de quem a produz.

Uma mandala é a reunião de diversas ciências e mistérios. Observa-se na composição de uma mandala a geometria das formas que a compõe, a numerologia quantificada nas formas diversas que são criadas dentro de seu círculo, as simbologias pré-existentes, as cores e sua representatividade própria. Tudo isto, dentro de um círculo que contém toda a energia deste processo, delimitando o espaço de fora (profano) e o espaço de dentro (sagrado).

Difundidas no Oriente, nas tradições hinduístas, budistas e tibetanas, mas também presentes no ocidente, onde encontramos relatos a partir da baixa Idade Média, através dos cristãos. “Em geral, o Cristo é figurado no centro e os quatro evangelistas ou seus símbolos, nos pontos cardeais” (JUNG&WILHELM, 1984, p. 30), tais referências são à ordem em que estão e que é associada ao formato circular das mandalas.

3.3 As mandalas e o inconsciente: terapia e expressividade

Jung foi um Psiquiatra e pesquisador que criou a Psicologia Analítica e desenvolveu conceitos interessantes ao nosso estudo como o dos arquétipos do inconsciente coletivo. Ele estudou profundamente as mandalas (citado por ele como “os mandalas”), inclusive em seus pacientes e em pacientes de outros médicos (como os da Dra. Nise da Silveira).

Em seus estudos ele descreve que:

A maioria das, mandalas tem a forma de uma flor, de uma cruz ou roda, tendendo nitidamente para o quaternio, o que lembra o número básico: a tetraktys pitagórica. Entre os índios Pueblo os mandalas são desenhados na areia, para uso ritual¹⁵. "Entretanto, os mandalas mais belos são os do budismo tibetano. Os símbolos de nosso texto acham-se representados nesses mandalas. Encontrei também desenhos mandálicos entre doentes mentais, entre pessoas que certamente não tinham qualquer ideia das conexões aqui mencionadas. (JUNG&WILHELM, 1984, p. 31)

Jung acreditava em algo que já existe antes de nós existirmos e que vai passando de geração em geração por toda a humanidade, são os arquétipos e ele associa estes aos estudos que faz de seus pacientes e das representações através das mandalas:

Quando meus pacientes projetam tais imagens, não o fazem sob sugestão; elas ocorriam muito antes que eu conhecesse seu significado ou suas relações com as práticas do Oriente. Essas imagens brotam espontaneamente de duas fontes. Uma delas é o inconsciente, que produz de modo natural fantasias dessa espécie. A outra fonte é a vida que, quando vivida com plena devoção, proporciona um pressentimento do si - mesmo, da própria essência individual. Ao expressar-se esta última nos desenhos, o inconsciente reforça a atitude de devoção à vida. De acordo com a concepção oriental, o símbolo mandálico não é apenas expressão, mas também

atuação. Ele atua sobre seu próprio autor. Oculta-se neste símbolo uma antiquíssima atuação mágica, cuja origem é o "círculo de proteção", ou "círculo encantado", cuja magia foi preservada em numerosos costumes populares. (JUNG&WILHELM, 1984, p. 31)

Jung fez, também, muitos estudos da cultura oriental e chegou à grandes conclusões sobre a importância das mandalas como facilitadoras de representações do inconsciente e de cura através de sua expressão através delas, como podemos ver abaixo:

Um monge tibetano disse uma vez ao Dr. Jung que as mandalas mais impressionantes do Tibet são concebidas pela imaginação, ou pela fantasia dirigida, quando o equilíbrio psicológico do grupo está perturbado ou quando um determinado pensamento não pôde ser expresso por não estar contido ainda na sagrada doutrina, sendo preciso, primeiro, encontrá-lo. (JUNG, 1969, p. 220)

E o mais interessante a nós Arteterapeutas neste discurso é quando ele traz que ao nos expressarmos a través da mandala, isto nos serve a um propósito conservador, ou seja, ela tem o poder de reestabelecer uma ordem preexistente, mas também “serve também ao propósito criador de dar forma e expressão a alguma coisa que ainda não existe, algo de novo e único.” (JUNG 1969, p. 220).

3.4 Nise da Silveira e o Museu do Inconsciente

Nise tem uma história incrível quando se trata de tratamentos a pessoas com transtornos mentais no Brasil. Tudo começou quando assumiu o trabalho de Terapeuta Ocupacional no Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro (agora denominado o Instituto Municipal Nise da Silveira-IMNS). Lá sofreu dos médicos todos homens, diversos preconceitos, porém resistiu e mais que isso, mostrou que podia modificar a vida de pessoas, para além de medicamentos ou de tratamentos que hoje são tidos como desumanos, mas que já foram aceitos. Quanto a isto podemos entender que:

O Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS), por sua vez, constituiu o mais importante lugar de trabalho de Nise da Silveira durante a maior parte de sua carreira profissional, entre 1944 e 1975, como funcionária pública vinculada à Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR). Nesse âmbito, ficou conhecida por combater práticas biomédicas que considerava violentas (eletrochoque, lobotomia, insulino-terapia etc),¹ ofertando em troca atividades expressivas como forma de tratamento para as então chamadas doenças mentais (sobretudo a pintura e a modelagem). A partir desse trabalho, desenvolvido principalmente com base no referencial teórico da psicologia junguiana, passou a agregar uma gama de atores interessada na transformação do modelo vigente de saúde mental. (MAGALDI, 2019, p. 637)

Assim, enfrentando não só pessoas, mas como também escassez de recursos, ela conseguiu inserir um tratamento humanizado aos pacientes psiquiátricos, que além de resgatar o ser humano, foi terapêutico e transformador.

Mesmo com poucas condições materiais e apesar do pouco apoio que recebeu de seus colegas médicos, ela inicia seu trabalho e propõe a intervenção através de materiais como tintas e argilas, tudo é novo, porém após muito esforço, ela mesma se surpreende com os resultados,

com o que vê de produção intuitiva e livre de seus pacientes e, principalmente, como esta produção fazia bem aos doentes, restituindo-lhes a calma e, em muitos casos, o restabelecimento de sua saúde, o que possibilitava seu retorno à família e à sociedade.



Fonte: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/nise-da-silveira/arte-e-psiquiatria/>

FIGURA 21- Atendimento aos pacientes de Nise da Silveira

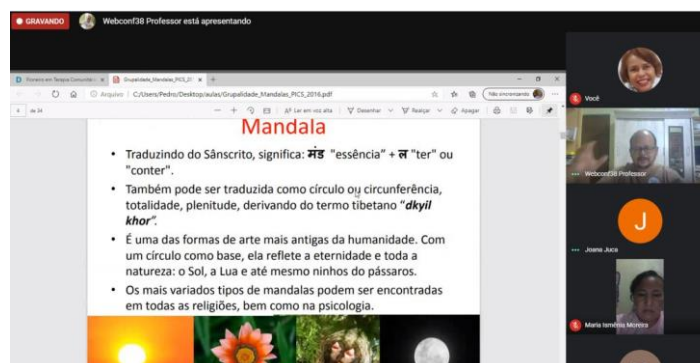
Como estudiosa, ela encontra elo entre o que vê e o que estuda do Dr. Jung, logo então começa a trocar correspondências nas quais relata seu trabalho e as produções dos pacientes.

Nesta troca riquíssima de pessoas tão distantes e tão diferentes, nasce uma relação que nunca poderia ser imaginada, só reafirmando a importância do trabalho de ambos diante do inconsciente.

Nise compreendeu tanto as ideias de Jung que decidiu, também, transformar em livro a história de Jung, por base de suas próprias pesquisas (NISE, 1981), criando assim uma rica biografia que merece ser lida não só por seu conteúdo, mas para compreender Jung por um ponto de vista desta brasileira.

3.5 Oficina de mandalas terapêuticas

Quem nos trouxe de forma mais prática e profunda os estudos sobre as mandalas, dentro do nosso curso, foi o Professor Pedro Júnior, através da Oficina de mandalas terapêuticas.

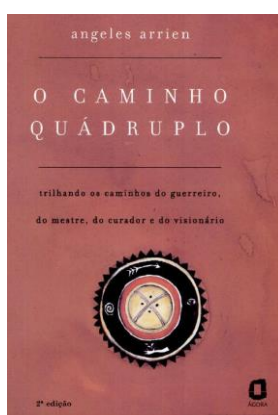


Fonte: arquivo da autora

FIGURA 22- Definição de Mandala

Em nosso primeiro encontro ele nos trouxe a história ancestral, inclusive fazendo grande referência a nossa cultura indígena. Trouxe-nos em seus relatos a história de Jung e seus estudos “dos” mandalas, como ele chamava, ressaltando que Jung não via apenas a referência aos desenhos contidos nas mandalas, mas também seu caráter circular, que como ele associa, presente em diversas construções arquitetônicas de instituições como igrejas, prisões, escolas e conventos.

Neste primeiro encontro o professor nos sugeriu vídeos onde poderíamos aprender a construir uma mandala, ou seja, com orientações precisas da técnica. Já em nosso segundo encontro aprendemos algo novo, mais relacionado à ancestralidade das mandalas que foi o “Caminho Quádruplo” (Vide foto abaixo).



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 23- Capa do livro O Caminho Quádruplo

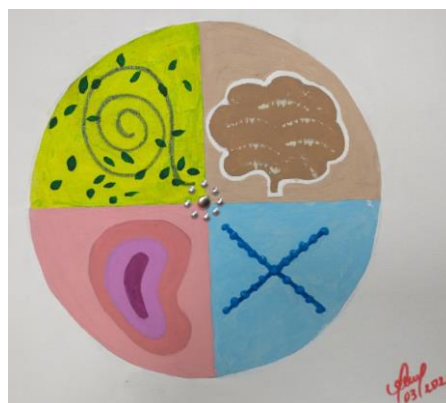
Com base neste livro, estudamos o caminho do Guerreiro, do Curador, do Mestre e do Visionário.

Conforme explicado pelo professor, o “Caminho Quádruplo” é um conhecimento que nos ajuda a viver em harmonia e equilíbrio com o meio e a própria natureza interior.

Nas leituras complementares da aula encontramos trechos ricos sobre estes arquétipos como o trecho abaixo sobre o arquétipo do Guerreiro:

Esse aspecto da responsabilidade é “disciplina”. Disciplina é o processo de encarar a vida de frente e agir sem precipitação. De fato, esse termo significa “ser discípulo de si mesmo”. Quando somos discípulo de nós mesmos, horamos nosso próprio ritmo, nosso “ir-passo-a-passo” natural. Tendemos a perder o rumo quando temos muito ou pouco a fazer. Esses períodos devem nos servir de lembretes para caminharmos com disciplina, e nos movermos não com imprudência, mas passo a passo. (ARRIEN, 1993, p. 22)

Como resultado desta disciplina fomos instigados a criar nossa própria mandala (vide foto abaixo), que contemplasse os quatro arquétipos e explicá-las. Foi uma atividade reveladora do quanto somos inconscientes de nós mesmos. Conhecer a si mesmo é uma dádiva e vai nos fazendo evoluir nessa jornada chamada vida.



Fonte: arquivo da autora

FIGURA 24- Mandala com base nos arquétipos

4 ESTRATÉGIAS POSTERIORES

Neste intervalo de tempo entre o início do curso e a pandemia, muito coisa mudou. Esta, muito afetou a vida de todos. No início a ideia era fazer uso deste conhecimento nos atendimentos psicopedagógicos, porém, no atual momento em que estas linhas são escritas, já se passaram quase dois anos e agora, a estratégia a que recorreremos é incorporar os conhecimentos adquiridos no curso à proposta atual de trabalho empreendedor na área de brinquedos educativos e de ensino de artesanato criativo para outras pessoas.

Este também é um espaço que dialoga com a Arteterapia, não no sentido intencional, uma vez que são coisas bem distintas, porém nas aulas no nosso curso de costura criativa há sempre uma consciência de que fazer o brinquedo, é uma terapia artística onde o aluno dialoga com as peças que irá compor seu trabalho, contempla, manipula, resolve questões que aparecem, concluem, observam e analisam sua produção.

Assim, como as mandalas que estão presentes na natureza, a arteterapia será presente em nossa vida agora como arteterapeutas (quase lá!) em diversas situações em que podemos construir, nos envolver em algo artístico. Sem perceber, sem intenção nenhuma, laços internos vão sendo desatados e novas estruturas mentais vão sendo formadas.

A arteterapia estará sempre presente em nossos trabalhos e aulas, de uma maneira sutil, mas que ajudará na busca de bons resultados para nossas alunas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui nesta etapa final, ensejamos resgatar de maneira sucinta, os conhecimentos adquiridos, tornar a refletir sobre as vivências que fizeram parte destes momentos, sobre o próprio momento em que de maneira totalmente inimaginável tivemos que encarar.

Além da curiosidade em aprofundar o assunto, este estudo ensejou o desejo, também, de explorar o assunto Mandalas terapêuticas, a fim de colaborar de alguma maneira na formação de outros arteterapeutas, bem como ampliar o conhecimento de todos que se interessarem pelo assunto.

Este curso conclui-se, assim, como muitos outros pelo Brasil, de maneira muito peculiar em mais de um ano de novas estratégias. Não se pode afirmar que foi incompleto, porém, deixou no ar a ideia de que poderia ter sido melhor, pois nos foi roubada a chance das vivências profundas em grupo. Sabemos que isto não foi só para nós, foi para o mundo.

Ninguém estava preparado para o que aconteceu, então neste momento somos privilegiados, pois vivemos e sobrevivemos. Não só com a vida biológica, mas com a vida psicológica, com aquele velho e bom instinto de sobrevivência que nos impulsiona a ir cada vez mais longe, a levantar mesmo após a queda.

Tivemos ótimas fontes de conhecimentos através de disciplinas conceituais e práticas, professores empenhados, aulas focadas em uma formação de qualidade para oferecer à sociedade profissionais que estivessem preparados para agir e promover reconstruções através da arte.

Podemos mesmo afirmar que os conhecimentos que internalizamos da Arteterapia foram fortalecedores, regeneradores e reconstrutores de nossas capacidades. Fica, portanto, o conhecimento, as superações e as lições teóricas e práticas deste curso que nos preparou como os próximos arteterapeutas formados pela Plus para oferecer algo de muito bom à sociedade.

REFERÊNCIAS

CLARCK, L. Almeida e Dale. Disponível em:

<<https://www.almeidaedale.com.br/pt/artistas/lygia-clark>> , acesso em: 20 jul. 2021.

FIERZ, H.K. **Psiquiatria Junguiana**. São Paulo: Paulus, 1997.

FIORAVANTI, C. **Mandalas**: como usar a energia dos desenhos sagrados. São Paulo: Pensamento, 2007

MAGALDI, F. **Das memórias de Nise da Silveira no Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro**. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/BJkYhRrZRjXKKgjLDZzTtCz/?lang=pt&format=pdf>>, acesso em: 21 jul. 2021.

JUNG C. G., WILHELM, R. **O segredo da flor de ouro**. Petrópolis: Vozes, 2ª. ed. 1984.

_____. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. ed. 1969

REZENDE, M. A. R. A relação pedagógica e a avaliação no espelho do portfólio: memórias docentes e discentes. 2010. vi, 278 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-87YPQC>> , acesso em: 19 maio 2021.

SILVEIRA, N. da. **Jung**: vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 7ª ed.

ZANELATO, J. R. O Portfólio como instrumento de avaliação no ensino de graduação em Artes Visuais. Campinas, 2008. **Dissertação (Mestrado)**. Curso de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp043379.pdf>>, acesso em: 19 maio 2021.

A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO E PROMOÇÃO A SAÚDE DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA

THE IMPORTANCE OF SELF-CARE AND PROMOTION THE HEALTH OF HIGHER EDUCATION STUDENTS IN TIMES OF PANDEMIC

LA IMPORTANCIA DEL AUTOCUIDADO Y LA PROMOCIÓN DE LA SALUD DE LOS ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Aldenize Maria Chaves de Mendonça²
Maria Euzimar Nunes Rodrigues³

Resumo: A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a importância do autocuidado e da promoção à saúde dos alunos do ensino superior. Sabe-se que o ensino superior pode ser a ponte para uma mudança de vida, ou seja, melhores condições de trabalho, atender pré-requisitos profissionais e acadêmicos ou até mesmo uma satisfação pessoal. Porém, devemos de forma reflexiva, avaliar as condições deste novo ciclo, do contexto atual, quais são as novas demandas que o ensino superior requer desses alunos, além dos de praxe, como prazos para tarefas acadêmicas improrrogáveis, aprofundamento teórico, iniciação científica; administrar tudo isso provoca um misto de sensações e novas atividades jamais vistas antes. A pesquisa é de natureza bibliográfica e traz diferentes reflexões e experiências de outras pesquisas no tocante à importância do autocuidado, da vigilância constante a saúde, entendendo saúde em seu conceito ampliado, incluindo a saúde mental neste contexto ainda pandêmico da covid-19, que atingiu todos mundialmente e com um número de mais de 600 mil mortos no Brasil. Esse fator interfere diretamente e indiretamente na saúde de todos. Diante do exposto, a pesquisa torna-se de extrema relevância, pois nos mostra uma realidade ainda vivenciada por alunos, conforme veremos a seguir nesta pesquisa.

Palavras-chave: Autocuidado. Ensino Superior. Saúde Mental.

Abstract: This research proposes a reflection on the importance of self-care and health promotion of higher education students. It is known that higher education can be the bridge to a change of life, that is, better working conditions, meet professional and academic prerequisites or even personal satisfaction, but we must reflexively evaluate the conditions of this new cycle, of the current context, what are the new demands that higher education requires of these students, besides the practical ones as deadlines for imrogable academic tasks, theoretical deepening, scientific initiation, administering all this causes a mixture of sensations and new activities never seen before. The research is bibliographic in nature and brings different reflections and experiences of other research regarding the importance of self-care, constant health surveillance, understanding health in its expanded concept including the mental health of this still pandemic context of covid-19 that reached all worldwide and with a number of more than 600,000 deaths in Brazil by covid-19, which directly and indirectly interferes with everyone's health. Given the above, the research becomes extremely relevant, because it shows us a reality still experienced by students, as we will see below in this research.

Keywords: Self-care. Higher education. Mental health.

² Graduada em Serviço Social. Graduanda em Pedagogia. Especialista em Psicologia em Legislação Social e Políticas Públicas, com MBA em Docência e Metodologia do Ensino Superior. Pós-Graduanda em Gestão Pública. Professora Colaboradora da Pós-Graduação da Faculdade Plus e da Faculdade de Quixeramobim - UNIQU. E-mail: denizemend@hotmail.com

³ Pedagoga. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Especialista em Educação Especial. Especialista em LIBRAS e Educação para Surdos. Especialista em Docência do ensino Superior. Professora da Faculdade PLUS. E-mail: euzimar.plus@gmail.com.

Resumen: Esta investigación propone una reflexión sobre la importancia del autocuidado y la promoción de la salud de los estudiantes de educación superior. Se sabe que la educación superior puede ser el puente hacia un cambio de vida, es decir, mejores condiciones de trabajo, cumplir con los requisitos profesionales y académicos o incluso la satisfacción personal, pero debemos evaluar reflexivamente las condiciones de este nuevo ciclo, del contexto actual, cuáles son las nuevas demandas que la educación superior requiere de estos estudiantes, además de los prácticos como plazos para tareas académicas inrogables, profundización teórica, iniciación científica, administrar todo esto provoca una mezcla de sensaciones y nuevas actividades nunca antes vistas. La investigación es de naturaleza bibliográfica y trae diferentes reflexiones y experiencias de otras investigaciones sobre la importancia del autocuidado, la vigilancia constante de la salud, la comprensión de la salud en su concepto ampliado, incluida la salud mental de este contexto aún pandémico de covid-19 que llegó a todo el mundo y con un número de más de 600.000 muertes en Brasil por covid-19, que interfiere directa e indirectamente con la salud de todos. Dado lo anterior, la investigación cobra suma relevancia, pues nos muestra una realidad aún vivida por los estudiantes, como veremos a continuación en esta investigación.

Palabras clave: Autocuidado. Enseñanza superior. Salud mental.

1. INTRODUÇÃO

A Saúde Mental muitas vezes vem sendo negligenciada pelos alunos e universidades e pouco compreendida pela sociedade em geral, potencializando de forma errônea a ausência do autocuidado. Muito temos ainda que discutir sobre o assunto, sobre a subjetividade dos sujeitos e suas formas de enfrentar os desafios que se apresentam no seu cotidiano e, em especial, na sua chegada e permanência ou não no ensino superior.

Ainda é comum observar certa ironia quando se fala em cuidar da saúde mental, ir ao psicólogo, ao psiquiatra ou fazer terapia e participar de grupos terapêuticos. Quem nunca escutou: “Tá doido? Tá com depressão?”. Ou seja, existe ainda um preconceito escancarado e alguns velados, como por exemplo, com quem faz uso de algum tipo de “remédio controlado”, “tarja preta”, que são medicamentos (entorpecentes ou psicotrópicos) que em crises de pânico ou ansiedade, vivência a falta de compreensão e empatia em discursivas maldosas como: “Isso é “frescura” ou “falta do que fazer”. Isto tem criado um enorme entrave na busca do autocuidado, na preocupação com a não aceitação pessoal e entre seus pares em buscar ajuda.

Falar de autocuidado requer um olhar com dimensão ampla, para compreender a subjetividade de cada ser humano e entendê-los em seus aspectos biopsicossocial. É comum ainda nos depararmos com muitos tabus ao propormos esse diálogo, pois ainda identificamos um enorme preconceito, que aparenta estar potencializado na universidade por se tratar do “ensino superior”, da formação profissional, conforme destacam Escobar e Pico (2013 *apud*

ABEGG *et al.*, 2020), baseados em estudos que apontam “um paradoxo comportamental, já que as práticas não condizem com o conhecimento”.

Diante disto se faz de extrema importância dialogar sobre o autocuidado dos alunos do ensino superior, trazer dados importantes para mantermos a vigilância necessária no que diz respeito à prevenção, como também identificar possíveis causas que potencializam este sofrimento e estratégias para combatê-lo.

Dados nos revelam que com a pandemia da Covid-19, para quem já tinha algum tipo de transtorno mental ou doença psiquiátrica, ela foi potencializada neste contexto e muitos outros tiveram o seu diagnóstico fechado neste período. Não podemos deixar de demonstrar aqui o conceito ampliado de saúde definido e tantas vezes citado pela OMS, desde 1948: “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”, como também trazer para discussão o grande agravo que a pandemia trouxe à saúde mental, já identificada pela OMS.

Sabe-se que a saúde mental envolve muitos aspectos e a falta dela nos traz preocupações, como o aumento de casos de ansiedade, depressão, suicídio e até mesmo a dor de um luto mal vivido, que poderá influenciar diretamente na ausência deste autocuidado. Mas, afinal, qual a importância do autocuidado e da promoção à saúde? Quais os fatores de risco e de proteção para este cuidado? Estas e outras perguntas serão respondidas no decorrer da pesquisa, pois se faz necessário algumas análises do contexto de vida dos alunos do ensino superior.

2. O CONTEXTO DE VIDA ACADEMICA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Analisar o contexto de vida dos estudantes universitários se faz necessário para diminuir a disparidade entre eles. A universidade (aqui entendida e referenciada como instituições de ensino superior - IES - em geral) recebe uma diversidade de sujeitos, seja em relação à origem, raça/etnia, classe social e econômica, idade, gênero, convicções religiosas, expectativas acadêmicas e profissionais dentre tantas outras; e é considerando esse contexto de onde vêm cada aluno e aluna que a universidade deve estar aberta a acolhê-los dentro das suas especificidades e preparada para propor desafios, mas também práticas de cuidado.

Diante desta realidade é necessário que os estudantes reflitam suas vidas e cotidiano

para além da universidade, ou seja, da vida acadêmica.

É importante oferecer vivências que estimulem o estudante a viver no equilíbrio de tudo que necessita fazer no dia a dia, sem deixar de fazer o que gosta como atividades de lazer. Os universitários, a maior parte das vezes direciona, somente, a universidade com trabalhos, provas, monitorias, estágios, entre outras atividades, e deixam de lado ações que antes eram importantes, tais como, família, amigos, namorado, religião, academia, atividades esportivas e de recreação. Quando, enfim, conseguem um tempo para fazer alguma atividade que não esteja relacionada à universidade, já estão no limite do estresse, com a saúde mental debilitada (MATTOS *et al.*, 2018, s.p.)

Entretanto, para que isto aconteça, é tarefa de todos os sujeitos envolvidos neste processo de formação, sejam os gestores, coordenadores, professores e alunos, a administração destas múltiplas tarefas na pauta dos autocuidados dentro da universidade. No Brasil, de forma mais efervescente a partir dos anos 2000, vem acontecendo uma expansão do ensino superior e, de forma mais latente nas instituições privadas. Não nos cabe trazer esta discussão neste artigo, mas é uma boa proposta a se discutir; por hora, podemos analisar alguns pontos ainda que polêmicos, mas que a autora identifica como positivos, a exemplo, temos a lei de cotas, ação afirmativa que proporcionou oportunidades de acesso ao ensino superior à grupos de minorias, como os negros e negras e pessoas com deficiência.

Vale ressaltar também programas como o Programa Universidades para Todos (PROUNI) e também o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); leis e programas que fomentaram a chegada dos alunos no ensino superior, nas universidades.

As práticas acolhedoras e de cuidado poderão ser estratégias para que os alunos não só cheguem à universidade, mas permaneçam e concluam seus objetivos, a tão sonhada formatura; para que isto aconteça, a promoção à saúde e o cuidado é essencial. Sabemos que a desistência em permanecer no ensino superior ou em curso específico pode ser multifatorial, conforme número demonstrado pelo censo da educação superior, “como dados da trajetória da Educação Superior com base em alunos que ingressaram no curso em 2010. Em 2019, 40% deles tinham concluído o curso e 59% desistiram” (MEC, 2019, online).

Em uma população de escolaridade elevada, como no caso dos universitários (ensino superior incompleto), espera-se que os sujeitos compreendam a necessidade de hábitos saudáveis para promover uma boa saúde. Entretanto, um estudo realizado com universitários na Colômbia aponta para um paradoxo comportamental, já que as práticas não condizem com o conhecimento. Tal comportamento é nocivo aos universitários, já que o autocuidado é um fator relevante no desenvolvimento pessoal e acadêmico (ESCOBAR; PICO, 2013 *apud* ABEGG *et al.*, 2019, s.p.).

Apresentaremos a seguir dados que nos preocupam, mas também nos alertam em relação à valorização da vida e a prevenção da saúde mental. As pesquisas e dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) nos demonstram que o suicídio é um problema de saúde pública e é a quarta causa de morte no mundo entre jovens de 15 a 29 anos. Ou seja, diante da diversidade que encontraremos no ensino superior no quesito idade, esta faixa etária é fortemente vista entre o aluno do ensino médio (potencial universitário) e aquele que está vivenciando a sua vida acadêmica dentro de uma universidade. Pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde confirma estas informações (OMS, 2021, online).

No marco do dia mundial de prevenção ao suicídio, que acontece no dia 10 de setembro de cada ano, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alertou que a pandemia de covid-19 exacerbou os fatores de risco associado a comportamentos suicidas e pediu priorização da prevenção ao suicídio. Estudos demonstram que a pandemia ampliou os fatores de risco associado ao suicídio, como perda de emprego ou economia, trauma ou abuso, transtornos mentais e barreiras ao acesso à saúde. Cerca de 50% das pessoas que participaram de uma pesquisa do Fórum Econômico Mundial no Chile, Brasil, Peru e Canadá um ano após o início da pandemia, relataram que a sua saúde mental havia piorado.

Investir em saúde mental e em políticas públicas eficazes é de extrema importância; a OMS ainda relata cenário decepcionante, a partir das informações coletadas no Atlas de Saúde Mental, que é um instrumento avaliado a cada 3 anos, por meio de dados fornecidos pelos países de todo o mundo sobre as políticas de saúde mental. Como ratifica o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, “Não há saúde sem saúde mental”.

É extremamente preocupante que, apesar da necessidade evidente e crescente de serviços de saúde mental, que se tornou mais crítica durante a pandemia de COVID-19, as boas intenções não estejam sendo atendidas como investimentos, [...] devemos prestar atenção e agir de acordo com este chamado para despertar e acelerar drasticamente a ampliação do investimento em saúde mental, porque não há saúde sem saúde mental (OMS, 2021, online).

Podemos identificar no dicionário a definição de autocuidado como “Conjunto de ações ou procedimentos de cada indivíduo destinado a manutenção da vida, saúde e do bem-estar”. Sendo assim, se faz necessário alguns cuidados na promoção da saúde e, conseqüentemente, a valorização da vida como fator de proteção, como a redução de danos para evitar possíveis riscos e agravos.

Os tópicos a seguir pretendem responder as perguntas norteadoras provocadas na

introdução, como a trazida no parágrafo anterior sobre a definição do autocuidado, que são ações que nos permitirão ter qualidade de vida. Fatores que nos garantirão esta qualidade estão ligados à proteção, como da nossa saúde física, mental e social: alimentação saudável, atividade física regular, ingestão de água, atenção com as horas de sono, cuidado bucal e consultas odontológicas regularmente, consultas médicas de rotina, higiene corporal diária, situação vacinal, relações sexuais protegidas na prevenção de ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis, respeitando a individualidade de cada sujeito.

Assim, evitar danos à saúde como o tabagismo e o abuso de álcool e outras drogas, esses últimos tendem também a saúde de pacientes que possuem algum transtorno mental, onde se orientam a sua assistência contínua, sejam por meio de medicações, terapia, recursos terapêuticos através das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), dentre tantas outras. Não pode faltar também neste cuidado o suporte familiar, a rede de apoio constituída por familiares e amigos, os laços sociais tão bem pontuados nos estudos de Emile Durkheim sobre a importância das relações sociais, o que foi restrito na pandemia com o isolamento e distanciamento social. E porque não citar ainda a importância do cuidado com a espiritualidade, que vai para além da religiosidade ou religião.

Percebe-se que no cuidado e autocuidado eficiente não podemos trabalhar isoladamente; somos seres sociais integrais, ou seja, é necessário cuidar de todos os aspectos, os quais são complementares para o nosso bem-estar, o que quer dizer que tudo é interligado é indissociável.

3 O CONTEXTO UNIVERSITARIO EM TEMPOS DE PANDEMIA

3.1 Pandemia do covid-19

A pandemia da Covid-19 afetou o mundo e, conforme já constatado, o vírus apareceu pela primeira vez na China, na cidade de Wurah, entre outubro e meados de novembro do ano de 2019, mas só foi relatado oficialmente em dezembro do mesmo ano e em seguida se alastrou por todos os países até chegar ao Brasil, onde teve o primeiro caso notificado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, de um homem de 61 anos de idade, que tinha em seu histórico uma viagem para Itália, na cidade de Lombardia.

Diante de um reflexo de outros países e o número de casos aumentando ligeiramente, as

Universidades Brasileiras também paralisavam as suas atividades e fechavam as suas portas mesmo que ainda de forma provisória, pois o vírus era altamente contagioso e por se tratar de algo muito novo foi necessário um processo de adaptação sem previsão de retorno das aulas presenciais. As universidades que já trabalhavam 100% em formato EAD (Ensino a Distância) tinham o sistema como um amparato; já aquelas com formato misto/híbrido tiveram que aprimorar este sistema, pois a demanda estava aumentando.

Em relação às universidades de ensino presencial os desafios foram ainda maiores até encontrar estratégias eficazes para atender a necessidade dos universitários quando não se tinha o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) ou este não atendia a demanda. Exemplo disto foram as primeiras aulas por grupo de WhatsApp, evoluindo para as plataformas dos aplicativos Zoom e Meet, dentre outros, ou seja, levou tempo para adaptar e readaptar os alunos até encontrar estratégias, o que de forma latente refletiu na saúde mental dos estudantes, seja pela insegurança, incerteza, desconforto, não adaptação ao novo formato até a falta de recursos para a aula online como celulares, computadores e internet.

Diante desta situação se viu a enorme preocupação da Organização Mundial de Saúde com a saúde mental da população e neste artigo pontuamos a dos estudantes universitários que somente após meses de pandemia, iniciaram-se as primeiras estratégias de retorno que ainda difícil em dizer se aquelas utilizadas durante estes quase 2 anos foram eficazes ou não, mas este é um ótimo ponto a ser discutido em pesquisas futuras.

Trouxemos discussões sobre a diversidade dos alunos que chegam à universidade e não podemos deixar de destacar o quanto os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) interferem diretamente na vida desses sujeitos. Segundo Carvalho:

As condições econômicas e sociais influenciam decisivamente as condições de saúde de pessoas e populações. A maior parte da carga das doenças- assim como as iniquidades em saúde, que existem em todos os países- acontece por conta das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhece. Esse conjunto é denominado “determinantes sociais de saúde”, um termo que resume os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde (CARVALHO, 2013, p. 19).

Tendo em vista como o contexto de vida de cada sujeito pode afetar o seu desenvolvimento, ressaltamos o que diz respeito às “iniquidades”, pois se percebe as novas condições que os estudantes vivenciam a partir da pandemia da Covid-19.

Iniquidades sociais, portanto, são carências determinadas socialmente, que condicionam a existência de pessoas, grupos e populações, as quais são caracterizadas por desigualdade de acesso, ou ao não acesso, a bens materiais e imateriais, patrimônios humanos, responsáveis por proporcionarem um patamar de vida humana digna e são resultantes da violação de direitos imputada pela ação do Estado, dos órgãos governamentais e pela omissão da sociedade civil (CRUZ; BORGES, 2021, p. 49).

Novos desafios nos são impostos constantemente, inclusive neste momento de retorno a sala de aula muito se fala em “um novo normal”, mas o que de fato nos aparece como possibilidade este retorno ainda que moroso tem sido o avanço da vacina contra a Covid-19, onde ainda espera-se dos governos, gestores, professores e alunos alguma cautela, manter os mesmos cuidados que foram eficazes até aqui como o uso de máscara, distanciamento social, higienização das mãos e a vacina, que hoje beneficia os cidadãos a partir de 12 anos de idade. No entanto, espera-se a partir da ciência e das pesquisas que este público seja ainda mais abrangente a ponto de proteger a população em geral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visa alertar os desafios que poderão ser encontrados na vivência do ensino superior, mesmo compreendendo que esses desafios e as suas estratégias de enfrentamento poderão ser prevenidas, identificadas, enfrentadas e superadas de forma coletiva ou individual, pois compreendemos a singularidade de cada sujeito e as construções históricas, mas não podemos além de alertar a importância deste autocuidado, desta autoavaliação constante, que demonstrar estratégias exitosas e acolhedoras, como as vistas aqui. Pode-se propor grupos de autocuidado dentro das universidades, grupos de apoio multiprofissional com o objetivo de uma escuta qualificada, salas de descanso e espaços aconchegantes e acolhedores, grupos de vivências para superação de desafios, oficinas temáticas e espaço para atividades físicas.

Compreendemos que cada instituição de ensino superior tem a sua realidade e para isto não existe fórmula mágica e sim boa vontade e estratégias conjuntas dos sujeitos envolvidos neste processo de formação, pois estimular, incentivar é um dos papéis das universidades.

Nesta perspectiva, escutar os discentes, abrir este espaço para compreender os seus desafios cotidianos dentro da universidade é essencial para criar programas e projetos que potencializarão a autonomia, confiança e permanência dentro da universidade.

REFERÊNCIAS

ABEGG, Daiane Graciella. *et al.* PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO DE UNIVERSITÁRIOS RESIDENTES NO CAMPUS DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO EM SÃO PAULO. **Life Style**, v. 7, n. 2, p. 34-45, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos- PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de práticas Integrativas e Complementares no SUS- PNPIC-SUS, 2006.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29/08/2012 que, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 out. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013. Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da igualdade Racial- Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288 de 20/07/2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 nov. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8136.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.136%2C%20DE%205,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 19 ago. 2021.

ARAÚJO, Ana Lídia; LISBOA, Ana Paula; SALOMÃO, Mateus. Desistência no ensino

superior aumenta e número de formandos cai. **Eu estudante**, Censo da Educação Superior, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2020/10/4884127-desistencia-no-ensino-superior-aumenta-e-numero-de-formandos-cai.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CORONAVÍRUS: Brasil confirma primeiro caso da doença. **UNASUS**, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso: 21 nov. 2021.

CARVALHO, Antônio Ivo de. *et al.* **Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde**. In: A saúde no Brasil em 2030: população e perfil sanitário. Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

PRIMEIRO caso Covid-19 pode ter atingido a China em outubro de 2019, diz estudo. **CNN Brasil**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/primeiro-caso-covid-19-pode-ter-atingido-a-china-em-outubro-de-2019-diz-estudo/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CRUZ, Carlos; BORGES, Jakeline. **Descomplicando saúde pública e saúde coletiva**. Salvador, BA: Natale Oliveira Souza, 2021.

AUTOCUIDADO. **Dicionário Online**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/autocuidado>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MATTOS, Mússio Pirajá; GOMES, Daiene Rosa; SOUSA, Maria Lidiany Tributino. Promoção à saúde de estudantes universitários: contribuições para um espaço de integração e acolhimento. **Saúde Redes**, p. 159-173, 2018.

DOURADO, Péricles. *et al.* **Vacina Contra o covid-19 em adolescentes**. Subsecretaria de saúde gerência de informações estratégia em saúde CONECTA-SUS, 2021.

Após 18 meses de pandemia de COVID-19, OPAS pede prioridade para prevenção ao suicídio. **Organização Pan-Americana de Saúde**, 9 set. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2021-apos-18-meses-pandemia-covid-19-opas-pede-prioridade-para-prevencao-ao-suicidio>. Acesso em: 20 nov. 2021.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

THE LITERACY PROCESS OF CHILDREN WITH AUTISM

EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN DE LOS NIÑOS CON AUTISMO

ANTONIO BRUNO DE SOUSA SAMPAIO⁴
JANAÍNA FIUSA DE ANDRADE⁵
MARIA MÁRCIA RODRIGUES⁶

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de alfabetização nos anos iniciais de crianças com o transtorno do espectro autista (TEA). Falarmos em autismo, significa refletirmos sobre educação inclusiva, modalidade que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Nesse sentido, foi realizado um estudo de cunho bibliográfico para fundamentação desta pesquisa com base em autores como Quixaba (2015), Veiga (2006), Sasaki (1999), Ferreiro (2000), Silva (2013), Gauderer (1997), Rosita Edler (2006). Além de documentos legais como a LDB N° 9.394/96 e a lei N° 12.764/2012 que trata da Política Nacional de proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. É importante entendermos que cada criança tem seu tempo e formas diferentes para se desenvolver. Assim, a escola e professores devem estar preparados para criar mecanismos e estratégias para facilitar a aprendizagem dessas crianças.

ABSTRACT: This article aims to understand the literacy process in the early years of children with autism spectrum disorder (ASD). To talk about autism means to reflect on inclusive education, a modality that goes through all levels, stages, and modalities of teaching. In this sense, a bibliographic study was conducted to support this research based on authors such as Quixaba (2015), Veiga (2006), Sasaki (1999), Blacksmith (2000), Silva (2013), Gauderer (1997), Rosita Edler (2006). In addition to legal documents such as LDB No. 9,394/96 and Law No. 12,764/2012 that deals with the National Policy for the protection of the rights of people with autism spectrum disorder. It is important to understand that each child has their own different time and ways to develop. Thus, the school and teachers should be prepared to create mechanisms and strategies to facilitate the learning of these children.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo comprender el proceso de alfabetización en los primeros años de los niños con trastorno del espectro autista (TEA). Hablar de autismo significa reflexionar sobre la educación inclusiva, una modalidad que pasa por todos los niveles, etapas y modalidades de enseñanza. En este sentido, se realizó un estudio bibliográfico para apoyar esta investigación basado en autores como Quixaba (2015), Veiga (2006), Sasaki (1999), Blacksmith (2000), Silva (2013), Gauderer (1997), Rosita Edler (2006). Además de documentos legales como LDB N° 9,394/96 y la Ley N° 12,764/2012 que trata de la Política Nacional para la protección de los derechos de las personas con trastorno del espectro autista. Es importante entender que cada niño tiene su propio tiempo y formas diferentes de desarrollarse. Por lo tanto, la escuela y los maestros deben estar preparados para crear mecanismos y estrategias que faciliten el aprendizaje de estos niños.

Palavras chaves: Processo Alfabetização. Transtorno do Espectro Autista;

⁴Bruno Sampaio discente do curso de pedagogia 7º semestre, Faculdade Plus. E-mail: sousab750@gmail.com

⁵Janaína Fiusa discente do curso de pedagogia 7º semestre, Faculdade Plus. E-mail: janainafiusa5@gmail.com

⁶Marcia Rodrigues discente do curso de pedagogia 7º semestre, Faculdade Plus. E-mail: rodrigueslala809@gmail.com

Keywords: Literacy Process. Autism Spectrum Disorder.

Palabras clave: Proceso de alfabetización. Trastorno del espectro autista.

INTRODUÇÃO

Devemos fazer uma reflexão sobre os processos de ensino com crianças autistas, as práticas docentes e um olhar diferente. Buscamos analisar a prática docente, com crianças, que estão no processo de alfabetização, que possuem o transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Veiga (2006), o processo de ensino, requer do professor a necessidade de promover a interação que deve existir entre ambas as partes, dessa forma, criar métodos inovadores do pensar, sentir e no agir em relação ao contexto pedagógico.

O desenvolvimento da autonomia e competências se dá através da Aprendizagem. Aprender é construir capacidades, tornar se capaz de fazer aquilo que, antes, não se conseguia. Nesse presente artigo, foi abordado de uma forma clara e objetiva. Os processos de alfabetização de crianças com autismo. Nessa perspectiva, consideramos que é importante debatermos sobre essa temática, uma vez que devemos utilizar recursos e práticas para abordagem do respectivo tema, numa sociedade tão pouco trabalhada nos espaços educacionais.

Em muitas escolas a inserção de crianças com algum tipo de deficiência no ensino regular está cada vez maior. Contudo, não basta apenas o aluno está presente para garantir seu aprendizado, é preciso que a escola e os professores estejam preparados para receber esses alunos. Uma escola inclusiva é aquela que está apta a receber e oferecer a esses alunos todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

De fato, é muito complicado, pedagogos não se sentem preparados para exercer seu trabalho, consideram um grande desafio alfabetizar crianças autistas. Nesse sentido, exigirá dos professores formação e reflexão sobre novas práticas de ensino, bem como um olhar diferenciado, mais afetuoso que posso ganhar a empatia e atenção desse aluno. De uma maneira mais objetiva, a maioria das pessoas acredita que o autismo é caracterizado somente por dificuldades de interação social, movimentos respectivos estereotipados, agressividade ou imperatividade. Porém existem outros sintomas que por não serem tão expressivos acabam passando por despercebidos, dificultando assim o diagnóstico. É de extrema importância a observação principalmente dos pais, e do professor em sala de aula para uma boa condução o tratamento quando se for necessário.

Dessa forma, segue o questionamento: Será que é possível alfabetizar uma criança com Espectro do autismo? Qual a metodologia mais adequada? Para onde direcionar essas reações pé - diagnosticado? Como é possível a inclusão dessas crianças no ambiente escolar regular? Como alfabetizá-las? Essas inquietações que as docências possuem, permitem que pensem suas práticas e posturas educacionais, e como esses educadores veem esses alunos, e entender qual o seu papel perante o desafio de ter um olhar diferente dos processos de alfabetização dessas crianças.

O presente estudo tem como objetivo Geral compreender o processo de alfabetização de crianças com autismo no âmbito escolar e os desafios da docência, quando ela se depara com crianças com autismo na sala de aula. É como objetivos específicos elencamos: ao leitor a importância da alfabetização com autista; demonstrar que é possível mudar esse contexto acrescentando novas modalidades ricas nessa perspectiva de ensino E trazer apontamentos e discussões sobre os desafios da docência nos processos de alfabetização de crianças autistas e uma reflexão sobre a inclusão do âmbito escolar.

Deste modo, este artigo foi realizado por pesquisa bibliográfica, trazendo discussões e reflexões sobre o papel da docência no processo de aprendizagem de crianças com autismo. A intenção foi trazer estudos que possibilitem uma maior compreensão de como funciona os processos de aprendizagem e os desafios encontrados pela à docência nessa caminhada.

Segundo Rosita Edler Carvalho (2006), para incluir um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam que ele se integre social, educacional e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura.

Nesse aspecto, o autismo está ligado a inclusão no ambiente escolar. Com isso, a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, é possível a partir de contatos sociais, que são adquiridos pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social.

Em relação à docência, Silva (2009) aponta a necessidade de orientação aos professores, pois a falta de conhecimento a respeito dos transtornos artísticos que os impedem de identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo. Segundo Pierre weil, vivemos sobre o princípio da fragmentação, ou seja, estamos habituados a ter uma visão do mundo, sob qualquer, aspecto, fragmentada. Trazer para a nossa realidade social todos os questionamentos existentes sobre como se dar todo o processo de alfabetizar um autista. São muitas as indagações

sobre o tema, apesar de termos muitos alunos autistas incluídos na sala de aula. Todos nós sabemos que ainda falta uma alfabetização rica e significativa no âmbito escolar.

METODOLOGIA

Quando falamos em educação inclusiva temos uma concepção de ensino contemporânea com o objetivo de garantir o direito de todos a educação. Inclusão e incluir e não inserir, partindo de questões físicas ela só insere. Como por exemplo questões de acessibilidade bem como um banheiro devidamente, apropriado, rampas para cadeirantes, entre outros. Quando nos referimos as questões psicológicas também ainda não encontramos um eixo que insira, pois apesar de eles estarem muitos das vezes em sala de aula, ainda não consegue receber aquela aprendizagem de uma maneira totalmente efetiva. É preciso lembrar que a constituição de 1988 garante, que nas escolas Públicas, preferencialmente, a possibilidade de todos os alunos com deficiência serem incluídos nas turmas escolares do ensino regular. É preciso criar recursos novos e utilizar os que já existem, de acordo com a dificuldade de cada aluno. É preciso que todos possam fazer a inclusão acontecer, e que seja efetivada para assim, ter continuidade. O trabalho com a diferença, com a diversidade implica em novas ações na sala de aula, na escola, no bairro ou em outros grupos que complementem o trabalho escolar e que possam minimizar as complexas problemáticas vinculadas ao abandono social e às necessidades educacionais especiais.

Na reflexão e ação sobre a criança e o jovem especial, passamos da etapa de normatização, que é a fase de fazer leis, para a realização de uma inclusão mais efetiva, concreta, cotidiana. Cada criança com autismo tem suas limitações e habilidades que devem ser observadas e trabalhadas. Algumas metodologias de ensino são eficazes para essa aprendizagem, como por exemplo, usar o visual, ler em voz alta, utilizar o quadro negro quando estiver dando instruções. É importante lembrar que esse método é necessário usar tendo em vista a compreensão do professor em saber lidar com esse tipo de situação, apesar das escolas hoje não oferecerem um preparo para esses professores a saberem lidar com esses tipos de deficiência, dentre outros fatores sócias que existem por traz e que muitas das vezes retrocedem de um ponto de vista pequeno. O estudo deste trabalho será fundamentado em ideias e pressupostos de teóricos que a partir do método conceitual – analítico, serão utilizados conceitos e ideias de outros autores pertinentes ao assunto. Indubitavelmente, quando abordamos esse tema, de fato, é preciso se referir a preocupação humana, ao sentimento de pertencimento a um

grupo, aumentando sua autoestima, empatia, o que por si só favorece um fator forte para a aprendizagem. Nesse contexto, trazemos a reflexão a curto, médio ou longo prazo, ensinando de forma comprometida com sua educação, um autista consegue aprender e projetar-se no seu contexto familiar, social e educacional.

A CONSTRUÇÃO DE SABERES

Autismo é dado a um conjunto de transtornos de desenvolvimento que causam problemas na linguagem, dificuldades de comunicação, interação social e comportamental. A partir desta discussão entende-se que há diferentes níveis e tipos de autismo que se torna imprescindível reconhecer. Em 2013, o autismo recebeu uma nova nomenclatura através do manual diagnóstico e estatístico de transtorno mental (DSM-V), que passa a se chamar (TEA) transtorno do espectro autismo, podendo assim, melhorar avaliações e estudos por partes dessas considerações de espectro. O autismo é ainda uma doença sem cura encontrada mais com acompanhamento de profissionais especializados, e tendo a educação garantida conhecer acompanhar a aprendizagem regular, sem falar dos cuidados e dedicação da família. Podemos citar alguns sintomas básicos e seus tipos.

Dificuldade de comunicação, interação e comportamento social comprometidos, comportamentos repetitivos, deficiência intelectual, dificuldade de falar ou não falar. Alguns desses sintomas podem ser reconhecidos entre os dois e três anos de idade. Temos outros tipos de autismo como a (síndrome de asperge) considerado um autismo leve, temos o (transtorno invasivo do desenvolvimento), que tem a interação social prejudicada, competência linguística superior ao transtorno autista com menos comportamentos repetitivos. O (transtorno autista), abrangem crianças e adultos com sintomas mais graves. Os tratamentos mais comuns são: fonoaudiólogo, ludo terapia, grupo de habilidades sociais, análise aplicada do comportamento, e medicação.

A partir dessas informações e condições para tratamento, podemos incluir essas crianças dentro de um ambiente escolar de ensino regular da seguinte forma. Temos que levar em considerações que essa inclusão não implica no atraso do processo de aprendizagem dos demais, dando oportunidades de interação para uma melhor consciência social. Segundo Gauderer (1997) é definido por alterações presentes antes dos três anos de idade e que caracteriza por alterações avaliativas na interação social, ofertando a capacidade de comunicação e o uso da imaginação. Algumas crianças chegam à escola com algum tipo de

entendimento mínimo por já ter o acompanhamento específico ou sem nenhum mínimo conhecimento por não ter ciência de nenhum outro acompanhamento. São características que devem ser levadas em consideração para abordar o conteúdo secular. Lembrando sempre que crianças autistas geralmente, não respondem bem a quebra de rotina ou a barulhos excessivos.

De acordo, com Sasaki (1999) inclusão social pode ser dada como sendo o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades e simultaneamente está se preparando para assumir seus papéis na sociedade. Ou seja, o processo de inclusão depende dos dois de quem não se sente dentro do que se é denominado ou considerado normal e da sociedade como um todo. Isso impede que o tratamento deve ser relativamente normal, para que essas crianças não se sintam diferentes de uma forma negativa. A construção de saberes é essencial para essas crianças, para o seu pleno desenvolvimento.

Segundo Silva (2013) assim como para qualquer criança representa um papel importante, isso para o desenvolvimento da criança autista pois contribui para a socialização e tem efeitos positivos sobre a aprendizagem, estimula o desenvolvimento de habilidades básicas de novos conhecimentos. Partindo desse pressuposto, e levando em consideração as informações já informadas no decorrer desse artigo, para a inclusão na alfabetização. Um ponto bem importante é que essas crianças autistas, tem um tempo de concentração limitado e assim perdem interesse, porém pode ler também bem cedo e se tornar determinados em assuntos de seu interesse. Trazer para essa aprendizagem algo de fora que possa prender sua atenção e assim, está conectado a rotina da aula.

Segundo Ferreira (2000) o professor não pode, se tornar um prisioneiro de suas próprias concepções; as de um culto alfabetizado para ser eficaz deverá habituar -se seu ponto de vista ao da criança. É preciso estar conectado ao aluno e fazer que seus métodos sejam eficazes na sua aprendizagem, além da adaptação do aluno e necessário o professor também se adequar as necessidades daquele aluno para assim termos um padrão social de qualidade. Com as discussões sócias ganhando maior evidência no cenário nacional, a Educação especial ganha mais espaço, principalmente a partir de 1996, com a aprovação da Lei de diretrizes e bases (LDB) nº 9.394, que dispõe no seu capítulo V, “sobre as diretrizes específicas da educação Especial, reconhecendo-a como modalidade escolar, devendo ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação”. (BRASIL, 2017, p 39).

Esse marco histórico para a educação brasileira, infelizmente, não foi suficiente para a efetivação de uma educação de qualidade a esses alunos, e tão pouco garante o acesso de todos

a educação. Já em 2008 foi promulgada a Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Reafirmando o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular. Posteriormente, e promulgada a lei n 12.764/12 que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista que dispõe no seu art. 3, inciso IV, ‘a) – o acesso à educação’’ (BRASIL, 2012, p.2).

Para Quixaba (2015, p.88) ‘‘ questões relevantes como o ingresso na escola e os tipos de atendimento devem fazer parte constantemente das discussões e das políticas educacionais direcionadas para pessoas com deficiência[...]’’. Consoante a autora, não podemos ignorar que o número de crianças com algum tipo de deficiência, inclusive com TEA, só aumentam nas escolas. O que significa que o estado e a escola precisam estar preparados para recebê-las. Com o direito garantido em lei, ‘‘a possibilidade de alfabetização representa uma enorme conquista na vida de qualquer ser humano, e muito mais para criança com diagnóstico autista e suas famílias’’ (GRENZEL, 2019, p.3).

Sabemos de forma peculiar que os alunos autistas têm de ver o mundo a sua volta o que torna difícil a sua alfabetização, pois apresenta dificuldades com a comunicação, linguagem, comportamento e interação. Todas as características peculiares que o autista traz consigo exigir do professor uma didática específica para alfabetizá-los. Ressaltamos a importância desse profissional, juntamente com a família, organizar rotinas com a criança autista; desenvolvimento assim, um trabalho mais produtivo e uma alfabetização significativa.

RESULTADOS

Diante desse estudo percebeu que A alfabetização de crianças autistas é um trabalho desafiador, principalmente, porque tira o professor de sua ‘‘zona de conforto’’ ou daquilo que ele já está acostumado a fazer em sala de aula. Ficou evidente que é preciso que os professores se reinventem, e acima de tudo, tenham disposição e paciência para ajudar, não esquecendo de trabalhar com empatia e afeto também. É claro que sempre vai haver adversidades, mas o educador não pode se frustrar com as dificuldades e erros cometidos. No começo, as crianças autistas como qualquer criança mostrará resistência ao aprendizado, mas com o tempo se acostumarão com a rotina escolar. Tudo isso contribuirá com seu processo de alfabetização.

O professor assume também uma responsabilidade social ao realizar seu trabalho, o professor além de contribuir para a formação do aluno, realiza uma ação educativa e de

construção de conhecimentos, adotando como componentes fundamentais à valorização da sensibilidade e da ética. Nesse sentido, o professor não precisa ser um especialista em transtornos ou tratamentos, Ele precisa tratar do seu aluno, percebendo que o tratar seria um ato de cuidar dessas crianças para ajudá-las encontrar modos de se inserir na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996 – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

_____. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Lei nº 12.764/2012 – Brasília. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/12/2012, pág. 2. Disponível em: Último acesso em 17 jun. 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

FERREIRO, Emília: Reflexões sobre alfabetização. São Paulo, Cortez editora (2000)

GAUDERER, E.C. Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

GRENZEL, Fabiana Boff. A Alfabetização de crianças Autistas. In: Formação, prática e pesquisa em educação 3. Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, MAURÍCIO Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3)

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. A inclusão na educação: humanizar para educar melhor. São Paulo: Paulinas, 2015.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SILVA LMda. Educação Inclusiva e a formação de professores 2009. 90f

VEIGA, I. P. A. Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Papyrus Editora, 2006.

PERÍODO GESTACIONAL: ASSISTÊNCIA DE SAÚDE OFERTADA NO SISTEMA CARCERÁRIO - REVISÃO INTEGRATIVA

GESTATIONAL PERIOD: HEALTH CARE OFFERED IN THE PRISON SYSTEM - INTEGRATIVE REVIEW

PERÍODO GESTACIONAL: ATENCIÓN A LA SALUD OFRECIDA EN EL SISTEMA PENITENCIARIO - REVISIÓN INTEGRATIVA

Isáina Monteiro Rodrigues⁷
Emanuele de Andrade Carneiro⁸
Sávia Maria Nogueira dos Santos⁹
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo¹⁰

RESUMO

No sistema carcerário, o fato de “ser mulher” implica em alguns pontos que merecem uma atenção especial, como os ligados à condenação social, à saúde e à sexualidade. Existem necessidades femininas que acabam sendo invisibilizadas, já que o sistema foi pensado por e para homens, sendo apenas adaptado para receber as mulheres. Ainda assim, essas alterações se mostram insuficientes e descoladas da realidade feminina no cárcere, principalmente quando essa presa se encontra gestante. Assim, objetiva-se identificar quais são as ações de saúde prestadas as gestantes encarceradas no Brasil através de uma revisão da literatura, do tipo integrativa, realizada em março de 2021, com busca nas bases de dados da LILACS e BDENF. A amostra foi composta por oito artigos, após leitura na íntegra foi identificado alguns pontos de discussão, dentre eles, destaca-se que o Brasil se caracteriza como o país da América Latina com o maior percentual de mulheres em regime carcerário. Em relação ao perfil sociodemográfico, apresentam faixa etária de 18 a 44 anos, nível socioeconômico baixo, com pouca escolaridade. Existe uma gama de leis que amparam esse público, mas a assistência à mulher encarcerada durante o ciclo gravídico-puerperal é marcada por violação de direitos e precariedade na oferta da assistência nas maternidades. É necessário exigir do Estado, dos gestores e dos profissionais de saúde um olhar atento às necessidades da mulher, da criança e de seus familiares, na tentativa de minimizar os impactos do contexto prisional na qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Assistência Integral à Saúde. Cuidado Pré-Natal. Prisões.

ABSTRACT

In the prison system, the fact of “being a woman” implies some points that deserve special attention, such as those linked to social condemnation, health and sexuality. There are female needs that end up being made invisible, since the system was designed by and for men, being only adapted to receive women. Even so, these changes are insufficient and detached from the female reality in prison, especially when this prisoner is pregnant. Thus, the

⁷ Isáina Monteiro Rodrigues, Acadêmica de Enfermagem da Faculdade Regional Jaguaribana – FRJ, isaina_10@hotmail.com

⁸ Emanuele de Andrade Carneiro, Acadêmica de Enfermagem da Faculdade Regional Jaguaribana – FRJ, emanuellecrr@gmail.com

⁹ Sávia Maria Nogueira dos Santos, Acadêmica de Enfermagem da Faculdade Regional Jaguaribana – FRJ, savianogueira122@gmail.com

¹⁰ Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo, Enfermeira, doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC

objective is to identify which health actions are provided to pregnant women incarcerated in Brazil through a literature review, of the integrative type, carried out in March 2021, with a search in the LILACS and BDENF databases. The sample consisted of eight articles, after reading in full, some points of discussion were identified, among them, it is highlighted that Brazil is characterized as the country in Latin America with the highest percentage of women in prison. Regarding the sociodemographic profile, they are aged between 18 and 44 years old, have a low socioeconomic level, and have little education. There is a range of laws that support this public, but assistance to women incarcerated during the pregnancy-puerperal cycle is marked by violation of rights and precariousness in the provision of assistance in maternity wards. It is necessary to demand from the State, managers and health professionals an attentive look at the needs of women, children and their families, in an attempt to minimize the impacts of the prison context on the quality of life of the people involved.

Keywords: Comprehensive Health Care. Prenatal care. Prisons.

REANUDAR

En el sistema penitenciario, el hecho de “ser mujer” implica algunos puntos que merecen especial atención, como los vinculados a la condena social, la salud y la sexualidad. Hay necesidades femeninas que terminan siendo invisibilizadas, ya que el sistema fue diseñado por y para hombres, estando solo adaptado para recibir mujeres. Aun así, estos cambios son insuficientes y ajenos a la realidad de las mujeres en prisión, especialmente cuando esta presa está embarazada. Por lo tanto, el objetivo es identificar qué acciones de salud se brindan a las mujeres embarazadas encarceladas en Brasil a través de una revisión de la literatura, de tipo integradora, realizada en marzo de 2021, con una búsqueda en las bases de datos LILACS y BDENF. La muestra estuvo compuesta por ocho artículos, después de la lectura completa, se identificaron algunos puntos de discusión, entre ellos, se destaca que Brasil se caracteriza por ser el país de América Latina con mayor porcentaje de mujeres en prisión. En cuanto al perfil sociodemográfico, tienen edades entre 18 y 44 años, nivel socioeconómico bajo y poca escolaridad. Existe una gama de leyes que apoyan a este público, pero la atención a las mujeres privadas de libertad durante el ciclo embarazo-puerperio está marcada por la vulneración de derechos y la precariedad en la prestación de la atención en las salas de maternidad. Es necesario exigir del Estado, gestores y profesionales de la salud una mirada atenta a las necesidades de las mujeres, los niños y sus familias, buscando minimizar los impactos del contexto penitenciario en la calidad de vida de las personas involucradas.

Palabras clave: Atención Integral de Salud. Cuidado prenatal. Prisiones.

INTRODUÇÃO

Considerando as questões de gênero, é sabido que elas afetam aspectos sociais nos mais diversos níveis, e se tratando de crime e penalização não é diferente. No sistema carcerário, o fato de “ser mulher” implica em alguns pontos que merecem uma atenção especial, como os ligados à condenação social, à saúde e à sexualidade. No entanto, essas necessidades acabam sendo mascaradas, já que o sistema foi pensado por e para homens, sendo apenas adaptado para receber as mulheres. Ainda assim, essas alterações se mostram insuficientes e descoladas da realidade feminina no cárcere (MOSER, 2020).

O mesmo autor sinaliza que, entre esses fatores, um que merece destaque é quando a detenta vivencia a maternidade, condição de especial vulnerabilidade que as expõe, desde o período da gestação até o momento de separação dos filhos, a uma série de violências. Logo, quando a vida no cárcere e a gestação se entrecruzam, é necessária uma atenção maior para suas

necessidades e suas especificidades, principalmente sobre a saúde. Tendo em vista isso, e considerando o aumento do número de mulheres no contexto prisional brasileiro, as questões referentes à saúde da mulher gestante tornou-se um assunto pertinente e começou a fazer parte das políticas públicas nacionais (CHAVES et al., 2020).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN de 2017, em junho de 2016, no Brasil, existiam um total de 42.355 mulheres privadas da liberdade, destas, a maioria era jovens, em idade fértil, representando uma taxa de 101,9/100.000 com idade de 18 a 29 anos, e 36,4/100.000 com 30 anos ou mais. Em relação aos presídios, 74% destinam-se aos homens, 7% ao público feminino e outros 16% são caracterizados como mistos, ou seja, contem alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino (URBANO et al., 2019).

No entanto, ressalta-se ainda que cerca de 90% das unidades mistas e 49% das exclusivamente femininas, são consideradas inadequadas para atender as necessidades das gestantes encarceradas (LISBOA, 2018; RAMOS et al., 2018). Em relação a berçários e/ou centro de referência para esse público, esses números caem ainda mais, sendo 3% das penitenciárias mistas e 32% das exclusivamente femininas. Indo contra a Lei 7210/84, artigo 14, onde sinaliza que deve ser assegurado acompanhamento médico à mulher privada de liberdade, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido (CHAVES et al., 2020; LISBOA, 2018).

O Ministério da Saúde (MS), tentando melhorar essa assistência, em 2004 criou o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que aborda a necessidade da realização do pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama. Em 2009, a Lei nº 11.942, alterou a Lei de Execução Penal de 1984, evidenciando os direitos das encarceradas, principalmente a necessidade da proteção diferenciada e qualificada ao cuidado materno-infantil, consequentemente, foi possível garantir acesso à saúde das gestantes, possibilitando uma assistência integral à saúde (CHAVES et al., 2020).

No entanto, mesmo após a criação de mecanismos que melhoram essa assistência e asseguram a mulher, é impossível garantir às gestantes e mães presas a vivência de uma maternidade saudável intramuros. Visto que, a experiência do cárcere traz danos físicos e psicológicos ao binômio mãe-filho que enfrentam vários desafios, a saber: (a) inadequação da infraestrutura prisional às suas necessidades; (b) falta de acesso a saúde em um período especialmente delicado; (c) ambiente de constante estresse e brutalidade; (d) solidão da mãe e; (e) incertezas quanto ao destino do filho (MOSEER, 2020).

Ressalta-se que a prisão oferece riscos físicos e psicológicos, como a facilidade na transmissão de doenças infecciosas e situações de sofrimento psíquico. Mesmo assim, é notável a falta de investimento do Estado visando um ambiente mais adequado, estando visível na superlotação das celas, escassez de equipe de saúde e infraestrutura precária (FELIX et al., 2017).

Durante a gestação a mulher necessita de um acompanhamento de qualidade, visto que, para uma promoção adequada da saúde são necessários vários componentes e os mesmos podem ser influenciados por vários fatores como: meio ambiente, alimentação, relações sociais, fatores socioeconômicos, dentre outros (CHAVES et al., 2020). Dessa forma, o atendimento qualificado deve ser realizado por profissionais que tenham habilidades necessárias para oferecer cuidados adequados durante a gravidez e puerpério, períodos nos quais devem estar presentes o cuidado humanizado, estabelecendo, para cada mulher, o tratamento de forma individualizada e de acordo com sua realidade, em busca do bem-estar e garantia da sua saúde (BISPO et al., 2016).

Diante do exposto, questiona-se: qual a qualidade do serviço de saúde ofertado para as gestantes no sistema carcerário brasileiro? A importância de se analisar como a assistência de saúde é ofertada no sistema carcerário é imprescindível, visto que, a saúde física, mental e social das mulheres encarceradas torna-se vulnerável, contribuindo assim para o surgimento de agravos a saúde. Nesta perspectiva, é imprescindível a execução adequada das políticas públicas existentes e as mesmas precisam ser analisadas e evidenciadas, afim de promover a disseminação e contribuição para a execução de forma satisfatória.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é identificar quais são as ações de saúde prestadas as gestantes encarceradas no Brasil através de uma revisão da literatura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura do tipo integrativa. Para o presente estudo, optou-se pela seguinte questão norteadora: Quais são as ações de saúde prestadas as gestantes encarceradas no Brasil? Realizou-se a busca das publicações no sítio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Banco de Dados em Enfermagem – Bibliografia Brasileira (BDENF), em março de 2021.

Os descritores foram retirados do sítio do DeCS/MeSH – Descritores em Ciência da Saúde: “Assistência Integral à Saúde”; “Cuidado Pré-Natal”; e “Prisões”, ao ser inseridos na busca avançada, utilizou-se o operador booleano “and”. Foram utilizados filtros na busca das bases, sendo incluídos os artigos originais disponíveis na íntegra, escritos nas línguas portuguesa, no período de 2016 a 2021. Os critérios de exclusão foram artigos duplicados, dissertações e teses.

Em relação à análise de dados, cada estudo selecionado foi analisado detalhadamente. Além disso, a competência clínica do pesquisador também foi levada em consideração. Já para à discussão dos resultados, foram identificadas as principais lacunas do conhecimento e as futuras pesquisas que ainda podem ser realizadas.

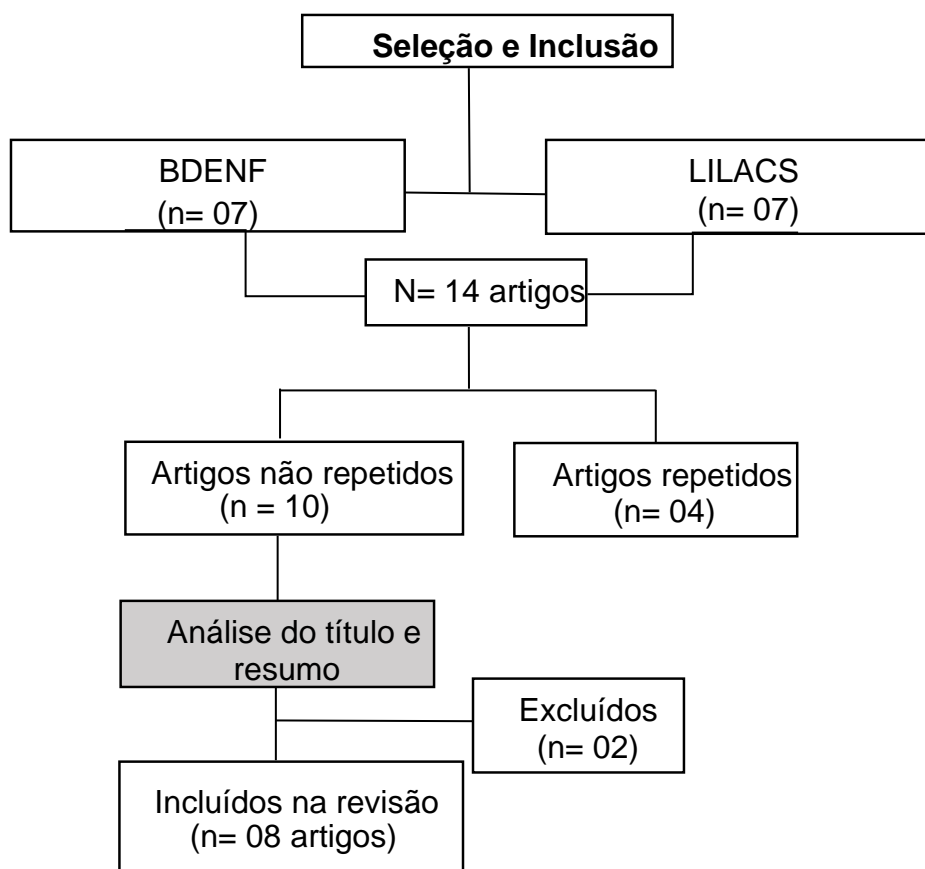
A discussão foi embasada por dados da literatura que se confrontou com o quadro sinóptico que foi elaborado e essa revisão foi apresentada em um quadro sinóptico, sendo possível discutir através da literatura pertinente a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca pelos artigos nas bases de dados alcançou quatorze (n=14) estudos em sua totalidade, existindo quatro (n=4) artigos repetidos, sendo excluídos da amostra de seleção. Considerando os critérios de exclusão utilizados nessa revisão integrativa, dois (n=2) foram eliminados após a leitura do título e resumo, sendo avaliado como inapropriado para uso. Portanto, foram incluídos na revisão integrativa oito (n=8) artigos (FIGURA 1).

Os artigos selecionados foram publicados em 2017 (n=3), 2018 (n=3) e 2021 (n=2) artigos. O quadro 1 apresenta as principais informações dos estudos que compuseram esta revisão.

FIGURA 1 – Processo de seleção nas bases de dados e inclusão de artigos científicos na revisão sistemática integrativa.



Fonte: autoria própria, 2021.

QUADRO 1- Caracterização dos estudos incluídos nessa revisão integrativa.

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR/ANO	BASE DE DADOS	OBJETIVO	CONCLUSÃO
Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa	SALES et al., 2021	LILACS	Analisar as publicações nacionais e internacionais acerca da assistência ao pré-natal oferecida às mulheres privadas de liberdade	A vivência do pré-natal no cárcere está repleta de dificuldades e peculiaridades a depender da penitenciária, exigindo dos gestores e dos profissionais de saúde um olhar atento às necessidades da mulher, da criança e de seus familiares, na tentativa de minimizar os impactos do contexto prisional na qualidade de vida das pessoas envolvidas.
Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal	SANTANA et al., 2017	LILACS	Compreender as vivências das mulheres frente à gestação, maternidade e assistência no pré-natal em cárcere.	O acesso da população penitenciária feminina às ações e serviços de saúde voltadas para a atenção integral, com foco nas ações preventivas e curativas, no que se refere ao atendimento humanizado e de qualidade no pré-natal, parto e puerpério, ainda não é uma realidade.
Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais	ANDRADE et al., 2018	BDEFN	Descrever os desfechos, identificados na literatura, da gestação, parto e puerpério em mulheres privadas de liberdade.	Os desfechos descritos mostram as fragilidades que permeiam a assistência à esta parcela populacional. Os resultados reafirmam a necessidade de melhorias na assistência e subsidiam o desenvolvimento de pesquisas interessadas em explorar as relações entre o regime prisional e o ciclo gravídico- puerperal.
Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	SILVA et al., 2021	LILACS	Revelar narrativas de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência obstétrica ofertada durante a vivência do ciclo gravídico-puerperal	As características avaliadas contribuem para fomentar novas reflexões acerca do padrão de atendimento às mulheres privadas de liberdade e seus filhos e acentuam a necessidade de reorganização político administrativa do sistema penitenciário no âmbito do SUS.
O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário	FÉLIX et al., 2017	BDEFN	Descrever a atuação do enfermeiro na atenção pré-natal com mulheres em sistema carcerário; identificar dificuldades dos enfermeiros na atenção pré-natal às encarceradas.	Embora existam políticas públicas voltadas para a população encarcerada, estas estão distantes de alcançar suas metas, haja vista que os direitos das apenadas estão garantidos por lei, porém na prática não são respeitados.
Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina	FERREIRA et al., 2017	BDEFN	Analisar e descrever a percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.	As participantes relataram que a Enfermagem é atuante no pré-natal e puerpério, porém queixam-se do atendimento desumano que lhes é prestado, devido ao preconceito dos profissionais de saúde relacionado à sua condição prisional.
Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa	SOUZA et al., 2018	LILACS	Analisar na literatura, as ações de Educação e Promoção à Saúde da Mulher praticada pela enfermagem, para mulheres privadas de liberdade, com ênfase na fase reprodutiva, no período de pré-natal, parto e puerpério.	A vulnerabilidade biopsicossocial das mulheres é potencializada na situação prisional, maximizando os déficits de ações em saúde, sendo o papel da enfermagem importante no que tange às atribuições da profissão, garantindo os direitos dessa população.

Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão.	MATOS et al., 2018	BDEFN	Compreender as representações sociais de gestantes e puérperas encarceradas sobre o gestar enquanto vivendo em Colônias Penais.	Evidenciou-se a necessidade de repensar o atendimento de saúde na prisão contribuindo-se para a efetivação de políticas públicas e garantindo-se os direitos daqueles que se encontram atrás das grades, especialmente mulheres e crianças.
---	--------------------	-------	---	---

Fonte: Autoria Própria (2021).

A assistência à saúde no sistema penitenciário brasileiro possui um panorama alarmante, visto que a demanda do serviço ofertado é pouca, em razão da necessidade da população carcerária, já que este público aumentou consideravelmente nos últimos anos, principalmente o feminino, necessitando de atendimento mais humanizado, qualificado e voltado para as mulheres (FÉLIX et al., 2017).

O Brasil caracteriza-se como o país da América Latina com o maior percentual de mulheres em regime carcerário. Em relação ao perfil, elas apresentam faixa etária de 18 a 44 anos, nível socioeconômico baixo, com pouca escolaridade, o que pode influenciar em problemas como abuso de drogas, desemprego, preconceito racial, ambos relacionados à criminalidade (ANDRADE et al., 2018; FÉLIX et al., 2017; SANTANA et al., 2017; SOUZA et al., 2018).

Quando se volta para o pré-natal, é sabido que uma atenção humanizada é fundamental, sendo uma das ações mais importantes, com impactos positivos em indicadores materno-infantis, visando assegurar acolhimento do início da gravidez até seu final, garantindo o nascimento de uma criança saudável associado ao bem-estar materno e neonatal. Devido, ser através do pré-natal que possíveis complicações possam vir a colocar em risco a vida da criança e de sua mãe são detectadas, reduzindo a mortalidade materno infantil. Para tanto é necessário no mínimo seis consultas com profissionais médicos e/ou enfermeiros, através de uma atenção qualificada e humanizada, evitando condutas ineficientes (FÉLIX et al., 2017; FERREIRA et al., 2017).

No Brasil, existem legislações vigentes que amparam esse público. A Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080/90), garantem o direito à preservação da saúde a todo cidadão brasileiro independente do seu sexo, e até mesmo aqueles que se encontram encarcerados. O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), de 1994, assegura assistência diferenciada e apropriada à situação gravídico puerperal, onde toda gestante em regime prisional, tem direito ao acompanhamento adequado durante o pré-natal, parto, puerpério e saúde da criança nos primeiros 24 meses de vida (ANDRADE et al., 2018; FÉLIX et al., 2017).

Felix et al. (2017) também aponta a Lei de Execução Penal (LEP), nº 7.210 de 1984, parágrafo segundo, onde assegura para as mulheres que quando o estabelecimento penal não estiver em condições de prover a assistência, esta deverá ser oferecida em outro local. Declara, ainda, no parágrafo terceiro o acompanhamento médico, principalmente no pré-natal e no pós-parto, sendo extensivo ao recém-nascido.

Em relação aos Ministérios da Saúde e da Justiça, os mesmos, por meio da Portaria Interministerial n.º 1777, de 09 de setembro de 2003, instituíram o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) e entre suas ações, existe as direcionadas à saúde da mulher encarcerada, assegurando a realização do pré-natal e a garantia do acesso das gestantes no atendimento de intercorrências, partos e assistência ao puerpério, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, com o objetivo de implantar, em todas das unidades penitenciárias, ações educativas sobre pré-natal, parto puerpério e anticoncepção (FERREIRA et al., 2017).

Já a Lei 11.942 de 2009, instaura que os sistemas prisionais femininos sejam dotados de seção para gestantes e parturientes, assim como, berçários e creches para os menores cuja responsável esteja presa, promovendo a criação de um vínculo entre mãe e filho. Esta lei traz inovações à legislação de execução penal, reconhecendo as especificidades de gênero que permeiam o encarceramento feminino e, revela a necessidade de ofertar condições específicas para o adequado cuidado com as mulheres presas gestantes, parturientes e seus recém-nascidos (FERREIRA et al., 2017; SANTANA et al., 2017; SOUZA et al., 2018).

Como observado, o país tem uma gama de leis voltadas para atender as necessidades das presidiárias que se encontrarem gestantes e ambas se complementam, sendo necessário colocar todas em prática (SANTANA et al., 2017). É importante também o esclarecimento a respeito do próprio pré-natal, do puerpério, dos riscos e cuidados no pós-cirúrgico com a ferida operatória, assim como os cuidados com o recém-nascido. Dessa forma, a atenção às gestantes com restrição de liberdade tem o objetivo de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e infantil, mediante a adoção de medidas que assegurem o acesso, a cobertura e a qualidade do acompanhamento no pré-natal de baixo e de alto risco (SOUZA et al., 2018).

O enfermeiro é o profissional que mais atua na realização dessas consultas dentro do presídio, sendo em alguns casos o único que realiza o acompanhamento do pré-natal, logo ele é responsável pela observação do calendário vacinal, disponibilização de exames e medicamentos até a observação de uma possível gravidez de risco, para que seja feita os devidos encaminhamentos (FÉLIX et al., 2017; FERREIRA et al., 2017).

Destaca-se que indivíduos em privação de liberdade estão expostos, em geral, a condições e situações de risco diversos, com isso, apresentam maior vulnerabilidade social e comportamental. As mulheres sofrem várias formas de desrespeito quando encarceradas, especificamente em relação à sexualidade e maternidade, assim, o apoio adequado e cuidados pré-natais a mães encarceradas visa proporcionar a estas encarceradas oportunidades em mudar seus hábitos comportamentais e terem experiências positivas permitindo que as mesmas se tornem mães abnegadas (FÉLIX et al., 2017; SANTANA et al., 2017; SOUZA et al., 2018).

É sabido que um atendimento de qualidade e de forma específica que atenda a necessidade da população, tende a diminuir os riscos de complicações físicas e psicológicas, ainda assim, a falta de humanização na assistência reflete a má qualidade do serviço, podendo levar problemas de saúde das presidiárias e a seus filhos (FÉLIX et al., 2017; FERREIRA et al., 2017).

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, das 1420 unidades prisionais brasileiras apenas 48 dispõem de cela ou dormitório adequado para gestantes, e apesar da legislação assegurar que os filhos de mães em cárcere podem permanecer com elas, na realidade limitasse apenas aos seis primeiros meses, devido à falta de infraestrutura adequada que atenda às necessidades dessas crianças (FÉLIX et al., 2017; SANTANA et al., 2017; SOUZA et al., 2018).

Segundo os artigos selecionados para essa pesquisa, as presidiárias afirmam que o acompanhamento gravídico-puerperal prestado pela equipe de saúde no presídio é ruim, onde são tratadas de forma desumana, não existe comunicação entre a equipe e a paciente, nem do regime prisional com seus familiares. Diante disso, torna-se evidente o desrespeito a gestante, sendo necessária a aquisição de novos valores e premissas pelos profissionais de saúde (ANDRADE et al., 2018; FERREIRA et al., 2017; SILVA et al., 2020).

Diante do exposto, sinaliza-se que as prisões brasileiras não cumprem seu papel em garantir o acompanhamento adequado no pré-natal, principalmente pela não realização do número de consultas preconizadas pelo ministério da saúde, favorecendo a mortalidade materna, perinatal e o baixo peso da criança ao nascer, assim como pela falta de insumos (equipamentos, fármacos e exames) (MATOS et al., 2018).

Sobre as orientações dos direitos das gestantes, as detentas desconhecem as práticas equivalentes à violência obstétrica, exemplificada pela episiotomia não consentida, indução com ocitocina, restrição de posição para o parto, excesso de toque vaginal, falta de esclarecimento, procedimentos invasivos, agressão física, psicológica e negligência. Desta forma, o sofrimento durante o parto é visto como punição pela condição judicial da mulher, vale ressaltar que, esse tipo de conduta viola os direitos reprodutivos e humanos, quando também envolvem a criança (ANDRADE et al., 2018; FERREIRA et al., 2017; SILVA et al., 2020).

Assim, é necessário que os profissionais da saúde vejam estas mulheres não como criminosas, mas como pessoas e gestantes que necessitam de cuidado e respeito, logo, a comunicação é essencial e faz parte do acolhimento do serviço aos seus clientes, humanizando a assistência, pois, as repercussões dessas ações podem ocasionar complicações obstétricas e fragilidade psicoemocional para o binômio (ANDRADE et al., 2018; FERREIRA et al., 2017; SILVA et al., 2020).

Sabe-se a importância da equipe multiprofissional, mas, ressalta-se que a Enfermagem atua constantemente na assistência à saúde das presas, indo da promoção e prevenção da saúde até processo administrativo, questões agudas e crônicas do cuidar, durante o ciclo gravídico e puerperal, assim, esses profissionais devem estar capacitados e humanizados, para que esse momento não seja apenas de assistência biológica e curativista, mas sim um espaço de troca, formação de vínculo, escuta ativa, educação em saúde e empoderamento dessas mulheres (FERREIRA et al., 2017; SALES et al., 2021; SILVA et al., 2020).

Desta forma, torna-se evidente a importância de uma atenção à saúde efetiva e de qualidade para as mulheres encarceradas, pois, diante das leis, as mesmas já tem o seu direito garantido, mas a execução dos mesmos é falha, comprometendo assim o bem-estar físico, mental e social do binômio mãe e filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados, a assistência à mulher encarcerada durante o ciclo gravídico-puerperal é marcada por violação de direitos e a precariedade na oferta da assistência nas maternidades. Sendo notório que a vivência do pré-natal no cárcere está repleta de dificuldades e peculiaridades, as penitenciárias não proporcionam um ambiente adequado para as gestantes e seus futuros bebês, o atendimento prestado pelos profissionais da saúde não é ofertado da melhor forma, seja por atitudes dos profissionais ou pela escassez de matérias adequadas.

Mesmo existe uma gama de leis vigentes no país que asseguram o direito desse público, no âmbito prisional, diversas situações expõem a mulher e seu conceito a riscos, caso não seja ofertada uma assistência adequada comprometendo-se, inclusive, o parto. Existe uma dificuldade para a utilização de serviços de saúde, assim como a negação as necessidades primárias dessa população e o modo como se lida com as situações que envolvem questões de saúde.

Desta forma, é necessário exigir do Estado, dos gestores e dos profissionais de saúde um olhar atento às necessidades da mulher, da criança e de seus familiares, na tentativa de minimizar os impactos do contexto prisional na qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Diante do exposto, deve-se ressaltar a importância das relações interpessoais, a essencialidade da qualidade técnica do atendimento e a propriedade da percepção de que o sujeito da atenção é a mulher e a mesma deve participar efetivamente das decisões em relação a sua gestação. Assim como sugere-se que sejam feitas futuras pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Anny Beatriz Costa Antony de; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. **Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais.** Revista de Enfermagem UFPE on line, v. 12, n. 6, p. 1763-1771, jun. 2018. ISSN 1981-8963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234396>>. Acesso em: 20 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i6a234396p1763-17712018>.
- BISPO T.C.F., FABIANE N.N., LETÍCIA T.R., SARA M.S., RENATA A.L.A.S. Percepções das gestantes e puérperas presidiárias acerca do contexto carcerário. **Revista Enfermagem Contemporânea**, vol. 05, Pag.43-50. 2016.

CHAVES, Luana Hordones; ARAUJO, Isabela Cristina Alves de. **Gestação e maternidade em cárcere**: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300112, 2020.

Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312020000100608&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300112>.

FÉLIX R.S., FRANÇA D.J.R., NUNES J.T., CUNHA I.C.B.C., DAVIM R.M.B., PEREIRA, J.B.O. Enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, vol. 11, Pag. 3936-3947. Outubro de 2017.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1031899>. Acesso em: 22 de março de 2021.

FERREIRA, Luzane de Sousa et al. Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. **Revista Cubana Enfermería**, v. 33. n. 4. Ed. 1191. 2017. Disponível em <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-03192017000400011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 24 de março de 2021.

LISBOA, Vinícius. **População feminina carcerária no Brasil é uma das maiores do mundo**. Agência Brasil. Rio de Janeiro. Novembro de 2018. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/populacao-carcerariafeminina-no-brasil-e-uma-das-maiores-do-mundo>>. Acesso em: fevereiro de 2021.

MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa; LIMA, Juciara Karla de Souza. Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. **Revista de Enfermagem UFPE on line**. v. 12. n. 11. p. 3069-3077, nov. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/235006>>. Acesso em: 23 mar. 2021. DOI:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i11a235006p3069-30772018>.

MOSER, Manuela et al. O isolamento de mulheres gestantes como resultado de sua transferência do Presídio Feminino de Florianópolis para outros municípios. **TCC de graduação** - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas. Direito. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218907>. Acesso em: fevereiro de 2021

RAMOS, Júlia Meneses da Cunha; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. Maternidade no cárcere: desafios do sistema carcerário brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, RS, n. 39, dez. 2018. ISSN 2595-6884. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70125>>. Acesso em: 15 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.22456/0104-6594.70125>.

SALES AC, NAKADA GKP, PALOMBIT MR, CONCEIÇÃO VM, BANDAN SS, FARÃO EMD, et al. Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. **Rev baiana enferm.** v. 35. e 36114. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1149689>. Acesso em 24 de março de 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.36114>.

SANTANA, Ariane Teixeira; OLIVEIRA, Gleide Regina De Sousa Almeida; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. **Rev. Baiana Saúde Pública.** v. 40, n. 1, p. 38-54. Setembro de 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-859586>. Acesso em: 21 mar. 2021. <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2016.v40.n1.a778>.

SILVA, Jeferson Barbosa et al . Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. **Rev. Min. Enferm.** Belo Horizonte. v. 24. Ed. 1346. 2020. Disponível em http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141527622020000100266&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1415.2762.20200083>.

SOUSA, Luís Manuel Mota de; VIEIRA, Cristina Maria Alves Marques; SEVERINO, Sandy Silva Pedro; Antunes, Ana Vanessa. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Revista Investigação Em Enfermagem. Coimbra.** Ed.21, Série 2, novembro 2017, p. 17, 2017. Disponível em: < <http://www.sinaisvitais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

SOUZA, G. C.; CABRAL, K. D. S.; LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. **Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada:** um estudo de revisão integrativa. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR, Umuarama,** v. 22, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883543>. Acesso em 21 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v22i1.2018.6240>

URBANO, Jessica Caroline et al. Infraestrutura carcerária e direitos da mulher encarcerada: um estudo analítico a partir dos dados do INFOPEN 2017. **Anais do EVINCI-UniBrasil,** v. 5, n. 1, p. 42-42, 2019.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA

PRACTICE OF PROFESSIONAL PSYCHOLOGISTS IN BRAZIL: A NARRATIVE REVIEW

PRÁCTICA DE PSICÓLOGOS PROFESIONALES EN BRASIL: UNA REVISIÓN NARRATIVA

Neide da Silva Tomaz¹¹
Jordan Prazeres Freitas da Silva¹²
Lisa Naira Rodrigues de Sousa¹³
Ana Karolina Matos de Freitas¹⁴

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal descrever as mudanças evolutivas da atuação do profissional psicólogo no Brasil. Trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica, narrativa de natureza qualitativa e teórica abordando aspectos históricos, conceituais e organizativos. Foi realizada através de estudos disponíveis na BVS nas bases BDNF, MEDLINE, LILACS e Índice Psicologia, em setembro de 2021. Utilizou-se dos descritores: “Atuação profissional”, “Psicologia”, “Exercício Profissional”, que após os critérios de inclusão e exclusão resultou-se em 196 estudos. Diante do compilado de fatos encontrados na literatura as discussões foram estruturadas nas seguintes categorias: Introdução da psicologia no Brasil, onde se realizou a conceituação dos marcos temporais da história da psicologia; O exercício profissional e as áreas de atuação e suas atribuições diante do conselho regional de saúde, trazendo os principais pontos da profissão e como se dar a sua atuação do profissionalismo. De acordo com os estudos, conclui-se que mesmo com os grandes marcos, e ganhos durante os séculos, essa profissão ainda é bastante frágil e pouco valorizada, mesmo sabendo-se que a sociedade em que se vive hoje necessita desse profissional indubitavelmente no processo da busca pela saúde e qualidade de vida. Espera-se que os achados desse estudo possam contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área da Psicologia, por meio de diferentes aportes teóricos, técnicas e instrumentos de investigação empírica.

Palavras-chave: Atuação profissional. Psicologia. Exercício Profissional.

ABSTRACT

¹¹ Graduanda em Psicologia da faculdade Plus. e-mail: neidetomaz@yahoo.com.br

¹² Psicólogo, Professor de Psicologia da faculdade Plus.

¹³ Psicóloga, Coordenadora do curso de Psicologia da faculdade Plus.

¹⁴ Psicóloga, Coordenadora do curso de Psicologia Professora da faculdade Plus.

The main objective of the present study was to describe the evolutionary changes in the performance of the professional psychologist in Brazil. It is a study of bibliographical research, narrative of a qualitative and theoretical nature, approaching historical, conceptual and organizational aspects. It was carried out through studies available in the VHL in the BDENF, MEDLINE, LILACS and Psychology Index, in September 2021. The following descriptors were used: "Professional practice", "Psychology", "Professional Practice", which after the inclusion criteria and exclusion resulted in 196 studies. In view of the compilation of facts found in the literature, the discussions were structured in the following categories: Introduction of psychology in Brazil, where the conceptualization of temporal landmarks in the history of psychology was carried out; The professional practice and the areas of activity and its attributions before the regional health council, bringing the main points of the profession and how to give its professional performance. According to the studies, it is concluded that even with the great milestones and gains over the centuries, this profession is still quite fragile and undervalued, even knowing that the society in which we live today undoubtedly needs this professional in the process. the search for health and quality of life. It is hoped that the findings of this study can contribute to the development of future research in the field of Psychology, through different theoretical contributions, techniques and instruments of empirical investigation.

Keywords: Professional performance. Psychology. Professional Practice.

RESUMEN

El objetivo principal del presente estudio fue describir los cambios evolutivos en la actuación del psicólogo profesional en Brasil. Es un estudio de investigación bibliográfica, narrativa de carácter cualitativo y teórico, abordando aspectos históricos, conceptuales y organizativos. Se realizó a través de estudios disponibles en la BVS en el BDENF, MEDLINE, LILACS y Psychology Index, en septiembre de 2021. Se utilizaron los siguientes descriptores: "Práctica profesional", "Psicología", "Práctica profesional", que luego de los criterios de inclusión y la exclusión resultó en 196 estudios. En vista de la recopilación de hechos encontrados en la literatura, las discusiones fueron estructuradas en las siguientes categorías: Introducción de la psicología en Brasil, donde se realizó la conceptualización de hitos temporales en la historia de la psicología; El ejercicio profesional y las áreas de actuación y sus atribuciones ante el consejo regional de salud, trayendo los puntos principales de la profesión y la forma de dar su desempeño profesional. Según los estudios se concluye que aún con los grandes hitos, y conquistas a lo largo de los siglos, esta profesión aún es bastante frágil y subvalorada, aun sabiendo que la sociedad en la que vivimos hoy en día sin duda necesita de este profesional en el proceso de búsqueda. para la salud y la calidad de vida. Se espera que los hallazgos de este estudio puedan contribuir al desarrollo de futuras investigaciones en el campo de la Psicología, a través de diferentes aportes teóricos, técnicas e instrumentos de investigación empírica.

Palabras clave: Desempeño profesional; Psicología; Practica professional.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia hoje no Brasil é marcada por grandes avanços históricos, principalmente pelos momentos políticos e sociais, a trajetória da sua construção é fruto marcante para a ciência e o próprio desenvolvimento da sociedade. Dentre esses processos estão às teorias, pesquisas sobre processos psíquicos da humanidade, sendo unânimes na construção dessa ciência (BASTOS et al., 2010).

Hoje a sociedade é nitidamente dependente de um profissional psicólogo, tornando essa profissão patrimônio expansivo nos serviços de saúde. O seu processo de autonomização se deu a partir do período no início dos anos 30 e esse processo foi se engatando ao passar dos tempos e se afunilando nas mais diversificadas áreas do conhecimento. Outro evento marcante da história da psicologia foi à criação dos hospícios no século XIX e a partir daí foram fundando os laboratórios de psicologia (DANTAS, 2013).

Apesar de muito marco histórico, o reconhecimento dessa profissão, no campo de atuação da psicologia percorreu muitas dificuldades, até ser aprovada a lei nº 4119 que reconhecia a profissão do psicólogo e ainda os cursos de formação na área. Porém, mesmo com as demarcações e lutas para exercício profissional, nos dias de hoje essa profissão ainda sofre bastante resistência por parte da sociedade e até mesmo nos serviços de saúde, o que deveria ser totalmente o inverso (SILVA, 2017).

Com ampliação do sistema único de saúde, a área da psicologia ampliou-se e saiu da prática clínica e foi além, hoje se enraizando em várias áreas e instâncias de saúde. Fazendo parte desse processo os processos evolutivos de saúde (FREITAS, 2017). Diante deste exposto o presente estudo teve como objetivo principal. Descrever as mudanças evolutivas da atuação do profissional psicólogo no Brasil.

2 MÉTODO

O referente estudo trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica, narrativa de natureza qualitativa e teórica abordando aspectos históricos, conceituais e organizativos. No qual, se contempla na construção do conhecimento e escrita, baseado no requerimento de materiais já anteriormente utilizados em outros suportes teóricos, fundamentalmente respaldados (GIO, 2017).

A busca bibliográfica para composição desta pesquisa foi realizada através de estudos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Índice Psicologia, em setembro de 2021. Considerando a seguinte questão norteadora: Como se dar a atuação do profissional psicólogo no Brasil?

Para levantamento dos estudos utilizou-se os descritores: “Atuação profissional”, “Psicologia”, “Exercício Profissional”. Foi realizado um cruzamento utilizando o operador

booleano AND, evidenciando um quantitativo considerável de 196 estudos. A busca dos descritores foi realizada de forma individual a princípio, posteriormente realizou-se o cruzamento dos mesmos e sem restrições para idiomas.

Os critérios de inclusão para a seleção dos estudos foram: artigos completos disponíveis nas referidas bases de dados nos últimos sete anos e que atingissem a temática em estudo. Dos critérios de exclusão, consideraram-se os estudos duplicados e que não atendessem ao objetivo proposto para o este estudo.

Para a seleção dos artigos foram seguidas as etapas: leitura dos títulos na íntegra e seleção daqueles que tinham relação com o objetivo proposto; posteriormente, realizou-se a leitura dos resumos selecionando os mais pertinentes à temática em estudo e, por último, leitura dos artigos completos. A amostra que responderam aos critérios de inclusão totalizou 52 artigos, dos quais 14 foram lidos por completo e selecionados como suporte eletrônico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionados para a análise, segundo os critérios de inclusão e exclusão, bem como a partir dos descritores supracitados, artigos, dentre estes teses e dissertações, assim como livros, que ressaltassem, em suma, a atuação do psicólogo no Brasil, assim como seu percalço histórico do passado até o contemporâneo.

Diante do compilado de fatos encontrados na literatura as discussões foram estruturadas nas seguintes categorias: Introdução da psicologia no Brasil, onde se realizou a conceituação dos marcos temporais da história da psicologia; O exercício profissional e as áreas de atuação e suas atribuições diante do conselho regional de saúde, trazendo os principais pontos da profissão e como se dar a sua atuação do profissionalismo.

3.1 Introdução da Psicologia no Brasil

No Brasil, a psicologia possui distintos, marcos, históricos, políticos, social e trajetos vividos pelo país. A ciência e suas matrizes ideológicas tiveram seu início durante o século XIX nas faculdades de medicina e direito, mas a constituição da sua prática profissional só foi instituída em 1954 a partir de um anteprojeto de lei (ALEXANDRE, 1968; NETO; OLIVEIRA; GUZZO, 2017).

A lei regulamentava ao psicólogo como profissional a partir das necessidades reconhecidas pelo governo federal. As leis 53.464/64 e 4.119/62 previam que as funções do psicólogo era usufruir de técnicas para fins de diagnósticos para seleção profissional, orientação

psicopedagógica, promover serviços em órgãos públicos, de economia, no ensino, supervisionar alunos em trabalhos técnicos. Apesar da formação tecnicista, nessa época notava-se certa preocupação com a formação dos alunos (NETO; OLIVEIRA; GUZZO, 2017).

Antecedente o surgimento da psicologia no Brasil, em 1879 Wilhelm Wundt fundou seu laboratório de psicologia experimental com propósito de uma nova ciência que hoje fez diferença em quase todos os países pelo mundo. A base para o estudo da psicologia foi as matrizes filosóficas e fisiológicas, na qual hoje a psicologia se configura, estabelecendo uma ponte entre as duas matrizes e o modelo dialógico de especulação e experimentação (ANTUNES, 2004).

A partir deste, surgiram várias escolas, cada uma com diferentes critérios e finalidades, como a escola Gestáltica, que buscava a vinculação dos fatos psicológicos, Funcionalismo, Behaviorismo, Psicologia Compreensiva e a Psicanálise com o dinamismo do estudo do inconsciente (SOARES, 2010).

No Brasil, os primeiros estudos da psicologia foram através de teses de doutorado de médicos advindos do Rio de Janeiro e Bahia. Algumas dessas obras foram: “Psicofisiologia da Percepção e das representações” de José Estelita 1890 e “Emoções” obra de Veríssimo de Castro. Em 1891 Goulart escreveu o estudo do “Psicoclinico da Afasia” (SOARES, 2010).

Os marcos, históricos da psicologia brasileira destaca-se com Mossimi (1986-1999) e Antunes (1999-2004), ambos defendiam que no Brasil havia um saber científico antes mesmo da colonização europeia, através do lúmen cultural e antropológico, como por exemplo, dos indígenas Tupi-Guarani, que compreendiam a subjetividade dos seus povos, assim como da cultura negra e europeia (FURTADO, 2012).

Alentada a discussão sobre o marco inicial da psicologia, considera-se que o lúmen do desenvolvimento dessa ciência se deu principalmente através do campo universitário e a formação sistemática de filosofia e letras no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Belo Horizonte, a partir daí os desencadeamentos das pesquisas foram elevando-se e consigo suas referidas teses em que foram preponderantes para a prática do profissionalismo em psicologia (FURTADO, 2012).

3.2 O Exercício Profissional e as Áreas de Atuação da Psicologia

A história da inserção do profissional Psicólogo no trabalho é permeada de polêmicas que abrangem desde a sua denominação, até as atividades que seriam de sua competência, ou mesmo, ocupação do campo profissional na divisão capitalista do trabalho (COELHO-LIMA, 2011).

A constituição histórica da Psicologia Organizacional e do Trabalho, não restrita ao âmbito nacional. Os autores descrevem que o primeiro momento dessa Psicologia seria caracterizado por um enfoque individualista, ligado diretamente ao contexto do capitalismo mais tradicional, com a consolidação do setor industrial, produção em massa, extensão da jornada de trabalho, fragmentação e desqualificação do fazer laboral (COELHO-LIMA, 2011).

A psicologia no exercício profissional tem ampliado seus horizontes, dividindo espaço em territórios exclusivos de outros profissionais ao longo dessas últimas décadas, não se constituindo uma novidade. Segundo os autores, podem ser visto como reflexo de um movimento que busca facilitar o diálogo entre áreas que se aproximam, mas que mantêm cada qual a sua especificidade (RUBIO, 1999).

Essa ampliação se dá, principalmente, devido à inserção do psicólogo em serviços públicos e políticas públicas, como de saúde e de assistência social. Ao se inserirem nesses novos campos, os psicólogos encontram uma série de desafios, sobretudo quanto à dissonância entre a formação obtida nos cursos de graduação e às demandas encontradas nesses serviços (DUARTE, 2018).

As características distintivas da atuação do psicólogo referem-se às áreas e os correspondentes locais de vinculação profissional, que se observa um predomínio bastante acentuado da área da Saúde com 67,6%, com relação ao Trabalho, estimam-se em 14,4%, na área Educacional 10,1% e Social 2,1% (YAMAMOTO, 1997).

A atuação da Psicologia Escolar ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência. Inicialmente, observou-se uma grande preocupação com a quantificação dos fenômenos psíquicos. No início do século passado o psicólogo escolar encontrava-se mensurando os fenômenos psíquicos junto aos laboratórios das escolas de educação e de filosofia (SOUZA, 2007).

A Psicologia Escolar no Brasil, enquanto área de atuação do profissional psicólogo dispõe de uma série de dificuldades e contradições, as práticas realizadas pelos psicólogos escolares vêm sendo incessantemente alvo de críticas, por serem consideradas inadequadas e insatisfatórias nas suas respostas às questões educacionais e escolares desenvolvidas no Brasil. Segundo o estudo, além de muitos profissionais atuarem de maneira equivocada, priorizando o foco na Psicopatologia Clínica, percebe-se que os profissionais da Educação não compreendem ou ainda desconhecem o que faz o psicólogo escolar (DIAS, 2014).

Embora a legislação regulamente o exercício profissional, o mesmo não se refere à área de atuação, este conceito vem sendo largamente usado para descrever o conjunto de características que, de alguma forma, demarca o campo de trabalho do psicólogo e confere alguma identidade ao grupo de profissionais que se dedica àquelas atividades (BASTOS, 1988).

A formação do psicólogo o habilita atuar em qualquer uma das áreas da psicologia, descritas na Resolução Conselho Federal de Psicologia 13/2007, sendo elas: Psicologia Escolar; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social; Neuropsicologia (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

3.4 As Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil Segundo Conselho Regional de Saúde

Verifica-se que o psicólogo pode trabalhar nas diversas áreas de atuação existentes da psicologia, contudo, cada área de atuação do psicólogo possui sua especificidade, de acordo com o local em que o mesmo exerce sua profissão (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

O Psicólogo especialista na educação age no âmbito da educação formal realizando estudos, diagnóstico e intervenção em busca de analisar todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem. Em conjunto, a equipe do corpo docente e técnico colabora na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

A Psicologia Organizacional e do Trabalho é formado por profissionais especializados que exercem as atividades relacionadas à análise e desenvolvimento organizacional, ação humana nas organizações, desenvolvimento de equipes, consultoria organizacional, seleção, acompanhamento e desenvolvimento de pessoal, estudo e planejamento de condições de trabalho, estudo e intervenção dirigidos à saúde do trabalhador. Participa de programas e/ou atividades na área da saúde e segurança de trabalho, subsidiando os quanto a aspectos psicossociais para proporcionar melhores condições ao trabalhador (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

A Psicologia do trânsito é uma área que desenvolve diversas funções, focada ao estudo no campo dos processos psicológicos, psicossociais e psicofísicos relacionados aos problemas de trânsito, realiza diagnóstico da estrutura dinâmica dos indivíduos e grupos nos aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais, colabora na elaboração e implantação de ações de engenharia e operação de tráfego, desenvolve ações socioeducativas com pedestres, ciclistas, condutores infratores, entre outras (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

O Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica atua no âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial. A atuação do psicólogo do esporte está voltada tanto para o esporte de alto rendimento, ajudando atletas, técnicos e comissões técnicas a fazerem uso de princípios psicológicos para alcançar um nível ótimo de saúde mental, maximizar rendimento e aperfeiçoar o desempenho, quanto para a identificação de princípios e padrões de comportamentos de adultos e crianças participantes de atividades físicas (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

A Psicologia Clínica exerce na área específica da saúde e em diferentes contextos, através de intervenções que visam reduzir o sofrimento do homem, levando em conta a complexidade do humano e sua subjetividade. Na área da Psicologia Hospitalar, o profissional atua em instituições de saúde, participando da prestação de serviços de nível secundário ou terciário da atenção à saúde (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

A Psicopedagogia é uma área que busca a compreensão dos processos cognitivos, emocionais e motivacionais, integrados e contextualizados na dimensão social e cultural onde ocorrem. O Psicólogo especialista em Psicomotricidade empreende nas áreas de Educação,

Reeducação e Terapia Psicomotora, utilizando-se de recursos para o desenvolvimento, prevenção e reabilitação do ser humano (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

O profissional que atua na área da Psicologia Social é fundamentado na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, segundo diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. Quanto à área Neuropsicologia, o profissional utiliza de conhecimentos teóricos angariados pelas neurociências e pela prática clínica, com metodologia estabelecida experimental ou clinicamente, a sua atuação é no diagnóstico, no acompanhamento, no tratamento e na pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento sob o enfoque da relação entre estes aspectos e o funcionamento cerebral (CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste interim foi possível identificar através dos estudos que a psicologia passou por grandes percalços no tempo até chegar ao momento de atuação e assistência na saúde. Porém mesmo com o grande marco, e ganhos durante os séculos, essa profissão ainda é bastante frágil e pouco valorizada, mesmo sabendo-se que a sociedade em que se vive hoje necessita desse profissional indubitavelmente no processo da busca pela saúde e qualidade de vida.

Espera-se que os achados desse estudo possam contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área da Psicologia, por meio de diferentes aportes teóricos, técnicas e instrumentos de investigação empírica. Ressaltam-se os desdobramentos dessa pesquisa ao agrupar as ações atribuídas pelas normativas da política, contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre os determinantes do exercício profissional da Psicologia no seu campo e oferecendo subsídios para aperfeiçoar a formação acadêmica e ampliar o compromisso social dessa ciência e profissão os seus devidos direitos.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Franz G. & SELE SNICK, Sheldon, T. - **História da Psiquiatria**, São Alegre: Bookman, 2010. Disponível em:
- ANTUNES, M. A. M. (Org.). **História da psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: Eduerj. (2004)
- BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O Psicólogo brasileiro: Sua atuação e formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 9, n. 1, p. 6-15. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931989000100003>. Acesso em: 15 setembro de 2021.
- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. Guedes. **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto COELHO-LIMA, F. et al. O exercício Profissional do Psicólogo do Trabalho e das Organizações: Uma Revisão da Produção Científica. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v, 11, n. 2, p. 21-35, jul-dez 2011.

CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE. **Áreas de Atuação do (a) Psicólogo (a)**. Publicado 02 de Fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.crp09.org.br/portal/orientacao-e-fiscalizacao/orientacaopor-temas/areas-de-atuacao-do-a-psicologo-a>.

DANTAS, Candida Maria Bezerra. **A ação do psicólogo na assistência social: interiorização da profissão e combate a pobreza**. 2013. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17400>.

DIAS, A. C. G. et al. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 18, n. 1, p. 105-111. Janeiro/abril de 2014.

DUARTE, L. C. B.; MORAES, T. D. A atuação dos psicólogos em Unidades de Saúde da Família: Relações entre Gênero Profissional e saúde. **Estudos de Psicologia**, v, 23, n. 2, p. 99-110. 2018.

FREITAS, Rosimeire Afonso Dutra. **Formação continuada com psicólogos escolares da Ceilândia/DF: potencialidades da pesquisa-intervenção**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24842>.

FURTADO, O. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, p. 66-85, 2012. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBttqHf9LpWdX8CHytGJG4x/abstract/?lang=pt>.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: atlas, 2017.

NETO, S. W. M. F; OLIVEIRA, W. A; GUZZO, R. S. L. Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, p. 573-582, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/0213111111>. Paulo, Ibrasa, 1968, 573 p.

RUBIO, Katia. A Psicologia do Esporte: Histórico e Áreas de Atuação e Pesquisa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 19, n. 3, p. 60-69. 1999.

SILVA, Fabíola Figueirêdo da. Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 82-90, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JMpjMQGgz8rq7tmqShFCLGc/abstract/?lang=pt>.

SOARES, A. R. **A psicologia no Brasil**. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. SPE, p. 841, 2010. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptsPLZhXfqLTzKmyj7b6pDp/?format=pdf&lang=pt>.

SOUZA, M. P. R. A Psicologia Escolar e o ensino de psicologia: Dilemas e perspectivas. **Educação Temática Digital - ETD**, v. 8, n. 2, p. 258-265, 2007.

YAMAMOTO, O. H. et al. **A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1997.

O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

THE ROLE OF PSYCHOPEDAGOGY IN FRONT OF LEARNING DIFFICULTIES

EL PAPEL DE LA PSICOPEDAGOGÍA ANTE LAS DIFICULTADES DE APRENDIZAJE

Emanuela Alves da Silva Loiola¹⁵

Maria Vandia Guedes Lima¹⁶

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o papel e, conseqüentes, contribuições da psicopedagogia frente aos percalços na materialização da aprendizagem, independente do motivo que ocasione as dificuldades. Perante tal finalidade constituiu-se a seguinte indagação: De que maneira a psicopedagogia pode auxiliar a evolução educacional, diante das inúmeras dificuldades que permeiam o processo de ensino e aprendizagem? Em fundamentação à finalidade da pesquisa e na problemática levantada, destacam-se os seguintes objetivos específicos do estudo: Contextualizar o surgimento e evolução histórica da psicopedagogia com ênfase às suas contribuições educacionais à luz de alguns autores; Elencar as principais dificuldades que ocorrem no meio educacional e de que forma as mesmas interferem na consolidação da aprendizagem; Refletir sobre a relevância da atuação psicopedagógica como aliada no enfrentamento às dificuldades de aprendizagem e conseqüente efetivação da construção autônoma do saber. Para atingir os referidos desígnios, utilizou-se de uma abordagem qualitativa a partir de uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos científicos. A análise feita, proporcionou uma visão ainda mais apurada sobre o relevante papel da psicopedagogia enquanto facilitadora do processo de aprendizagem frente a questões que, corriqueiramente, aparecem como obstáculos. Além de perceber a metodologia do psicopedagogo como essencial no discernimento de casos que necessitam de tratamentos específicos, sendo que as interferências na aprendizagem não devem ser generalizadas, já que partem de aspectos distintos: pedagógicos, emocionais e sociais, principalmente.

Palavras-chaves: Psicopedagogia. Dificuldades. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to present the role and, consequently, contributions of psychopedagogy in the face of the obstacles in the materialization of learning, regardless of the reason that causes the difficulties. In view of this purpose, the following question was asked: How can psychopedagogy help educational evolution, given the countless difficulties that permeate the teaching and learning process? In support of the purpose of the research and the problem raised, the following specific objectives of the study are highlighted: To contextualize the emergence and historical evolution of psychopedagogy with emphasis on its educational contributions in the light of some authors; List the main difficulties that occur in the educational environment and how they interfere in the consolidation of learning; Reflect on the relevance of psychopedagogical action as an ally in

coping with learning difficulties and the consequent realization of the autonomous construction of knowledge. To achieve these goals, a qualitative approach was used based on a bibliographic search in books, magazines and scientific articles. The analysis made, provided an even more refined view on

¹⁵ Emanuela Alves da Silva Loiola, graduada em Pedagogia, Língua Portuguesa e Especialista em Psicopedagogia Institucional Clínica e Saúde, pela UVA

¹⁶ Maria Vandia Guedes Lima, graduada em: Pedagogia, Língua Portuguesa e História, especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Mestre em Educação

the relevant role of psychopedagogy as a facilitator of the learning process in the face of issues that, currently, appear as obstacles. In addition to perceiving the methodology of the psychopedagogue as essential in the discernment of cases that need specific treatments, the interferences in learning should not be generalized, since they start from different aspects: pedagogical, emotional and social, mainly.

Keywords: Psychopedagogy - Difficulties - Learning.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el papel y, en consecuencia, las contribuciones de la psicopedagogía frente a los percances en la materialización de los aprendizajes, independientemente del motivo que provoque las dificultades. Ante tal propósito, se constituyó la siguiente pregunta: ¿De qué manera la psicopedagogía puede ayudar a la evolución educativa, frente a las numerosas dificultades que permean el proceso de enseñanza y aprendizaje? En apoyo al propósito de la investigación y las cuestiones planteadas, se destacan los siguientes objetivos específicos del estudio: Contextualizar el surgimiento y evolución histórica de la psicopedagogía con énfasis en sus aportes educativos a la luz de algunos autores; Enumerar las principales dificultades que se presentan en el ámbito educativo y cómo interfieren en la consolidación de los aprendizajes; Reflexionar sobre la pertinencia de la acción psicopedagógica como aliada en el enfrentamiento de las dificultades de aprendizaje y la consecuente realización de la construcción autónoma del conocimiento. Para lograr estos objetivos, se utilizó un enfoque cualitativo basado en una investigación bibliográfica en libros, revistas y artículos científicos. El análisis realizado brindó una visión aún más certera del papel relevante de la psicopedagogía como facilitadora del proceso de aprendizaje frente a cuestiones que, rutinariamente, aparecen como obstáculos. Además de percibir la metodología del psicopedagogo como fundamental en el discernimiento de casos que necesitan tratamientos específicos, y las interferencias en el aprendizaje no deben generalizarse, ya que provienen de diferentes aspectos: pedagógico, emocional y social, principalmente.

Palabras clave: Psicopedagogía. dificultades. Aprendizaje.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como objeto de estudo papel da psicopedagogia diante das dificuldades de aprendizagem que, ainda, permeiam a formação do indivíduo, considerando seus aspectos neurológicos, pedagógicos ou sociais. Destaca-se a análise de tais dificuldades como responsáveis pelos obstáculos educativos, seja para o progresso da criança/adolescente, seja no trabalho do professor, que muitas vezes se vê em uma situação de impotência, tornando o processo de ensino e aprendizagem, sem o apoio psicopedagógico, excludente, taxativo ou mesmo ineficaz.

A escolha por pesquisar acerca do tema justifica-se pela análise do contexto educacional atual que, embora a Constituição assegure a igualdade de direitos, não é difícil se deparar com situações de exclusão, dentre as quais a mais evidente, ou no mínimo mais difícil de converter, tem sido praticada contra pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, as quais são deixadas sem acesso aos direitos e garantias essenciais como a educação, por exemplo; ainda há o agravante de que no mesmo

contexto de exclusão, há cada vez mais a presença de fatores sociais e familiares responsáveis por comportamentos controversos que acabam por coibir o progresso do indivíduo e são, equivocadamente, considerados fatores que caracterizam incapacidades, acredita-se que é o trabalho psicopedagógico que pode converter essa realidade.

No tocante a essa questão o papel do psicopedagogo agencia a prevenção, investigação, diagnóstico e intervenção apropriados para cada situação, pois uma criança não pode ser tratada como deficiente, simplesmente por aprender em um ritmo diferente; aquela que é deficiente não deve ser qualificada como incapaz de evoluir, sem que seja feita intervenções adequadas à mesma. Além do mais, deve-se constatar que não necessariamente o problema está centrado na dificuldade da criança, mas, inclusive, na própria dificuldade que o professor tem em encontrar um método eficaz para auxiliar a mesma na consolidação do conhecimento.

Nessa perspectiva, enfatiza-se o profissional psicopedagogo como forte aliado na efetivação da aprendizagem, embora haja a necessidade de maiores investimentos para a presença deste nas instituições, podendo, dessa forma, contribuir de maneira categórica na solução de alguns entraves que permeiam a realidade educacional.

Considerando tais abordagens, tem-se o questionamento que norteia o desenvolvimento do presente estudo: *De que maneira a psicopedagogia pode auxiliar a evolução educacional, diante das inúmeras dificuldades que permeiam o processo de ensino e aprendizagem?*

A partir da referida problemática, traçou-se como objetivo geral deste estudo apresentar o papel e, conseqüentes, contribuições da psicopedagogia frente aos percalços na materialização da aprendizagem, independente do motivo que ocasione as dificuldades.

Especificamente objetiva-se: Contextualizar o surgimento e evolução histórica da psicopedagogia com ênfase às suas contribuições educacionais à luz de alguns autores; Elencar as principais dificuldades que ocorrem no meio educacional e de que forma as mesmas interferem na consolidação da aprendizagem; Refletir sobre a relevância da atuação psicopedagógica como aliada no enfrentamento às dificuldades de aprendizagem e conseqüente efetivação da construção autônoma do saber.

Acredita-se que o presente estudo possa contribuir com a disseminação do trabalho do psicopedagogo, favorecendo o reconhecimento do mesmo como forte aliado na superação das dificuldades humanas que impedem, sobretudo, o avanço acadêmico do indivíduo; ademais, é necessário perceber no trabalho psicopedagógico a forte influência e responsabilidade pela promoção da inclusão, fator que ainda carece de muita melhoria nas instituições educacionais de todo Brasil.

O processo metodológico deu-se a partir de uma abordagem qualitativa, tendo em vista que a referida abordagem possibilita, a partir do tema pesquisado, o estudo de fenômenos que permeiam a humanidade por meio da captação das perspectivas de pessoas neles envolvidas, considerando tanto aspectos educacionais, quanto sociais, como um todo. Outrossim, o método utilizado advém de uma revisão

bibliográfica sobre as principais teorizações em livros, artigos científicos e revistas que tratam das dificuldades de aprendizagem e o papel da psicopedagogia.

A primeira seção apresenta uma breve contextualização sobre o surgimento e progresso da psicopedagogia, estendendo-se à análise de aspectos globais sobre a mesma na visão de autores que contribuíram com a consolidação da profissão. A segunda seção organizou-se a partir da teorização de aspectos que atrapalham o processo de aprendizagem, dando ênfase a distinção entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem. Na última seção, procurou-se destacar o papel do psicopedagogo institucional e suas contribuições no processo de aprendizagem.

Parar realização deste trabalho foi feito pesquisas as quais consideraram primordialmente aspectos teóricos estudados a partir de autores como: Bossa (2007), Bastos (2008), Paín (1983), Visca (1987), entre outros.

2 BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia tem seu surgimento apontado com ocorrência na Europa, segundo Bossa (2007), ainda no século XIX, tal fato estaria evidenciado pela preocupação com os problemas de aprendizagem investigados na área médica. Acreditava-se, na época, que os comprometimentos na área escolar eram provenientes de causas orgânicas, por esse motivo, procurava-se identificar no físico as determinantes das dificuldades do indivíduo, o que vem constituir um caráter orgânico da psicopedagogia.

Ainda conforme Bossa (2007), a crença de que os problemas de aprendizagem eram causados por fatores orgânicos perdurou por muitos anos e determinou a forma do tratamento dada à questão do fracasso escolar até bem recentemente.

Na França, entre as décadas de 40 a 60 o trabalho do médico era vinculado ao do pedagogo, em 1946, em Paris foi criado o primeiro centro de psicopedagogia, a cooperação entre o trabalho destes dois profissionais se destinava, especialmente, à crianças com problemas escolares ou de comportamento, que tinha atribuições ao fato de serem portadoras de alguma doença crônica.

O termo “psicopedagógico” substitui “médico pedagógico” e tem relação com a necessidade de fazer com que os pais tivessem menos resistência em deixar que os filhos fossem acompanhados quando apresentassem algum retardo escolar, e, conseqüentemente, passassem por encaminhamentos médicos e pedagógicos.

Embora tenha começado sua estruturação nos anos 60, a partir do trabalho de alguns autores brasileiros, a psicopedagogia só chegou oficialmente ao Brasil, conforme Bossa (2007), na década de 70, época em que dificuldades de aprendizagem eram diagnosticadas como disfunções neurológicas, sendo

desconsiderado na análise problemas sociopedagógicos. O momento coincide com a criação da Escola da Guatemala, no Rio de Janeiro, que já alvitrava um trabalho preventivo diante da preocupação de algumas impropriedades do ensino.

No Brasil é possível destacar a forte influência argentina, destacando-se nomes como Sara Paín, Jacob Feldmann, Ana Maria Muniz, além do professor Jorge Visca apontado como um dos maiores contribuintes da difusão psicopedagógica, foi o fundador do Centro de Estudos Psicopedagógicos - Curitiba, divulgador da psicopedagogia no Brasil, e também na Argentina e em Portugal, como também criador de uma Clínica Comunitária que atendia comunidades carentes com dificuldades de aprendizagem.

Atualmente, a regulamentação da profissão em psicopedagogia é uma luta longa que, embora ainda não esteja totalmente concluída, tem um histórico de vitórias, em uma das últimas aprovações, no ano de 2016, segundo dados apresentados por Gonçalves na revista Aprender (2019), a Comissão de Educação da Câmara Federal aprovou proposta que deixa a cargo de cada sistema de ensino (Federal, Estaduais e Municipais) a implementação do atendimento psicopedagógico aos seus alunos, todavia, o psicopedagogo não necessariamente será lotado na escola, mas eventualmente em centros que atendam às escolas na medida das necessidades que se apresentarem, principal aspecto negativo dentre as conquistas, pois muitas vezes restringe a atuação e conseqüente contribuição que o profissional pode dar ao processo de ensino e aprendizagem.

2.1 A aprendizagem sob o trabalho psicopedagógico: aspectos globais à luz de alguns autores

Para Visca (1987), a aprendizagem depende de uma estrutura onde envolva o cognitivo, o afetivo e o social, nas quais estas sejam indissociavelmente ligadas a alguns aspectos desses três elementos, o mesmo defende que a inteligência vai se construindo a partir da interação do sujeito e as circunstâncias do meio social, preconizando, assim, a epistemologia convergente.

Tal epistemologia proposta pelo referido autor propõe um trabalho psicopedagógico utilizando-se da confluência das três linhas: A Psicogenética de Piaget, que defende que ninguém pode aprender além do que sua estrutura cognitiva permite; a Psicanálise de Freud, embasada no pressuposto que dois sujeitos com igual nível cognitivo e distintos investimentos afetivos em relação a um objeto aprenderão de forma diferente; e a Psicologia Social de Enrique Pichon Rivière, pois se ocorresse uma semelhança do cognitivo e afetivo em dois sujeitos de distinta cultura, também suas aprendizagens em relação a um mesmo objeto seriam diferentes, devido as influências que sofreram por seus meios socioculturais.

De encontro com a ideologia supracitada, Paín (1983) defende que os fatores emocionais, ambientais específicos, orgânicos e sociais interferem no rendimento

escolar dos alunos, portanto a criança necessita de um ambiente seguro, estimulante, onde os erros sejam permitidos para o crescimento da mesma, outrossim, o psicopedagogo irá auxiliar o educando a conhecer seus pontos fortes e a compreender suas dificuldades, buscando estratégias que sejam úteis nos processos de ensino e aprendizagem, todavia, salienta-se que quando surgir obstáculos mais acentuados no processo, estes não deverão ser vistos isoladamente.

Sendo assim, percebe-se que a análise do sujeito através de correntes distintas do pensamento psicológico concebeu uma proposta onde apresenta uma dimensão abrangente da psicopedagogia, propondo desde um diagnóstico adequado, até um tratamento corretor e preventivo do indivíduo, de maneira que contribua efetivamente na aprendizagem do mesmo.

Em relação aos diversos conceitos de psicopedagogia, Bossa (2007), identifica-se com a seguinte escrita de Golbert: “não devemos nos limitar a uma escola” (p.22), isso remete a necessidade de ampliação do campo de visão daqueles que integram o processo de aprendizagem da criança, não se pode restringir a busca de solução a um único diagnóstico, tampouco, deixar de buscar a participação e apoio da família, já que conforme se tem no título II, do artigo 1º da LDB, “a educação é dever da família e do Estado”, e a psicopedagogia funciona como ponte na aproximação de todos os envolvidos no processo educativo, sempre que necessário.

Ainda sobre a atuação da Psicopedagoga Jorge Visca relata:

A psicopedagogia foi uma ação subsidiária da medicina e da psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidora de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios. (VISCA APUD BOSSA, 2007, p.23).

Com relação ao pensamento acima citado é possível perceber que a psicopedagogia se apropria, sobretudo, de um estudo voltado às características da aprendizagem humana, para isso, atua em uma linha que considera concepções biológicas, afetivas e intelectuais responsáveis pela relação do sujeito com o meio e, conseqüentemente, com sua aprendizagem. Sendo assim, Bossa ressalta:

O objetivo do tratamento psicopedagógico é o desaparecimento do sintoma e a possibilidade de o sujeito aprender normalmente em condições melhores, enfatizando a relação que ele possa ter com a aprendizagem, ou seja, que o sujeito seja o agente da sua própria aprendizagem e que se aproprie do conhecimento. (BOSSA, 2007, p.21).

Percebe-se, portanto, que o trabalho psicopedagógico busca a autonomia do aprendente, independente do problema que acarrete dificuldades na construção do conhecimento, o acompanhamento profissional que vai do diagnóstico à correção implicará em condições favoráveis a concretização da aprendizagem com eficácia.

3 CONTEXTUALIZANDO AS DIFICULDADES NA CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Conforme Sánchez (2004) a American Psychological Association (APA) classifica as dificuldades de aprendizagem como um tipo de transtorno de desenvolvimento, em meio a outros transtornos que aparecem ao longo do desenvolvimento e que necessitam de avaliação e intervenção psicopedagógica. Em linha gerais, as dificuldades de aprendizagem se caracterizam por uma dissonância entre idade e desenvolvimento intelectual do sujeito, o que acarreta situações de exclusão nos diversos meio sociais do indivíduo.

Sánchez (2004) corrobora, ainda, que dificuldade é um termo genérico que diz respeito a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por problemas expressivos nas aquisições e uso das capacidades de escuta, fala, leitura, escrita, interpretação ou raciocínio matemático, sendo que essa desordem, geralmente, se manifesta simultaneamente em mais de uma área.

Em consonância, especifica-se dificuldade de aprendizagem como:

uma perturbação num ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode manifestar-se por uma aptidão imperfeita de escutar, pensar, ler, escrever, soletrar ou fazer cálculos matemáticos. O termo inclui condições como problemas perceptivos, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia, e afasia de desenvolvimento. (CORREIA, 1991, p.17)

Entende-se, assim, que o autor supracitado (CORREIA, 1991) define as dificuldades de aprendizagem como fatores que podem se manifestar de maneira estável ou configurando sintomas, por não se tratarem de algo que faça parte do comportamento humano de maneira permanente, como tal, não poderão, em nenhum caso, ser consideradas fator determinante na não efetivação da aprendizagem, além do mais, as dificuldades, tratando-se ou não de deficiência, possuem causas provenientes de uma série de concomitantes e razões que carecem de diagnóstico, investigação, explicação e tratamento, sendo o profissional psicopedagogo indicado para atura nessa linha.

Segundo Paín (1983) um sintoma possui estado particular que, para equilibrar-se, carece adotar certos tipos de comportamentos cuja atuação possui caráter positivo em seu contexto, mas que termina por ser caracterizado como não aprendizagem. Nessa perspectiva, a não aprendizagem não constituiu, portanto, o contrário de aprender, já que como sintoma está cumprindo uma função positiva, tão integradora quanto a primeira, porém com a outra disposição dos fatores que interferem.

Frente ao exposto, compreende-se que uma criança só pode ser considerada inapta a aprender, quando não alcançar resultados proporcionais aos seus níveis de idade e capacidade numa ou mais áreas específicas, tais como expressão oral,

compreensão auditiva, expressão escrita, capacidade básica de leitura e cálculos matemáticos, ou seja, será observado uma discrepância significativa em sua capacidade intelectual envolvendo os aspectos mencionados, sendo que, para isso, ainda deve ter sido proporcionadas experiências de aprendizagem adequadas a seus respectivos níveis.

De acordo com Paín (1983, p.95)

Alguns problemas específicos de aprendizagem não são resultados de: falta de capacidades intelectuais, déficits sensoriais primários, privação cultural, falta de continuidade na assistência às aulas ou problemas emocionais. Entretanto estas condições podem acompanhar desencadear ou agravar um problema nas áreas de aprendizagem. Existem fatores próprios ao ambiente, ao meio social, cultural, emocional, orgânicos e específicos que intervêm para o surgimento de um baixo rendimento escolar.

Como já mencionado anteriormente, os problemas que permeiam a consolidação da aprendizagem vão além do que se possa hipotetizar de forma célere, necessitam de avaliação precisa, pois de acordo com o pensamento da autora acima, “existem fatores próprios” (PAÍN, 1983, p.95) que interferem no rendimento escolar, não se podendo, dessa forma, apontar alguns resultados como sendo um problema específico de um estado físico, emocional ou social, por exemplo.

Assunção (2011) diz que problemas de aprendizagem podem ser provenientes de fatores orgânicos ou mesmos emocionais, defende a relevância do diagnóstico para que seja verificado se não estão associadas à preguiça, cansaço, sono, dentre outros fatores também considerados como desmotivação ao aprendizado. A autora aponta a dislexia como um dos maiores responsáveis pela ocorrência da não aprendizagem, salienta, ainda, que é necessário estarmos atentos a outros sérios problemas como disgrafia, disortografia, dislalia, discalculia e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

A classificação dos referidos distúrbios se faz da seguinte forma:

A **dislexia** do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração, conforme International Dyslexia Association (IDA), por ser uma dificuldade que aparece na leitura, impede que o aluno desenvolva a fluência, pois o mesmo faz trocas ou omissões de letras, inverte sílabas, apresenta leitura lenta, dá pulos de linhas ao ler um texto, etc.

A **disgrafia** normalmente vem associada à dislexia, porque se o aluno faz trocas e inversões de letras, conseqüentemente encontra dificuldade na escrita. Além disso, está associada a letras mal traçadas e ilegíveis, letras muito próximas e desorganização ao produzir um texto.

A **disortografia** não pode ser confundida com a disgrafia, pois ela está relacionada a uma deficiência que afeta as aptidões da escrita, ou seja, é uma dificuldade centrada na estruturação, organização e produção de textos escritos. Além

disso, as crianças mostram uma construção frasal aquém do esperado, com o vocabulário pobre e curto; nota-se também certa quantidade de erros ortográficos.

A **dislalia** é um distúrbio que acomete a fala, caracterizado pela dificuldade em articular as palavras. A pessoa portadora de dislalia, troca as palavras por outras similares na pronúncia, omitindo ou trocando as letras. Em suma, as manifestações clínicas da dislalia consistem em omissão, substituição ou deformação dos fonemas.

A **discalculia** é um tipo de transtorno de aprendizagem caracterizada por uma inabilidade ou incapacidade de pensar, refletir, avaliar ou raciocinar processos ou tarefas que envolvam números ou conceitos matemáticos.

O **TDAH** é um transtorno neurobiológico caracterizado pela combinação de sintomas de desatenção, hiperatividade (inquietação motora) e impulsividade; crianças com TDAH podem apresentar dificuldades em prestar atenção à aula, responder as questões sem terminar de ler e não conseguir ficar parado.

3.1 Dificuldades de aprendizagem: aprofundando conhecimentos sobre causas

Antes de adentrar a uma teorização mais específica sobre os problemas que retardam a aprendizagem no contexto escolar é importante fazer a distinção entre *dificuldades de aprendizagem* e *transtornos de aprendizagem*, termos que são, corriqueiramente, tratados como sendo o mesmo evento, semanticamente falando, porém, apresentam suas particularidades.

Primeiramente, o que tange a dificuldade de aprendizagem é a importância da multidisciplinaridade integrada, ou seja, quando se refere à dificuldade de aprendizagem, estar se falando sobre um ser que possui uma maneira diferente de aprender, trata-se de um obstáculo, uma barreira, um sintoma, como abordado anteriormente, que pode ser de origem tanto cultural, quanto cognitiva, ou mesmo emocional. Vale salientar, que a maioria dos casos de dificuldade podem ser resolvidos no ambiente escolar com o apoio psicopedagógico.

O distúrbio de aprendizagem está ligado a um grupo de dificuldades pontuais e específicas, caracterizadas pela presença de uma disfunção neurológica, neste caso, o cérebro funciona de forma diferente, pois, mesmo sem apresentar desfavorecimento físico, social ou emocional, os portadores do distúrbio de aprendizagem demonstram dificuldade em adquirir o conhecimento à luz da teoria, isso não significa que ela seja incapaz de aprender, pois o quadro é reversível, necessitando para isso de métodos de ensino adequados à singularidade de cada caso.

Com relação aos distúrbios, Bastos (2003), afirma que as crianças portadoras de dislexia são incapazes de ler com a mesma facilidade que os colegas da mesma faixa etária, embora disponham de boa sanidade neurológica e sensorial. Essa dificuldade não possui relação com as que são desenvolvidas mediante falhas de métodos pedagógicos, e embora façamos alusão à mesma nos referindo quase sempre a crianças, segundo estudiosos, pode haver a ocorrência também em adultos.

Ainda de acordo com Bastos (2003), o cérebro de um disléxico não apresenta nenhuma anormalidade, por isso quanto mais cedo for diagnosticado o quadro, e a criança for colocada em contato com a linguagem, maior é a possibilidade de acabar, ou pelo menos coibir, possíveis problemas que possam vir a ser enfrentados por essas pessoas, que quando não recebem acompanhamento didático-pedagógico adequado podem desenvolver dificuldades que extrapolam os muros escolares, passando a ser um problema de exclusão social.

As disgrafias, por sua vez, estão relacionadas diretamente, como o próprio nome sugere, aos problemas que causam alteração da escrita tais como: forma, fluidez e simbolização. Pesquisas feitas por vários estudiosos e enfatizadas por Bastos (2003) apontam como sendo manifestações típicas da escrita disgráfica: traços pouco precisos e incontrolados; falta de pressão com debilidade de traços, ou traços demasiadamente fortes que vinquem o papel; grafismos não diferenciados nem na forma, nem no tamanho; escrita desorganizada no que diz respeito à globalidade do conjunto escrito como um todo; etc. É importante salientar que essas manifestações costumam se apresentar em conjunto, ou seja, há pouca chance de um indivíduo disgráfico apresentar somente uma das características mencionadas.

Com relação à disortografia, a mesma advém das dificuldades no uso das regras ortográficas. Conforme Morais (1997, p. 138), apud Bastos (2003, p. 149), “os critérios para avaliar a disortografia estão relacionados ao nível de escolaridade, à frequência e os tipos de erros”. Neste ensejo entende-se que entre crianças de até três anos, por exemplo, esse tipo de ocorrência (dificuldade no uso das regras ortográficas) é aceitável. Da mesma forma precisa-se atentar para o índice de ocorrências e os tipos de erros que tenham sido cometidos para que não haja conclusões precipitadas dos casos.

Já a dislalia, trata-se de um problema de articular corretamente os fonemas, o indivíduo com dislalia costuma pronunciar algumas palavras de forma errada, trocando por fonemas similares à pronúncia original. Como trocar o “r” pelo “l”. Um exemplo conhecido do caso, é Cebolinha, um dos personagens principais de *A Turma da Mônica*, que pronuncia “plometo” ao invés de “prometo”, por exemplo.

Divide-se em quatro tipos: dislalia evolutiva, considerada normal em crianças, sendo corrigida gradativamente durante o seu desenvolvimento; dislalia funcional, neste caso, ocorre substituição de letras durante a fala, não pronunciar o som, acrescentar letras na palavra ou distorce o som; dislalia audiógena, ocorre em indivíduos que são deficientes auditivos e que não conseguem imitar os sons e dislalia orgânica que ocorre em casos de lesão no encéfalo, impossibilitando a correta pronúncia, ou quando há alguma alteração na boca. O problema pode ocorrer devido alguma malformação congênita, lábio leporino, por exemplo; ou também pela flacidez muscular e postura indevida da língua em virtude do uso prolongado da chupeta ou mamadeira.

Sobre discalculia tem-se que, segundo Bernardi (2014), não é uma doença, nem necessariamente uma condição crônica. Trata-se de um transtorno de aprendizagem específico da Matemática, caracterizado pela dificuldade no processo

de aprendizagem do cálculo e que pode ser observado em pessoas com inteligência dita normal, estas não apresentam, também, deficiências sensoriais ou falta de acesso ao ensino adequado, mas que cometem erros diversos na solução de problemas verbais, nas habilidades de contagem, nas habilidades computacionais e na compreensão dos números.

A falta de atenção pode se manifestar em situações escolares, profissionais ou sociais. As crianças com TDAH, de acordo com Lima (2011), frequentemente apresentam dificuldades em manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas. As mesmas não conseguem manter a atenção em uma só tarefa, especialmente, quando esta não é atraente aos seus anseios. Também tem dificuldades para atender às solicitações ou instruções e não conseguem complementar o trabalho escolar, tarefas domésticas ou outras atividades. Casos assim, são erroneamente confundidos com indisciplina, quando, na verdade, trata-se de um transtorno que faz o indivíduo agir de maneira impulsiva, desatento ou excessivamente agitado.

Pelo exposto, percebe-se que a atuação psicopedagógica é indispensável no contexto escolar para que os percalços educacionais responsáveis pela não concretização da aprendizagem sejam coibidos, pois o trabalho desenvolvido, por esse profissional, torna intervenções eficientes, ou, quando não for o caso o mesmo fará encaminhamentos para que o educando tenha o acompanhamento adequado a sua particularidade.

4 A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM CONTRIBUIÇÃO COM A APREDIZAGEM

Entende-se, no que diz respeito a ação psicopedagógica que a mesma rompeu barreiras cujos resultados são responsáveis por relevantes contribuições na aprendizagem humana, partindo dessa premissa, ressalta-se a importância desse profissional nas instituições escolares, auxiliando nas diversas demandas que vão do cunho pedagógico ao psicológico e que fazem parte do cotidiano das escolas. Embora esteja-se enfatizando a atuação do psicopedagogo em escolas, isso pode ser estendido a empresas e clínicas.

Bossa(2007,p.67) afirma que:

A psicopedagogia clínica procura compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos, e pedagógicos que interferem na aprendizagem, a fim de possibilitar situações que resgatem o prazer de aprender em sua totalidade. Incluindo a promoção da integração entre pais, professores, orientadores educacionais e demais especialistas que transitam no universo educacional do aluno.

A autora, Bossa (2007), reitera, ainda, que a prática da psicopedagogia na instituição escolar também é clínica, desde que não se considere apenas a semântica original que remete à observação e investigação, já que na instituição o referido profissional será um observador e investigador das dificuldades de aprendizagem e

com isso promoverá, também, a integração daqueles que fazem a comunidade escolar como um todo. O trabalho do referido profissional tem diferentes níveis de atuação, embora na escola o mesmo prevaleça em um caráter preventivo, como aborda Bossa(2007, p.25):

No primeiro nível o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a “frequência dos problemas de aprendizagem”. Seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como na formação e orientação de professores, além de fazer aconselhamento aos pais. **No segundo nível** o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagens já instalados. Para tanto cria-se plano diagnóstico da realidade institucional, e elaboram-se planos de intervenção baseados nesses diagnósticos a partir do qual se procura avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam tais transtornos. **No terceiro nível** o objetivo é eliminar transtornos já instalados em um procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que ao eliminarmos um transtorno, estamos prevenindo o aparecimento de outros.

Diante da abrangência de atuação, Neves apud Bossa (2007) declara que o objeto de estudo do psicopedagogo está ligado com o processo de ensino e aprendizagem, pois seus estudos estão direcionados aos atos de aprender e ensinar, considerando a construção do conhecimento em toda sua complexidade, ao tempo que nivela aspectos cognitivos, afetivos e sociais que estão presentes no contexto de aprendizagem.

Como já foi ressaltado, a psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana e tem seu surgimento apontado para a necessidade de compreensão dos problemas presentes no referido processo, o que faz com que a mesma busque se apropriar das características do mesmo, de como o indivíduo aprende, como se dar a variação evolutiva dessa aprendizagem e os vários fatores que a condicionam, como surgem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo na escola, o mesmo é materializado a partir de um instrumental especializado, sistema específico de avaliação e estratégias capazes de atender aos alunos em suas individualidades e de auxiliar os educandos nas atividades escolares e em questões que perpassam os muros da escola. Compete, ainda, ao psicopedagogo o trabalho de assessoramento na instituição, de modo a possibilitar uma redimensão na atuação dos professores junto aos alunos, intensificando o processo de aquisição e incorporação do conhecimento no espaço escolar de maneira adequada, assim como mediar encaminhamentos dos discentes para outros profissionais sempre que se fizer necessário.

Ademais, percebe-se no trabalho do psicopedagogo o desígnio de eliminar sintomas que são tidos como problemas na aprendizagem do aluno, para que isso seja concretizado se faz necessário o desenvolvimento de ações bem planejadas, pois, conforme Paín apud Bossa(2007, p. 106)

o profissional, para cumprir os objetivos e garantir o enquadre no trabalho psicopedagógico, deve adotar certas técnicas. São elas: organização prévia da tarefa; graduação nas dificuldades das tarefas; autoavaliação de cada tarefa a partir de determinada finalidade; historicidade do processo, de forma que o paciente possa reconhecer sua trajetória no tratamento; informações a serem oferecidas ao sujeito pelo psicopedagogo, num nível em que possa integrá-las ao seu repertório intelectual e construir o mundo que habita.

A nomenclatura de paciente se refere, no ensejo, aos alunos que passam pelo acompanhamento psicopedagógico, este, por sua vez, carece passar por etapas que proporcionem ao educando autonomia no ato de aprender, para isso, o profissional conta com inúmeras possibilidades, tais como: entrevistas, trabalho interdisciplinar, grupos terapêuticos, técnicas de recolocação de informação diagnóstica, estratégias terapêuticas, assessoramento e coordenação de projetos educativos institucionais e projetos pedagógicos inovadores, dentre outro; além do mais, não se pode deixar de ressaltar a importância da inserção dos jogos no trabalho psicopedagógico.

Percebe-se, enfim, que muitas são as contribuições que o psicopedagogo pode dar na aprendizagem dos alunos quando da sua atuação nas escolas, o que ressalta a necessidade de se lutar pela regulamentação da profissão de modo que, a presença desta, abranja as instituições de maneira mais acessível possível, fortalecendo o objetivo comum de uma educação de qualidade a todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do presente trabalho foi apresentar uma visão geral sobre o surgimento e caminho percorrido pela psicopedagogia, enfatizando a relevância do papel desempenhado pelo profissional psicopedagogo no processo de aprendizagem frente aos problemas os quais fazem parte do cotidiano escolar, mediando a análise de aspectos tendenciosos a atrapalhar a efetivação da aprendizagem carentes de discernimento para que não sejam cometidas falhas decorrentes de diagnósticos errados e até mesmo a privação e exclusão de alguém que apenas requer um acompanhamento diferenciado ou alinhamento metodológico fatores essenciais para concreta integração do aprendente.

No modelo contemporâneo a instituição escolar é que deve se adequar para atender às necessidades dos alunos, de modo a lhes oferecer o suporte necessário para o pleno desenvolvimento educacional. Esse modelo é hoje uma política educacional garantida pela legislação brasileira a nível federal, estadual e municipal, o qual faz com que os órgãos governamentais tenham a responsabilidade de implementá-la de forma satisfatória, considerando e adequando a realidade local, o que vem de encontro com investimentos para além da estrutura e material, pois são nos recursos humanos que se vê a possibilidade da efetivação do cumprimento do que rege a legislação, a adequação aqui mencionada, em muitos casos, só se torna

real a partir do trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo o qual abrange aspectos pedagógicos, emocionais e sociais.

Diante do exposto, percebe-se a inegável importância de um acompanhamento psicopedagógico nas escolas, seja na sua perspectiva preventiva, seja num enfoque curativo, condições que favorecem o sucesso na escolarização dos alunos independente se os mesmos têm dificuldades ou transtornos de aprendizagem. O certo é que há uma grande necessidade, por parte das instituições, de adequação psicopedagógica para atenderem de forma significativa uma demanda crescente de necessidades educacionais que extrapolam os limites pedagógicos, principalmente, considerando aspectos emocionais responsáveis pela desestruturação da aprendizagem de crianças e adolescentes.

Enfim, não se tem a intenção de findar as discussões sobre um tema que ainda carece de muitas reflexões e pesquisas. Espera-se, sim, que as questões aqui discutidas não se tornem alvo de acomodação, pelo contrário, sirvam de embasamento numa luta que não se restringe ao psicopedagogo, nem tampouco aos que compõem as instituições escolares, mas que faça parte do interesse das famílias e de todos que desempenham o papel de cidadão perante a sociedade, e que acreditem na diferença que a educação desempenha, sendo, portanto, um direito que atenda a todas as necessidades do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. M. S. de. **Freud e a História da Educação: possíveis aproximações.** In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (org.). Pensadores sociais e história da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BASTOS, Marbênia Gonçalves Almeida. **Formação de professores para o diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita.** Fortaleza: Ed. Eduece, 2003.

BERNARDI, J. **Discalculia: O que é? Como intervir?** 1.ed. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

BOSSA, Nádia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** RS, Artmed, 2007.

CORREIA, L.M. **Dificuldades de Aprendizagem: Contributos para a Clarificação e Unificação de Conceitos.** Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses. 1991.

GONÇALVES, Júlia E. **A Regulamentação da Profissão em Psicopedagogia**, [s.l.], v.7, n.7, p.6, jun.2019. Disponível em:
<<http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=171>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

Lei nº. 9394 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Congresso Nacional, 2019. Acesso em: 20 abr. 2020.

LIMA, F. A. A. Transtorno do Déficit de atenção e Hiperatividade: entendendo melhor a criança com TDAH no contexto da escola pública. 2011. **Monografia** (Especialização em Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar) - UAB/UnB. Disponível em:
<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2345/1/2011_FranciadilinaAlvesdeOliveiraLima.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

PAÍN. Sara. **Dificuldades de Aprendizagem**. Editora Waac. 1983.

SÁNCHEZ, Jesus-Nicasio G. **Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

OS DESAFIOS DA ESCOLA EM LIDAR COM O TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR-TOD

THE SCHOOL'S CHALLENGES IN DEALING WITH CHALLENGING- TOD OPPOSITIVE DISORDER

LOS DESAFÍOS DE LA ESCUELA EN EL TRATAMIENTO DEL TRASTORNO DE OPOSICIÓN CHALLENGING-TOD

Maria Vandia Guedes Lima¹⁷

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar os desafios que a escola encontra em lidar com aluno com transtorno opositor desafiador- TOD e como enfrentá-lo no dia a dia. o tema justifica em virtude de depararmos em sala de aula muitas vezes com crianças apresentando comportamentos complexos, ou seja, alunos agindo com grosseirias como se o outro fosse seu inimigo. são crianças que a primeira impressão é que não tem educação, são violentos, inquieto e por conseguinte suas atitudes atrapalham seu processo de aprendizagem. por ter pouca informação sobre o TOD acredita que a pesquisa será de grande valia. a metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica e os principais autores que fundamentaram foram: Nunes e Werlang (2008), Rosa (2004), Freitas (2006) e Relvas(2010). diante dos estudos percebemos que o conhecimento sobre o Transtorno Opositor Desafiador por parte da escola, pode melhorar o grave problema que muitos professores enfrentam em sala de aula, visto que ele pode vir relacionado a outros transtornos neuropsiquiátricos que colaboram para o baixo rendimento escolar.

Palavras-chave: TOD. Aprendizagem. Sala de aula. Professor

ABSTRACT

This article aims to analyze the challenges that the school finds in dealing with students with oppositional defiant disorder - TOD and how to face it on a daily basis. the theme justifies because we often come across in the classroom with children presenting complex behaviors, that is, students acting with rudeness as if the other was their enemy. they are children that the first impression is that they are not educated, they are violent, restless and therefore their attitudes hinder their learning process. because he has little information about TOD, he believes that the research will be of great value. the methodology used was of a bibliographic nature and the main authors who supported it were: Nunes and Werlang (2008), Rosa (2004), Freitas (2006) and Relvas (2010). In view of the studies, we realized that knowledge about Oppositional Defiant Disorder by the school can improve the serious problem that many teachers face in the classroom, since it can be related to other neuropsychiatric disorders that contribute to low school performance.

Keywords: TOD. Learning. Classroom. Teacher

RESUMEN

¹⁷ Maria Vandia Guedes Lima, Graduada em Pedagogia, Língua Portuguesa e História. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Mestre em Educação

Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos que encuentra la escuela en el trato con los estudiantes con trastorno negativista desafiante - TOD y cómo enfrentarlo en el día a día. el tema se justifica porque muchas veces nos encontramos en el aula con niños que presentan conductas complejas, es decir, alumnos que actúan con descortesía como si el otro fuera su enemigo. son niños que la primera impresión es que no están educados, son violentos, inquietos y por lo tanto sus actitudes dificultan su proceso de aprendizaje. al tener poca información sobre el TOD, cree que la investigación será de gran valor. la metodología utilizada fue de carácter bibliográfico y los principales autores que la sustentaron fueron: Nunes y Werlang (2008), Rosa (2004), Freitas (2006) y Relvas (2010). A la vista de los estudios, nos percatamos que el conocimiento sobre el Trastorno Negativista Desafiante por parte de la escuela puede mejorar el grave problema que enfrentan muchos docentes en el aula, ya que puede estar relacionado con otros trastornos neuropsiquiátricos que contribuyen al bajo rendimiento escolar.

Palabras clave: TOD. Aprendizaje. Aula. Maestro.

1 INTRODUÇÃO

Os transtornos de aprendizagem são definidos por terem origem de disfunções do sistema nervoso central e ligados a dificuldades encontradas na cognição e processamento das informações (MOOJEN et al, 2016). De acordo com Siqueira e Gurgel-Giannetti, (2011) o transtorno de aprendizagem apresenta uma relação direta com dificuldades na aquisição e desenvolvimento de funções cerebrais as quais rodeiam o ato de aprender, podendo destacar o transtornopositor desafiador-TOD o transtorno de déficit de atenção- TDAH, a dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia e TDAH . O transtorno de aprendizado é identificado por problemas relacionados a distúrbios de ordem interna ou externa do sujeito, manifestando dificuldades de comportamento, no uso da escrita, leitura, calculo, raciocínio entre outros, dificuldades essas que se não for acompanhada de forma correta e em tempo ágil podem ocorrer danos irreversíveis a criança (CIASCA, 2003).

A Perturbação de oposição e desafio ou transtorno desafiador e de oposição ou transtorno desafiador opositivo (**CID 91.3**) é um tipo de transtorno de conduta que sempre ocorre com crianças menores. Seus traços principais são: comportamento desafiador, desobediente ou perturbador.

O interesse pelo tema surgiu em virtude de observar que muitos professores se sentem impotentes em algumas situações apresentadas em sala de aula. Sabemos que cada ser humano é único, no entanto precisamos enquanto educador buscar estratégia para lidar com cada aluno que temos na escola. Na

atualidade passamos por dois anos de isolamento em virtude do covid-19 (2020-2021) e esse isolamento fez com que grande parte das pessoas inclusive as crianças e adolescentes sentissem emocionalmente abaladas, agindo de forma muitas vezes agressivas, o que pode está sendo manifestado o TOD.

Esse estudo tem como objetivo geral avaliar os desafios do professor em lidar com o transtorno opositor desafiador-TOD. Como objetivos específicos listamos: definir transtornos de aprendizagem; identificar o transtorno opositor desafiador-TOD e suas principais características e elencar estratégias de como lidar o referido transtorno

A metodologia desenvolvida na pesquisa foi de natureza bibliográfica, respaldada em vários autores que abordam a temática como: Nunes e Werlang (2008), rosa (2004), Freitas (2006) e Relvas(2010).

O artigo ficou estruturado além da introdução e as considerações finais, em três tópicos. Transtornos de aprendizagem; o transtorno opositor desafiador-TOD e suas principais características e estratégias de como lidar o transtorno

Pretende-se com esse estudo subsidiar aos profissionais da educação com os esclarecimentos posto no artigo

2 TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Transtornos de aprendizagem são classificados como um tipo de transtorno neurodesenvolvimental. Os Distúrbios do neurodesenvolvimento são circunstâncias neurológicas que se manifestam logo na infância, comumente antes da idade escolar. Esses transtornos afetam o desenvolvimento do funcionamento pessoal, social, acadêmico e/ou ocupacional e via de regra abrangem dificuldades de aprendizagem, manutenção ou execução de habilidades ou conglomerados de informações específicas. Os transtornos podem abranger distúrbios de atenção, memória, percepção, linguagem, solução de problemas ou interação social.(MOOJEN et al, 2016).

De acordo com Siqueira e Gurgel-Giannetti, (2011) o transtorno de aprendizagem apresenta uma relação direta com dificuldades na aquisição e desenvolvimento de funções cerebrais as quais rodeiam o ato de aprender, podendo destacar o transtorno opositor desafiador-TOD o transtorno de déficit de atenção-TDAH, a dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia e TDAH. O transtorno de aprendizado é identificado por problemas relacionados a distúrbios de ordem interna ou externa do sujeito, manifestando dificuldades de comportamento, no uso da escrita, leitura, calculo, raciocínio entre outros, dificuldades essas que se não forem

acompanhadas de forma correta e em tempo ágil podem ocorrer danos irreversíveis a criança (CIASCA, 2003); FREITAS (2010) E RELVA (2006)

3 TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR – TOD

O Transtorno Opositivo Desafiador — TOD — é caracterizado no DSM, como parte dos Transtornos de Comportamento Disruptivo, cujas características são comportamentos desafiantes, negativistas e desobedientes, sobretudo perante figuras de autoridade. Fazem parte desse grupo também o TDAH — Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade — e o Transtorno de Conduta. É um transtorno que tem cura, desde que seja cuidado precocemente.

É recomendado pensar a hipótese de TOD quando os sintomas causam prejuízos relevantes na vida do sujeito. Devido os comportamentos presentes no transtorno limitam a vida social da pessoa, em virtude às manifestações frequentes de raiva, teimosia, hostilidades e rebeldia com duração de pelo menos 6 meses.

Toda criança e adolescente pode apresentar condutas dessa forma em alguma fase da vida. Portanto o diagnóstico de TOD é realizado quando os sintomas perseveram por mais de seis meses e ocorrendo em diversos ambientes

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — DSM-V — o Transtorno Opositivo Desafiador as crianças com TOD correm o risco de desenvolver outros problemas de saúde mental, como transtorno de humor, ansiedade, Transtorno de Conduta (DC), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, depressão, entre outros.

As causas do TOD ainda não são conhecidas, no entanto existem, fatores de riscos que podem colaborar, como tabagismo materno no decorrer da gravidez, toxinas como chumbo. Como também um ambiente familiar confuso e ambíguo, no que se refere a educação dada pelos pais. Tudo isso segundo estudos pode contribuir para a manifestação do TOD.

3.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TOD

De acordo com o DSM – IV – TR caracteriza-se como TOD

Perder a calma; discutir com adultos; negar-se a obedecer aos pedidos ou regras dos adultos; fazer coisas que incomodem, gratuitamente, os outros; culpar os outros por seus erros ou comportamentos inadequados; ser

suscetível à irritação; ficar enraivecido e ressentido; ser rancoroso e vingativo. (DSM- IV- TR, 2000).

O TOD se caracteriza por comportamentos desafiadores, irresponsável, agressivo, com dificuldades para assumir erros e responsabilidades, presença de humor irritável e índole vingativa.

Conforme Jorge, Ribeiro e André (2019), o TOD pode ainda pode apresentar as seguintes características: crueldade com animais ou crianças menores, destruição dos pertences de outra criança, crises de birra e de desobediência, condutas incendiárias e roubos.

De acordo com os pesquisadores , o acompanhamento da criança por terapeutas e/ ou psicólogos é fundamental para que ela possa desenvolver autocontrole e aprender a lidar com aquilo que lhe parecer desafiador ou hostil. Ademais , muitas das sugestões para o atendimento educacional do aluno com TDAH também pode ser adotadas em quadros de TOD, especialmente quanto as regras da sala de aula, atuar de forma contextualizada às condições socioeconômicas e culturais da criança, sugerir “combinados” para a turma, utilizar de abordagens multissensoriais, entre outros. aliás, como foi apontado por Jorge, Ribeiro e André (2019), assim como é necessário observar a cultura familiar e averiguar se a criança não se encontra em alguma situação de risco que pode estar fomentando comportamentos desafiadores.

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — DSM-V — o Transtorno Opositivo Desafiador é determinado como um padrão presente de raiva / humor irritável, comportamento argumentativo / desafiador ou vingança com duração de pelo menos 6 meses.

As crianças com TOD pode chegar a desenvolver outros distúrbios de saúde mental, como transtorno de humor, ansiedade, Transtorno de Conduta (DC), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, depressão, entre outros.

Lembrando também que os casos de TOD que não são cuidadosamente tratados podem desenvolver outros distúrbios, como o transtorno de conduta e o transtorno de personalidade antissocial na adolescência e idade adulta. Durante a adolescência, o TOD pode aumentar o risco de transtorno de ansiedade, abuso de álcool, uso de drogas e delinquência.

4 ESTRATÉGIAS PARA TRABALHAR O TOD NA ESCOLA

O professor deve conhecer melhor o Transtorno Opositor Desafiador, suas causas, sintomas, consequências para, desde então, traçar estratégias de como realizar um trabalho pedagógico diferenciado e eficiente. Torna-se necessário o

professor manter sempre contato com a equipe multidisciplinar que assiste o aluno para que juntos sejam capazes de avaliar situações e projetar caminhos alternativos.

De acordo com Silva et al. (2012) Para o docente é muito complexo e requer ter conhecimento sobre a temática para que, então, possa reconhecer o comportamento do aluno como um transtorno de conduta.

Não é fácil **para o professor** lidar com essa situação em sala de aula, uma vez que, **o portador** desse problema **gera** situações que causam um grande **desconforto** na aula, **atrapalhando** o bom desempenho da turma, levando, muitas vezes, o docente a tomar medidas drásticas como, por exemplo, retirar o aluno da sala, o que não seria o certo segundo os métodos de inclusão. (SILVA et al, 2012, p. 2)

É preciso o professor estar preparado para lidar com esses desafios e sabemos que a formação continuada pode ajudá-lo a cuidar com segurança com alunos com TOD. Percebemos que cada vez mais o professor necessita estar munido de conhecimento e técnicas para conviver de forma eficaz. E isso só a formação pode fornecer.

O transtorno opositivo desafiador -TOD é capaz de evidenciar um aspecto assustador aos professores, já que é normal muitos desses educadores não ter ainda vivência em lidar com esse contexto.

Sabemos que não temos fórmula pronta para lidar com o ser humano, no entanto conforme a Neuro Saber algumas estratégias de como lidar com o TOD em sala de aula pode surtir resultados positivos, como: colocar a criança em sala de aula na primeira fila, assim pode contribuir na sua concentração.

É relevante saber que quando uma criança expõe traços do **TOD**, é possível que ela possa ter bons resultados pedagógicos. tudo isso quiçá, de algumas adaptações que objetivem ao que é previsto.

Conforme a Neuro Saber algumas estratégias podem ajudar a escola a lidar com a criança com esse transtorno. Vejamos: a criança com TOD deve sentar-se sempre na primeira fila, isso ajuda a criança a concentrar-se.

Quando quiser repreende-lo em virtude do seu comportamento, busque fazer de forma moderada. É fundamental criar um vínculo afetivo com a criança para que ela se sinta confortável com sua presença. Quando for conversar procurar segurar as suas mãos, ficar agachada junto dela e procurar falar de forma branda para que ela desista do ato pensado.

Recomenda-se também evitar discordar com a criança para conter situações que só irão desgastar a relação entre o professor e o aluno. É aconselhável quando ocorrer situações embaraçosa, o professor deve convidá-la para ajudar com a turma assim ela pode sentir-se incluída.

No entanto devemos lembrar que o tratamento para minimizar os sinais deve ser realizado pelo uma equipe multidisciplinar: psicólogo, psicopedagogo e

outros terapeutas. Não podemos esquecer da relação familiar que deve ser acurada com o intuito de dar a criança as oportunidades necessárias para uma vida saudável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre o transtorno opositor desafiador teve como objetivo geral avaliar os desafios da escola em lidar com o transtorno opositor desafiador-TOD. E como objetivos específicos: definir transtornos de aprendizagem; identificar o transtorno opositor desafiador-TOD e suas principais características e elencar estratégias de como lidar o referido transtorno.

Diante do estudo percebemos que os objetivos foram atingidos, pois fundamentamos em autores pertinentes a temática. Dialogamos com clareza sobre o TOD e os desafios do professor em sala de aula com essa realidade.

Dessa forma, uma postura de acolhimento pedagógico (que ocorrem do reconhecimento da heterogeneidade e formação docente) e o desenvolvimento de um planejamento direcionado às necessidades das crianças, pode levar ao pleno aproveitamento escolar, obstante do quadro clínico presente em algumas delas.

Vale lembrar que todas as crianças e adolescente têm direito ao ensino numa instituição que ofereça bons profissionais e ensino de qualidade. E o professor como mediador da sua sala de aula deve estar sempre buscando conhecimentos sobre as diversidades encontradas no dia – dia. .

REFERÊNCIAS

CIASCA, S. M.; CAPELLINI, S. A.; TONELOTTO, J. M. F. **Distúrbios específicos de aprendizagem**. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CIASCA, Sylvania Maria. Distúrbios de aprendizagem na visão do professor. **Revista Psicopedagogia**, v. 24, n. 75, p. 229-239, 2007.

FREITAS. Soraia Napoleão. **Diferentes contextos de educação especial/inclusão**. Santa Maria: PROESP/CAPES, 2006.

GADOTTI, Moacir. Marx. **Transformar o mundo**. 2ª ed. São Paulo: FTD, 1991.

MOOJEN, Sônia Maria Pallaoro; BASSÔA, Ana; GONÇALVES, Hosana Alves. Características da dislexia de desenvolvimento e sua manifestação na idade adulta. **Revista Psicopedagogia**, v. 33, n. 100, p. 50-59, 2016

SILVA et al. **Processo ensino-aprendizagem e transtorno de conduta: um diálogo possível.** Disponível em http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_29_09_2014_20_36_57_idinscrito_354_5d425e712dc06505a5acc473bc85cce7.pdf. Acesso em 01/09/2017.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e transtornos de aprendizagem.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

ROSA, C.C. Os limites da Inclusão. **Revista Pátio**. Porto Alegre, ano III, n. 32, p. 08-

SIQUEIRA, Cláudia Machado; GURGEL-GIANNETTI, Juliana. Mau desempenho escolar: uma visão atual. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 1, p. 78-87, 2011.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO PARA UMA MELHOR ADAPTAÇÃO DO ALUNO AUTISTA EM SALA DE AULA

THE CONTRIBUTIONS OF THE PSYCHOPEDAGOGUE TO A BETTER ADAPTATION OF THE AUTISTIC STUDENT IN THE CLASSROOM

LAS APORTACIONES DEL PSICOPEDAGOGO A UNA MEJOR ADAPTACIÓN DEL ALUMNO AUTISTA EN EL AULA

Maria Vandia Guedes Lima¹⁸

RESUMO

O artigo aborda as contribuições do psicopedagogo para uma melhor adaptação do aluno autista em sala de aula, tendo como objetivo avaliar a adaptação do aluno autista em sala de aula. Para fundamentar esse estudo pautou-se em teóricos como: Bosa Camargo (2012), Scoz (1992) Bossa (2011), Cunha (2017), Bastos (2005), Riviera (1997) e outros. A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica. O estudo justifica pelo aumento do número de pessoas autistas e que por falta de conhecimento, esses sujeitos enfrentam inúmeros desafios, na inclusão em sala de aula. Assim percebe-se que é necessário profissionais capacitados para uma intervenção. E o psicopedagogo é um desses profissionais. Diante das leituras conclui-se que os teóricos tem um olhar compreensivo e defendem que o aluno autista precisa de intervenção para inserção na sala de aula e na sociedade como o todo.

Palavras-chave: Autismo. Desafios. Sala de aula. Psicopedagogia.

ABSTRACT

The article deals with the challenges autistic student in the classroom, and contributions of the psychopedagogue to a better adaptation, aiming to mitigate the challenges faced by them. To support this study, we sought to be based on several theorists such as: Bosa Camargo (2012), Scoz (1992) Bossa (2011), Cunha (2017), Bastos (2005), Riviera (1997) and others. The methodology used was bibliographic research. The study justifies the increase in the number of autistic people and that due to lack of knowledge by many, these people face many challenges, we highlight in the classroom, that it is necessary professionals trained for an intervention, psychopedagogue is one of these professionals. In view of the readings, it is concluded that the theorists have a comprehensive view and argue that the autistic student needs intervention for insertion in the classroom and in society as a whole.

Keywords: Autism. Challenges. Classroom. Psychopedagogy.

¹⁸ Maria Vandia Guedes Lima. Graduada em Pedagogia, Língua Portuguesa e História. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Gestão e Coordenação Escolar. Educação Infantil, Educação Especial e Inclusiva, Tecnologias na Educação, MBA no Ensino da Docência. Mestra em Educação. Professora convidada da UECE e da FACULDADE PLUS E-mail: profavandialedes@gmail.com

RESUMEN

El artículo discute las contribuciones del psicopedagogo para una mejor adaptación del alumno autista en el aula, con el objetivo de evaluar la adaptación del alumno autista en el aula. para sustentar este estudio, se apoyó en teóricos como: Bosa Camargo (2012), Scoz (1992) Bossa (2011), Cunha (2017), Bastos (2005), Riviera (1997) y otros. La metodología utilizada fue de carácter bibliográfico. El estudio justifica el aumento del número de autistas y que, por desconocimiento, estos sujetos se enfrentan a numerosos retos en la inclusión en el aula. Por lo tanto, es claro que se necesitan profesionales capacitados para una intervención. Y el psicopedagogo es uno de esos profesionales. Frente a las lecturas, se concluye que los teóricos tienen una mirada integral y argumentan que el alumno autista necesita intervención para su inserción en el aula y en la sociedad en su conjunto.

Palabras- clave: Autismo. Desafíos. Aula. Psicopedagogía.

1 INTRODUÇÃO

O número de autismo atualmente vem crescendo consideravelmente no Brasil e no mundo, precisamos estar preparados para inseri-los gradualmente na sociedade de forma positiva, diminuindo suas dificuldades e focando nas habilidades que apresentam individualmente, ou melhorar a vida dos indivíduos autistas mais complexos, para uma melhor autonomia.

As pessoas autistas enfrentam preconceitos, tanto da sociedade, quanto de familiares, e por existirem vários deles que não conseguem um acompanhamento, uma base para se apoiar, é importante essa abordagem para que esse cenário atual, evolua de forma positiva para essas pessoas, e eventual esclarecimento para as demais pessoas.

A pesquisa tem como tema: a adaptação do aluno autista em sala de aula. A pesquisa e de natureza bibliográfica alicerçada por vários teóricos como: Bosa Camargo (2012), Scoz (1992) Bossa (2011), Cunha (2017), Bastos (2005), Riviera (1997) e outros.

O estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições do psicopedagogo para uma melhor adaptação do aluno autista em sala de aula e elencamos como objetivos específicos: conceituar autismo; identificar as limitações de cada criança autista na sala de aula; descrever os desafios enfrentados por essas crianças autistas no período escolar e analisar métodos utilizados para uma melhor adaptação.

2 AUTISMO

Conforme o DSM-4, o autismo é entendido como uma síndrome, por haver diversas características, no qual o indivíduo apresenta dificuldades nas seguintes áreas: interação social, comunicação e comportamentos restritivos e repetitivos, sendo que, tais dificuldades ocorrem em diversos níveis que abordam o espectro autista. (WHITMAN, 2015).

São muitos os desafios enfrentados pelo autista, portanto, necessitam de olhar mais atencioso, e buscar ajuda-los de maneira correta e eficaz, e assim, proporcionar uma maior

autonomia. Ajuda-los á interagir é um grande desafio para os psicopedagogos e demais profissionais.

A desagregação dos indivíduos com autismos, de ambiente comum, favorece o agravamento dos sintomas, pois as crianças com autismo têm necessidades peculiares, porem precisam ser educadas com poucas restrições. (GOMES; TERÁN, 2014).

Conforme Marinho e Merkle (2009) a definição do Autismo surgiu na primeira descrição dada por Leo Kanner, em 1943, no artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo (Autistic disturbances of disturbances of affective contact), na revista *Nervous Children*, n. 2, p. 217-250.

Para classificar o autismo são utilizados inumeros sistemas, de acordo com Tamanaha, Perissinoto e Brasilia (2008, p. 298), no CID-10² os Transtornos Globais do desenvolvimento são classificados como um grupo de alterações qualitativas, na interação social e modalidades de comunicação, e por um repertório de interesses e atividades restrito e estereotipado. No DSM-IV³, tanto do Autismo Infantil, quanto a Síndrome de Asperger, estão classificados como subcategorias dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. O diagnóstico segundo Mello (2007) deve ser realizado por um profissional especializado, podendo ser um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado na área do autismo.

AS LIMITAÇÕES DE CADA CRIANÇA AUTISTA NA SALA DE AULA

De acordo com Scoz (1992), a grande divergência das escolas brasileiras, é encontrar caminhos que propiciem ao professor a revisão de suas respectivas praticas, a descoberta de alternativas possíveis de ação. No qual somente será possível se o profissional da educação acessar às informações das variadas ciências, como pedagogia, psicologia, sociologia, e outras mais para se adquirir um conhecimento mais profundo, que se deve relacionar à realidade brasileira, proporcionando assim, mais perspectiva total do aluno.

Abre-se então, a questão do psicopedagogo em uma determinada instituição, onde formas de estrutura e articulação não podem ser esquecidas. Principalmente na questão de alunos com variadas dificuldades, como o autista, que é mais complexo, onde se exige mais atenção, mais critérios na abordagem dessa criança, um acompanhamento eficaz, uma intervenção que funcione de acordo com cada necessidade, é notório que é um caminho árduo, bem complexo, exige do profissional muita dedicação, mas se faz necessário pessoas engajadas no processo de desenvolvimento dessas crianças.

Segundo Meirieu (2005, p. 44) :

Abrir a escola para todos não é uma escolha entre outras, é a própria vocação dessa instituição, uma exigência constitucional de sua existência, é plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui, não é uma escola [...]. A escola propriamente, é uma constituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, e sim fazer com que compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos sem distinção.

Já para Freitas (2008), não alavanca receber os alunos para mera socialização, se faz necessário o atendimento que é oportunizar o desenvolvimento efetivo de todos, no qual

capacitar profissionais, é primordial, visto que somente a formação inicial não é o suficiente para o enfrentamento das questões tão serias e complexas.

A intervenção psicopedagógica, através de métodos e recursos próprios da profissão, promovera uma compreensão rica em relação ao autista, e que auxiliarão nos diagnósticos e assim poder auxiliar nos processos individuais ou grupais de aprendizagem.

A prática psicopedagógica com a criança autista, exige do profissional uma plena preparação do seu trabalho, tendo que propor parâmetros na sua organização, que possam ser alcançados por essas crianças de forma singular, aprimorando assim, competências e habilidades, apresentados por cada um individualmente, promovendo contribuição de cada um no processo de desenvolvimento.

3 O ADVENTO DA PSICOPEDAGOGIA

Conforme Bossa (2011), a psicopedagogia surgiu a partir da necessidade de um profissional que atendesse crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem por meio das áreas limites da psicologia e pedagogia.

O profissional de psicopedagogia olhará com atenção para necessidade da criança com TEA em sua especificidade. Como a criança autista se caracteriza por dificuldades na interação, no qual compromete e seu desenvolvimento. Logo, “o desempenho do psicopedagogo institui na relação com o aluno e na orientação para família e profissionais da educação e assim crianças autistas crie uma ligação com pessoas que façam parte da sua rotina, pois a mesma aprende nas suas trocas no mundo afetivo e social, enquanto se torna o seu principal emissor no processo do conhecimento.” (CUNHA, 2017, p.117).

Segundo Carothers e Taylor (2004), o objetivo da educação de criança autista é de aumentar sua independência pessoal, a fim de proporcionar mais segurança ao executar tarefas do cotidiano, além de melhorar a qualidade de vida das crianças e seus familiares.

Auxiliar essas crianças é de suma importância para sua evolução, acredita-se que o acompanhamento multidisciplinar que inclui psicopedagogo, terá resultados significativos no desenvolvimento cognitivo, evitando assim mais atrasos, intervenções contínuas servem para atenuar os agravos que essas crianças enfrentam na sua rotina diária.

É notório que em pesquisas sobre o TEA, dedica-se ao diagnóstico e intervenção precoce. No qual o acompanhamento especializado e qualificado desde os primeiros anos de vida, poderá amenizar significativamente os sintomas e reduzir o custo de cuidados ao longo dos anos.

Faz-se necessário estimular a criança de forma organizada, intensiva e consistente, com quantidades de horas e dias suficientes, por se caracterizar de atraso no desenvolvimento e dificuldades na aprendizagem, não é tarefa fácil, e sim árdua e complexa.

É importante ressaltar relevância do trabalho em equipe e cada membro que compõe a equipe multidisciplinar, e conseqüentemente a família e escola, pois se trata de um transtorno que exige muita atenção dos profissionais, com variados aspectos a serem trabalhados, então somente o psicopedagogo não será suficiente para atender todas as demandas das pessoas com autismo.

A psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas e externas da aprendizagem, tomadas em conjunto. E mais procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos (NEVES E BOSSA, 1991, p.12).

O psicopedagogo procura entender como o aprendizado acontece para pessoa e quais os obstáculos cada sujeito encontrara durante esse procedimento. Portanto sua função é muito extensa e o especialista lida com perguntas da psique, educacional, afetivo e intelectual (RUSSO, 2019).

Sendo assim este profissional acompanha as crianças ou os jovens com TEA e discorre como se encontra seu aprendizado, analisa suas condutas até mesmo cria métodos para realização e intervenção sempre que achar necessário.

Conforme Weiss (1991, p.1): “a psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores.”

4 O PSICOPEDAGOGO E O AUTISMO

Um profissional capacitado leva mais segurança na atuação do ambiente escolar, no qual a certeza que o trabalho está sendo realizado de forma efetiva, e que os resultados serão positivos tanto para a criança como para a escola.

Conforme Bastos (2005, *apud* RIVIERI, 1997, p. 128):

Promover o bem-estar emocional da pessoa autista, diminuindo suas experiências negativas de medo, ansiedade, frustração, incrementando possibilidades de emoções positivas de serenidade, alegria e autoestima. Promover a autonomia pessoal e as competências de autocuidado, diminuindo assim sua dependência de outras pessoas.

Trabalhar a autonomia do autista é de fundamental importância, trazendo assim qualidade de vida para esses indivíduos, amenizando as dificuldades enfrentadas no dia a dia, proporcionando mais independência na sua vida social, e conseqüentemente mais equilíbrio na vida deles.

Aumentar suas possibilidades de comunicação, autoconsciência e controle do próprio comportamento. Desenvolver habilidades cognitivas e de atenção, que permitam uma relação mais rica com o seu meio ambiente. Aumentar a liberdade, espontaneidade e flexibilidade de suas ações, assim que estiver preparado. Aumentar sua capacidade de assimilar e compreender as interações com outras pessoas, assim como sua capacidade de interpretar as intenções dos demais. Desenvolver técnicas de aprendizagem, baseadas na imitação, aprendizagem de observação. Diminuir aquelas condutas que trazem sofrimento para o próprio sujeito e para os que o rodeiam como as autoagressões, ações destrutivas. Desenvolver suas competências comunicativas (BASTOS, 2005 APUD RIVIERI, 1997, p.128).

A criança autista necessita de compreensão, e infelizmente nem sempre são compreendidas, por isso a busca de informação sobre a síndrome é crucial na vida delas e seus

familiares, acredita-se que na atualidade, as pessoas estão se conscientizando em relação as crianças com autismo, por isso a importância da abordagem sobre o assunto.

A equidade se faz necessária para inserir essas pessoas conforme a necessidade de cada um, o psicopedagogo precisa levar isso em consideração, pois as características que uma criança apresenta, não necessariamente o outro apresentará.

A intervenção psicopedagógica em casos de autismo é fundamental, pois ajuda a criança a desenvolver pontos específicos e habilidades essenciais para a sua aprendizagem. Com um olhar para cada sujeito, o psicopedagogo consegue identificar as características da criança, suas necessidades e traçar estratégias para o seu desenvolvimento pessoal e escolar. (INTERVENÇÃO-PSICOPEDAGÓGICA-EM-CASOS-DE- INSTITUTO NEURO SABER.COM.BR/AUTISMO).

Para que esse trabalho aconteça, é preciso que o profissional esteja sempre atualizado, buscando resultados sempre positivos para que essa criança tenha uma evolução produtiva, com objetivos alcançados.

O psicopedagogo trabalha habilidades de interação social, comunicação, dentre outras, para incentivar o desenvolvimento cognitivo. A intervenção psicopedagógica no autismo contribui com a compreensão e assimilação de comportamentos que possibilitam à criança aprender e se relacionar. (INSTITUTONEUROSABER.COM.BR/INTERVENÇÃO-PSICOPEDAGÓGICA-EM-CASOS-DE-AUTISMO).

Por isso a importância de inserir esses profissionais para auxiliar esses alunos no aprendizado, na rotina em sala, pois o ambiente influencia muito, é primordial a escola se adaptar de acordo com cada necessidade da criança.

Quando ela tiver terminado a escola, será capaz de participar de algum tipo de situação integrada. Terá habilidades sociais que não teria tido e capacidade para atuar em situações. mais complexas do que seria capaz se tivesse permanecido segregada. (HANLINE E HALVORSEN, 1989, p. 490)

Podemos dizer que o maior desafio é criar um trabalho realmente multidisciplinar, para que a criança seja vista em suas potencialidades e possa ser considerada em sua totalidade. Não existe um método que seja adequado para todas as crianças com autismo, cada criança é única e conhecer as habilidades e dificuldades de cada uma delas é o que vai permitir traçar um planejamento pedagógico eficaz.

São planejamentos bem complexos, requer disciplina, dedicação para auxiliar na evolução do seu quadro, sempre ter a percepção de novas estratégias e despertar as potencialidades da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa abordou aos desafios do aluno autista na sala de aula, e as contribuições do psicopedagogo para a evolução desse quadro, que é dificuldade social, linguagem, dentre outras, foram feitas pesquisas em artigos, sites, livros para se ter uma breve

definição sobre autismo, dos desafios que enfrentam, e como o psicopedagogo pode contribuir para influenciar de forma positiva no processo de aprendizagem.

O objetivo desse trabalho, ter a uma grande compreensão das limitações, buscar uma melhor abordagem na intervenção dessas crianças, ainda existe muito trabalho pelo à frente, para acolhe-los de forma proporcional.

A hipótese foi em relação aos desafios que o autista enfrenta em sala de aula, e que o psicopedagogo pode intervir e oferecer um suporte para mantê-los na escola. Por ser um tema bem amplo e complexo, é possível aprofundar-se mais na pesquisa, e atingir resultados eficientes.

A participação das crianças com autismo na escola é primordial para o seu desenvolvimento em todos os quesitos, desde que, tenha acompanhamento correto e eficaz, não adianta somente jogá-los dentro de sala de aula sem um auxílio necessário, de acordo com cada dificuldade.

Acredita-se que se tem muito a se fazer na inserção dessas pessoas na sociedade, e o melhor caminho é a intervenção precoce e gradual, ambiente escolar faz parte da adaptação dos autista na sociedade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A.M.B.P. **A psicopedagogia aplicada aos portadores de T.I.D.** IN: CAMARGO JR, Walter. (coord.). Transtornos invasivos do desenvolvimento. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005, p. 127-131

BOSA, Cleonice, Camargo. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de psiquiatria.** 2006.

BOSSA, N. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico.** Porto Alegre- Artmed, **2002.** 176p.

CAROTHERS, Douglas E; TAYLOR, Ronald L. **Como pais e educadores podem trabalhar juntos para ensinar habilidades básicas de vida diária para crianças com autismo.**2004.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar.** (2017).

GOMEZ, A. M. S. TERAN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo.** Cultural, S.A, 2014.

HANLINE, M. & HALVORSEN, A. **Parent perceptions of the integration transition process: Overcoming artificial barriers.** Exceptional Children, 55, 487-493 (1989).

MEIRIEU, PHILIPPE - **O Cotidiano da escola e da sala de aula** - Porto Alegre: Artmed, 2005.

RIVERA, F. J. U. **Planejamento e Programação em Saúde** - Um Enfoque Estratégico. Cortez/Abrasco, SP, 1997

RUSSO, Fabiele. **Manual sobre o transtorno de espectro do autismo: TEA**. São Paulo: NeuroConecta, 2019. 29p.

WEISS, D. **Motivação e resultado** – Como obter o melhor de sua equipe. São Paulo: Nobel, 1991. (institutoneurosaber.com.br/intervencao-psicopedagogica-em-casos-de-autismo).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES

EVALUATION OF SCHOOL LEARNING: STUDIES AND PROPOSITIONS

EVALUACIÓN DE LOS APRENDIZAJES ESCOLARES: ESTUDIOS Y PROPUESTAS

Janaína Fiusa de Andrade ¹⁹

RESUMO: O autor Luckesi, ao longo dos capítulos, apresenta muitas ideias que podem contribuir para que o educador possa redefinir as suas posições e ideias sobre o que se refere ao processo avaliativo escolar. Esta obra, que pode ser considerada um clássico brasileiro para a educação, traz o pensamento complexo e uma boa discussão sobre a avaliação de aprendizagem, no qual ele trabalha ao longo dos capítulos.

Palavras chaves: Educação. Avaliação. Aprendizado.

ABSTRACT: The author Luckesi, throughout the chapters, presents many ideas that can help the educator to redefine their positions and ideas about what refers to the school evaluation process. This work, which can be considered a Brazilian classic for education, brings complex thinking and a good discussion on learning assessment, in which he works throughout the chapters.

Keywords: Education. Evaluation. Apprenticeship.

RESUMEN: El autor Luckesi, a lo largo de los capítulos, presenta muchas ideas que pueden ayudar al educador a redefinir sus posiciones e ideas sobre lo que se refiere al proceso de evaluación escolar. Esta obra, que puede ser considerada un clásico brasileño de la educación, trae un pensamiento complejo y una buena discusión sobre la evaluación del aprendizaje, en la que trabaja a lo largo de los capítulos.

Palabras clave: Educación. Evaluación. Aprendizaje.

¹⁹ Graduanda do Curso de Pedagogia 7º Semestre na instituição de ensino superior Faculdade Plus- Ceará.
Email: janainafiusa5@gmail.com

INTRODUÇÃO

Essa resenha crítica é baseada no livro “Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições”, escrito por Cipriano Carlos Luckesi em 2018 (22ª edição), no qual o autor, um professor do Programa de Pós-Graduação da faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), prepara um conjunto de artigos que foram publicados ao longo dos anos, que aborda as questões da avaliação da aprendizagem escolar, que foi documentada de forma crítica. É importante salientar que as questões discutidas no livro, mesmo após anos da primeira publicação de seu livro, em 1995, ainda são pertinentes no ambiente escolar, pois as avaliações ainda são feitas sem possuir forma de vínculo com o projeto político pedagógico, o que poderá causar uma forma de exclusão na realidade escolar. Com isso, a dissertação do autor sobre o tema é feita de forma clara e direta desde o primeiro capítulo.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES

O livro “Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições”, de Luckesi foi construído na época em que estava ocorrendo a finalização da Ditadura Militar. Dessa forma, esse livro, desde o seu início, é falado bastante sobre o processo de democratização, no qual é discutido ainda nos dias de hoje. Por exemplo, se uma pessoa fizer a leitura desse livro hoje em dia, ainda será algo considerado atual, visto que esse assunto está presente no dia a dia de todos os cidadãos. Entretanto, o autor traz, com muita coragem, esse assunto que, na época, não podia ser discutido abertamente.

A avaliação escolar, o entendimento sobre essa terminologia, surgiu em 1930 a partir dos estudos do autor Rauph Tyler, mas na legislação educacional brasileira, o termo avaliação escolar surge somente em 1996, com o surgimento do LDB. Antes disso, tudo era exame ou tudo seguia a lógica da pedagogia do exame. Inicialmente, Luckesi cita que o docente não possui um bom processo de avaliação, ou seja, o docente não trabalha com a lógica da avaliação escolar, que deveria ser o saber do estudante como um todo. Assim, ele cita um exemplo: o aluno obteve a nota 2 em uma prova, o professor conversa com esse aluno e na próxima prova o aluno obtém a nota 10, através do seu esforço. No entanto, o professor usa essas duas notas e divide por 2, fazendo com que o aluno fique com a média 6. Para o autor, se o docente trabalhasse com a lógica da avaliação, qual seria a nota que daria a esse aluno? Seria 10, visto que o aluno saiu de uma nota 2 e superou suas dificuldades para conseguir uma nota 10, ou seja, esse aluno obteve um desempenho gratificante.

Ademais, infelizmente, na mente do avaliador de prova, ainda seguimos o outro sistema de avaliação, pois se os docentes fizessem os exames na lógica da avaliação da aprendizagem, o processo pedagógico poderia ser mais inclusivo com o aluno. Além disso, ele também cita que a avaliação é uma tomada de decisão, ou seja, é para o professor pensar que, dependendo de quanto os alunos aprenderam, tomar uma decisão de avaliação após isso.

Para isso, Luckesi (2005, p.180) enfatiza cinco conceitos importantes de avaliação:

1. A avaliação escolar deve ser estabelecida de forma processual durante todo o processo educativo, não apenas ao final deste, buscando resultados provisórios para alcançar posteriormente o melhor dos resultados” (LUCKESI, 2005). Isso quer dizer que é muito importante que todos que avaliem, devem estar presentes na vida do aluno, tanto no início do seu processo de aprendizagem, quanto durante todo o caminho da avaliação.
2. A avaliação é “um juízo de qualidade sobre dados relevantes, para uma tomada de decisão”, ou seja, eu estou preocupada com a qualidade de ensino do meu aluno e não com o número da nota que ele irá obter em uma prova, pois isso é consequência e para isso é preciso analisar todos os dados importantes, como atividades, participação em grupo, mapas mentais e recursos utilizados dentro da sala de aula e não só a prova final.
3. “A avaliação realizada possibilita verificarmos se estamos atingindo os nossos objetivos, ou seja, a avaliação ajuda na autocompreensão.” Na verdade, ajuda tanto na compreensão do professor para ter a noção se está dando certo ou errado, quanto também ao aluno identificar onde ele pode melhorar ou está possuindo maiores dificuldades.
4. “É um ato dinâmico, pois me ajuda a decidir “o que fazer” diante da realidade.” O autor fala que a avaliação é um ato que possui pontos negativos e positivos, pois é preciso encarar a realidade e ver a possibilidade de melhorar com ela.
5. “A avaliação permeia o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada (ação planejada).” Com isso, Luckesi fala que dentro da escola, os dois modelos convivem juntos, os exames com suas características classificatórias, excludentes e antidemocráticas e com a avaliação da

aprendizagem, como uma proposta emergente com as características diagnósticas, inclusivas e socializantes.

Com isso, o professor sabe que a avaliação ocorre de forma diferente entre a nossa fala e a nossa prática, inclusive o autor chega a mencionar que decorar os conceitos é mais fácil do que aplicar na prática. Segundo o educador, provas e exames são apenas instrumentos de classificação e seleção, que não contribuem para a qualidade do aprendizado, nem para o acesso de todos ao sistema de ensino. Quando o autor fala sobre a avaliação da aprendizagem ou a ideia de fazer a análise sobre os nossos resultados, ele vai trazer duas formas de ver, ou duas formas de enxergar esse mesmo instrumento. O primeiro, se chama Pedagogia do Exame, nesse exame ele vai utilizar essa terminologia para falar sobre uma prática que existe dentro das escolas e na segunda ótica ele vai falar sobre a avaliação da aprendizagem.

Segundo Luckesi, a Pedagogia do Exame, surgiu por volta do século 16 e 17, sendo teorizada como a velha lógica, tanto do vestibular, quanto dos concursos públicos. Ele cita que o sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação e reprovação do total dos educandos. O autor também faz outra crítica sobre o percurso do aluno, quando ele ocorre focalizando no final e ele precisa manter o caminho sozinho.

Durante o texto, Luckesi cita que durante o ano letivo, as notas vão sendo observadas, médias vão sendo obtidas. O que predomina é a nota: não importa como elas foram obtidas, nem por quais caminhos, no qual são operadas e manipuladas como se nada tivesse a ver com o percurso ativo do processo de aprendizagem. É enfatizado que esse tipo de pedagogia, tanto professores quanto alunos, sempre ficam bastante focados apenas na aprovação ou no processo de treino para obtê-la, fazendo com que, muitas vezes, o processo após essa aprovação seja esquecido, ou seja, como o conhecimento adquirido será utilizado na vida desse aluno. Assim, o ensino fica em segundo plano e, a partir disso, Luckesi alerta que isso poderá trazer consequências para o aluno, seja no âmbito psicológico e pedagógico, como também o social, já que esse aluno sempre será medido e julgado pela nota tirada e não pelo conhecimento adquirido no percurso.

No livro, é dito que o que se faz na escola é uma verificação, uma classificação, uma rotulação do aluno, é tudo menos uma avaliação da aprendizagem. O que se sabe é que temos que avaliar a aprendizagem do aluno e não apenas o aluno em si, visto que a avaliação se tornou um peso de julgamento de conotação pessoal, ou seja, de rótulos, fazendo com que as pessoas, mesmo já na fase adulta, ainda se sentem inseguras ao participar de um processo avaliativo. Ademais, essa insegurança pode fazer com que os alunos não aproveitem a prova como um momento de aprendizado e apenas foque na nota final como se isso fosse o mais importante de todo o processo.

Para o autor, o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível tomar uma decisão sem um diagnóstico, assim como fazer um diagnóstico sem tomar uma decisão é um processo abortado. Isso quer dizer que, na prática, se eu não faço o diagnóstico no início do processo e também não faço o seu acompanhamento desse controle durante a avaliação, não poderá haver a possibilidade de corrigir o procedimento ou planejar novas atividades. Sendo assim, seria preciso aceitar o resultado final, mesmo que não seja o resultado almejado no começo, ou seja, é muito necessário que haja um bom diagnóstico para que esse resultado seja exatamente do jeito que você almeja. No entanto, é necessário que não apenas haja um diagnóstico, como também é preciso utilizar recursos ou estratégias diferentes para isso. A avaliação é parte integrante da aprendizagem, e todos os professores devem ser a favor da transformação social, ou seja, usar a avaliação como diagnóstico e não focar apenas nos pontos negativos e sim humanizando os alunos.

Ao final, Luckesi diz que se fosse escrever novamente esse livro, ele iria mudar o título, ao invés de ser Avaliação de Aprendizagem, ele colocaria Aprendizagem da Avaliação, pois ele parte do princípio que: nós não sabemos avaliar corretamente.

CONCLUSÃO

Portanto, a avaliação deve estar a serviço de todo o processo da aprendizagem, da compreensão do educando e de sua promoção escolar. Examinar no final do processo determinado conteúdo dado pelo professor é um ato classificatório. Toda mudança requer novas habilidades e novos conhecimentos e, com isso, trazemos em nova bagagem escolar a habilidade de examinar, herdada de nossa prática como educandos e do sistema de ensino que a estabeleceu como prática correta ao longo dos anos. Como professores, temos a tendência de repetir experiências, repetimos com os nossos educandos a forma com o qual fomos escolarizados e avaliados, ou seja, pelo motivo de que herdamos hábitos escolares e, como todo hábito, fazemos isso de forma quase que automática. Acredito que no se refere ao aluno, a avaliação deve permitir que ela acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo do seu processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. São Paulo: Cortez, 2018.

OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO

THE SEVEN KNOWLEDGE STIFIES NECESSARY FOR THE EDUCATION OF THE FUTURE

LOS SIETE CONOCIMIENTOS NECESARIOS PARA LA EDUCACIÓN DEL FUTURO

Antonio Bruno De Sousa Sampaio ²⁰

Resumo: Para a educação do futuro exige-se colocar-se a frente dos problemas enfrentados destacado no livro. É um desafio para os educadores, transmitir conhecimento em uma sociedade em constante mudança. Lidar com novos saberes de uma sociedade contemporânea, e o desafio de uma educação do futuro. Nesse contexto irei enfatizar a análise e a sua visão de uma formação mais humana, associado com a modernidade, com os desafios tecnológicos para a formação do homem intelectual, em sentido com a informação onde o autor destaca a sua importância e a velocidade aos quatros cantos do mundo. Perpasso na leitura do livro enfatizando a educação como porta de entrada para o futuro, adentrando numa perspectiva de mudança e esperança em um processo humanístico de verdade.

Palavras-Chave: Educação. Conhecimento. Humanidade.

Abstract: For the education of the future, it is necessary to put oneself in front of the problems faced highlighted in the book. It is a challenge for educators to transmit knowledge in an ever-changing society. Dealing with new knowledge of a contemporary society, and the challenge of an education of the future. In this context, I will emphasize the analysis and his vision of a more human formation, associated with modernity, with the technological challenges for the formation of the intellectual man, in the sense with the information where the author highlights its importance and the speed to the four corners. of the world. I go through the reading of the book, emphasizing education as a gateway to the future, entering a perspective of change and hope in a truly humanistic process.

Keywords: Education. Knowledge. Humanity.

Resumen: Para la educación del futuro se requiere poner cabeza de cabeza los problemas enfrentados destacados en el libro. Es un reto para los educadores transmitir conocimientos en una sociedad en constante cambio. Abordar los nuevos conocimientos de una sociedad contemporánea, y el reto de una educación del futuro. En este contexto destacaré el análisis y su visión de una formación más humana, asociada a la modernidad, a los desafíos tecnológicos para la formación del hombre intelectual, en el sentido de información donde el autor destaca su importancia y rapidez a los cuatro rincones del mundo. Paso en la lectura del libro haciendo hincapié en la educación como puerta de entrada al futuro, entrando en una perspectiva de cambio y esperanza en un proceso humanista de la verdad.

Palabras Clave: Educación. Conocimiento. Humanidad.

²⁰Antonio Bruno De Sousa Sampaio. Graduando do Curso de Pedagogia 7º Semestre na Instituição de Ensino Superior Faculdade Plus –Ceará. E-mail: sousab750@gmail.com

Edgar Morin destaca na sua obra, “Os Sete Saberes Necessário à Educação do Futuro,” sete capítulos intitulado

No primeiro capítulo as cegueiras do Conhecimento; o Erro e a ilusão, (p.19-33), o autor retrata da cegueira existente na educação, conduzida pelo conhecimento que do ponto de vista do autor está ameaçado pelo erro e a ilusão. O problema de duvidar da ilusão seria um erro, ou seja, se o professor por exemplo entra numa sala de aula tendo a certeza de que seus alunos irão aprender o conteúdo, ele está engando a si mesmo. O erro e a ilusão sempre vão perpassar no conhecimento, segundo o autor é preciso ter afetividade com base na razão para o fortalecimento do conhecimento adentrando as teorias científicas e eliminando o erro e a ilusão desse conhecimento absoluto.

No capítulo II, (p. 35-46), os princípios do conhecimento pertinentes; que trata das informações que todo o mundo deve obter, através da educação contextualizando os processos informativos a todos. Ênfase aqui a educação do futuro colocando como prioridade a organização e a lógica do pensamento com base num conhecimento contextualizado e de pertencimento. Ele destaca as unidades complexas o multidimensional, que são os nossos valores, sentimentos, o racional que engloba uma sociedade histórica, onde não devemos apenas nos inserir e sim nos permitir e ultrapassar essas dimensões. A busca pelo conhecimento e a estimulação da inteligência como exercício da curiosidade, aproveitando conhecimentos já existentes e abrindo novos caminhos, mesmo que esses conhecimentos fiquem divididos ou fechado para si.

No capítulo III, Ensinar a condição humana, (p.47-61). O autor enfatiza o conhecimento humano, como parte do universo. Nesse capítulo é enfatizado a importância da afetividade na educação, e preciso pautar valores numa contextualização de pertencimento do conhecimento para uma efetiva elevação de Resultados no ensino-aprendizagem. O conhecer humano é situá-lo e não o separar como afirma Morin, a busca pelo conhecimento engajado na mudança de percepção ao longo dos séculos. Para a educação do futuro é necessário reaproveitar os conhecimentos já existentes do ser humano, integrando a contribuição humanística filosófica é histórica.

No capítulo IV, Ensinar a atividade terrena, (p.63-78), trata-se do medo que tomou de conta do século XX, devido ao massacre ideológico visando o poder econômico. Morin enfatiza a era planetária e a história ali inserida, diante de um grande desastre com início e desenvolvimento das nações e dos povos e uma mudança com o surgimento da era planetária tecnológica e econômica. A reformulação do pensar e o estímulo de conhecer o mundo e fazer parte dele e de toda sua complexidade sufocados pelas possibilidades de inteligência e auto criticidade do contexto globalizado inserido. Quero enfatizar as possibilidades existentes de extinção citadas pelo autor, as armas como fonte de destruição, o ecológico ameaçado e um crescimento desacerbado de destruição da natureza, e a modernidade como porta de entrada com poucas portas de saída levados pela ciência e a tecnologia num capitalismo assustador e democrático.

No capítulo V, Enfrentar as incertezas, (p.79-92), nos mostra as incertezas históricas ao longo dos séculos. Ele enfatiza o surgimento do novo, que não se pode prever, e não seria novo. Realmente não se pode prever o futuro, mas podemos prepará-lo. Todas as criações segundo Morin, partiram de uma desordem que depois se organizou. E tudo e passado pelo processo de criação e a incerteza de dar certo ou não, desordem do pensamento seguido da organização. É preciso enfrentar as incertezas, saber que nossa realidade parte de nossa ideia e interpretar a realidade antes de conhecer o realismo mesmo que não seja real. O conhecimento incerto levado pelo risco da ilusão e do erro. Devemos refletir sobre o que é verdade, o verdadeiro sentido do conhecimento em lacunas entre abertas nos mais diversificados campos.

No capítulo VI, Ensinar a compreensão, (p.93-104), trata se do problema da compreensão enfatizando a incompreensão de um ponto de vista global, entre a humanidade. Trazendo como respaldo a educação na compreensão de uma sociedade modernizada, tecnológica e informativa, pautado no humano. O autor destaca as duas formas de compreensão intelectual ou objetiva e a humana intersubjetiva. O aprendizado intelectualmente passado pela compreensibilidade e pela explicação. O egocentrismo voltado para a incompreensão de si mesmo, e do negar de suas vontades e do alimento do ego voltadas a si. O ego-sócio-Cêntrica despojados em práticas preconceituosas, a incompreensão produzindo incompreensão, a compreensão neutra diante de situações irremediável. Nesse aspecto epistemológico a compreensão sempre vai estar no meio da humanidade, perpassando numa educação do futuro compreensível planetária em todos os níveis.

No capítulo VII, A ética do gênero humano, (p.105-115), que trata da inseparabilidade do gênero humano como a trilogia indivíduo, sociedade e espécie. Enfatizando a humanidade em uma construção de consciência e participação de indivíduos em uma sociedade democrática. A democracia não é simplesmente fácil, o povo que é soberano, mais que se limita a essa soberania obedecendo as leis e aos políticos soberanos. A soberania do povo é inquestionável partindo de um ponto de vista, onde tudo gira em torno do cidadão, a soberania é o poder que está nas mãos do povo mais que escapa por divergências conceituais e participativa num consenso de regras que não se respeita. A democracia ameaçada por falta de diálogos, discussões, opiniões e ideias mais nutrida de indivíduos persistentes e que respeitam no sentido que vivem como comunidades. Concluo afirmando que é necessária uma autorreflexão da humanidade num contexto educacional, política e social tendo a certeza de que tudo se modifica seja de melhor ou para pior, seguindo essa linha de raciocínio concordando ou discordando mais sempre discutindo e questionando numa linha de pensamento autocrítico da sua maneira de ver e analisar o contexto globalizado do mundo. Se faz necessário uma mudança de pensamento, para que haja uma mudança nessa concepção fragilizada e dividida do mundo. A unificação não corresponde a tudo nesse mundo, há muitos problemas não visto pelos governantes e que passam de maneira errônea e despercebida a ética do ser humano é um ponto de partida no desenvolvimento e do caos presente hoje. é preciso superar e agir de acordo com os princípios básicos da humanidade para que possamos quem sabe um dia, civilizar. A educação é fundamental nesse processo de mudança e socialização é preciso unificar os saberes e enfrentar os problemas quebrando essa divisão que existe entre o mundo. Ressignificar para

seguir e continuar num contexto global e planetário onde temos conhecimento amplo e infinito, onde se é possível a mudança através de uma educação voltada para todos unificada, humanitária e planetária.

Se tudo parte da educação por que não a modificar ao invés de adaptá-la? o que se tem hoje é uma adaptação do conhecimento dividida entre áreas do conhecimento pertinente que por muita das vezes é escasso deixando pessoas de fora, então se a educação transforma porque não a transformar? Precisamos nos colocar de frente com essas questões, refletir e questionar não adianta fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo, Mudanças são necessárias partindo de um ponto de vista transformador, unificado e participativo refletindo sobre as nossas escolhas e conceitos.

REFERÊNCIAS

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.